



Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra

2021-2027



Cofinanciado por:



Créditos

Autoria: Instituto Pedro Nunes

Título: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIM Região de Coimbra no período 2021-2027

Edição: Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM Região de Coimbra)

Data: Abril 2021

Versão: Final

Citar como: CIM Região de Coimbra, Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIM Região de Coimbra no período 2021-2027, Abril de 2021

Mensagem do Presidente do Conselho Intermunicipal

Ao longo dos últimos anos a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra tem vindo a reforçar os laços de confiança entre os parceiros deste tão diverso território, reforço esse sustentado na promoção de políticas de coesão e desenvolvimento territorial que têm vindo a ser implementadas.

Não obstante os progressos registados, persistem, ainda, importantes bloqueios ao desenvolvimento económico, social e territorial do nosso território aos quais é necessário dar resposta. Importa, pois, de forma consensualizada e participativa, estabelecer as agendas estratégicas e prioridades de intervenção para a Região.

A CIM Região de Coimbra iniciou, no final de 2019, o processo de revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra, no âmbito da preparação do novo ciclo de financiamentos comunitários e tendo em vista o reforço das competências, na promoção da competitividade e na coesão territorial e na melhoria do nível de vida das populações.

Contudo, o surgimento da Pandemia Covid-19 em 2020 e os seus impactos na sociedade e na economia obrigaram a um profundo trabalho de reflexão na definição da estratégia de desenvolvimento no horizonte do próximo quadro comunitário, o que naturalmente resultou na necessidade de adaptação da estratégia ao contexto atual.

*É à luz destes desafios que deve ser lida a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2021-2027, que visa uma **Região de Coimbra Pioneira e Líder** na capacidade inovadora e exportadora, assente num sistema educativo, científico, tecnológico e de inovação de referência nacional; **Exemplar** nos valores ambientais e na adaptação às alterações climáticas; **Comprometida** com a valorização do seu potencial endógeno, a melhoria das condições de mobilidade e garantia de equidade nas condições de acesso ao emprego, saúde, educação, cultura e direitos sociais; **Metropolitana** como unidade fundamental para a estruturação de um modelo territorial equilibrado para o todo nacional; e **Especializada** como Região de Coimbra Região de Saúde.*

Importa sublinhar o carácter mobilizador desta Estratégia que, para além dos dezanove município que compõem a CIM Região de Coimbra, contou com a participação e envolvimento dos agentes e stakeholders locais e regionais, nomeadamente instituições públicas, organizações sem fins lucrativos, entidades do sistema científico e tecnológico, empresas e associações empresariais e cidadãos, que, através dos seus riquíssimos contributos ajudaram a melhorar o documento.

Por fim, um agradecimento especial ao Instituto Pedro Nunes pela competência que colocou na elaboração do documento, e ao Secretário Executivo Intermunicipal e Equipa Técnica da CIM Região de Coimbra pela dedicação e empenho com que trabalharam ao longo de todo este processo em prol do futuro da Região de Coimbra.

A todos muito obrigado!

O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Região de Coimbra

José Carlos Alexandrino

Sumário Executivo

A Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra iniciou, em 2019, a definição dos objetivos e plano de ação nos eixos estratégicos da “Estratégia Região de Coimbra 2021-2027”.

A chegada de um novo quadro comunitário - Portugal 2030 – leva a uma necessária revisão das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) das Comunidades Intermunicipais, onde a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIM Região de Coimbra para o período de 2021-2027 será a base de negociação desta região com as entidades nacionais e europeias para o próximo quadro comunitário, bem como enquadra a implementação das ações a concretizar.

Nesse sentido, a CIM Região de Coimbra, em parceria com o Instituto Pedro Nunes (IPN), desenvolveu um processo de construção da estratégia com a participação e envolvimento dos seus municípios e demais *stakeholders*, nomeadamente: instituições públicas, organizações sem fins lucrativos, entidades do sistema científico e tecnológico regional e empresas, para a reflexão, partilha de informação, identificação de problemas, oportunidades e soluções, bem como identificação de sinergias e complementaridades essenciais ao sucesso da estratégia desenvolvida para a região.

Esta revisão teve como enquadramento os objetivos da política de coesão definidos para Portugal e da Estratégia Portugal 2030, a saber:

Os 5 objetivos estratégicos¹ do enquadramento financeiro multianual para o período de 2021-27 proposto pela Comissão Europeia:

- 1: Uma Europa mais inteligente;
- 2: Uma Europa mais verde e hipo-carbónica;
- 3: Uma Europa mais conectada;
- 4: Uma Europa mais social;
- 5: Uma Europa mais próxima dos cidadãos

As 4 agendas temáticas da Estratégia Portugal 2030:

- I) pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- II) digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
- III) transição climática e sustentabilidade dos recursos e
- IV) um país competitivo externamente e coeso internamente.

Foi ainda necessário incorporar e alinhar a EIDT da CIM Região de Coimbra com outros instrumentos que, no seu conjunto, determinam as orientações políticas e o acesso a fundos no período de vigência da EIDT da Região Centro, a saber:

¹ Cf: Comissão Europeia (27/02/2019), Anexo D do documento COM (2019), 150 final - Semestre Europeu de 2019

- A Visão Estratégica para a Região Centro 2030 ² ;
- A revisão da RIS3 Centro – Estratégia de Especialização Inteligente Regional do Centro;
- O Plano Territorial para uma Transição Justa – Diagnóstico;
- O PRR - Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal 2021-2026.

A par destes, outros documentos foram essenciais para assegurar uma plena implementação e otimização de recursos. Estes alinhamentos podem ser consultados mais em detalhe no presente documento, apresentando-se de seguida uma tabela para facilitar essa consulta.

Estratégia	Capítulo / Tabela
Política de coesão	Tabela 31: Alinhamento das áreas estruturantes da EIDT da CIM Região de Coimbra 2021-2027 com as prioridades da Política de Coesão, pág. 77 Tabela 34: A visão estratégica da CIM Região de Coimbra e as prioridades dos fundos da política de coesão europeia para 2021-2027, pág. 86
PNPOT	Tabela 32: Alinhamento das áreas estruturantes da EIDT da CIM Região de Coimbra 2021-2027 com os domínios do PNPOT, pág. 77
Estratégia Portugal 2030	Tabela 35: A visão estratégica da CIM Região de Coimbra na matriz de prioridades de Portugal no pós-2020, pág. 88 Tabela 38: Alinhamento das áreas estruturantes e eixos de atuação da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra com as Agendas Temáticas e Domínios Estratégicos da Estratégia Portugal 2030, pág. 98
Região Centro 2030	Tabela 39: Alinhamento das áreas estruturantes e eixos de atuação da EIDT 2021-2027 da Região de Coimbra com as Prioridades de Intervenção Centro 2030, pág. 101
RIS3 Centro	Tabela 33: Domínios prioritários da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro e assumidos como as áreas de especialização perspectivadas para o período de 2021-2027 para o território da CIM Região de Coimbra, pág. 80
Plano Territorial para uma Transição Justa	Tabela 37: Enquadramento dos projetos elegíveis no FTJ na EIDT da Região de Coimbra, pág. 94
PRR - Plano de Recuperação e Resiliência	Tabela 36: Alinhamento da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra como Plano de Recuperação e Resiliência, pág. 91
Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”	Tabela 40: EIDT 2021-2027 da Região de Coimbra e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no contexto da Agenda 2030, pág. 105

² Cf.: CCDRC (13 de novembro de 2020), *Notícias: CCDRC aprova estratégia para a região Centro 2030. On line* em: http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3409:ccdrc-aprova-estrategia-para-a-regiao-centro-2030&catid=1573:destaques&Itemid=756

Foi realizado um diagnóstico prévio, que envolveu a auscultação dos principais agentes económicos e sociais da CIM Região de Coimbra, o enquadramento institucional e territorial e a caracterização da situação atual do território. Foram também incluídos elementos relativos ao contexto nacional atual, ao processo de convergência e, ainda, atualizados os indicadores estatísticos mais relevantes, a nível da evolução demográfica da população e da sua estrutura sócio económica.

Toda a estratégia deve ter por base uma visão que seja simultaneamente clara, inspiradora e partilhada. Neste processo de revisitação realizou-se uma atualização da visão da CIM Região de Coimbra, com as contribuições dos agentes locais e demais *stakeholders*, que integra um conjunto de valores estruturantes: pioneirismo, liderança, exemplaridade e compromisso, bem como, dois eixos fundamentais de posicionamento estratégico: a sua afirmação como região metropolitana e a sua especialização territorial na Saúde.

Visão da CIM Região de Coimbra para o período 2021-2027

REGIÃO PIONEIRA E LÍDER

Na capacidade inovadora e exportadora do tecido empresarial regional, assente num sistema educativo, científico, tecnológico e de inovação, de referência nacional.

REGIÃO EXEMPLAR

Nos seus valores ambientais, economia circular, recursos hídricos, transição para uma energia limpa e equitativa, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos.

REGIÃO COMPROMETIDA

Com a valorização do seu potencial endógeno, facilitação da mobilidade e garantia de equidade nas condições de acesso ao emprego, saúde, educação, cultura e direitos sociais.

REGIÃO METROPOLITANA

Afirmação da Região de Coimbra como Região Metropolitana.

REGIÃO ESPECIALIZADA

Especialização da Região de Coimbra como Região da Saúde.

A partir da visão definiram-se 5 áreas de intervenção prioritária da EIDT. Para cada área estruturante foram identificados os vários eixos de atuação e correspondentes objetivos, sendo depois os eixos declinados em ações estratégicas.

Áreas Estruturantes da EIDT da CIM Região de Coimbra e respetiva descrição sumária 2021-2027	
CIM Região de Coimbra mais inteligente	Transformação empresarial inovadora e inteligente
CIM Região de Coimbra mais «verde» e hipocarbónica	Transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos
CIM Região de Coimbra mais conectada	Sustentabilidade e eficiência da conectividade regional em matéria de mobilidade, transportes, serviços, infraestruturas e equipamentos
CIM Região de Coimbra mais social	Implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais
CIM Região de Coimbra mais próxima dos cidadãos	Promoção da cultura, do património, das iniciativas associativas e da existência de um modelo de governação eficaz

De referir que as áreas estruturantes estão alinhadas com as prioridades da Política de Coesão da União Europeia para o mesmo período e, em complemento, o com os domínios constantes na estratégia e modelo territorial do PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

O plano de ação / implementação da EIDT definirá posteriormente os avisos de abertura de concursos a financiamentos para apresentação de candidaturas, onde serão concretizados os **projetos que operacionalizarão este instrumento estratégico**.

Apresentam-se de seguida os eixos de atuação e objetivos da EIDT, que servirão de guia e orientação para a elaboração desses os avisos de abertura (informação mais detalhada no capítulo 5 – Plano de Ação).

1. CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS INTELIGENTE	
Transformação empresarial inovadora e inteligente	
INOVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar as capacidades de investigação & desenvolvimento e inovação Facilitar a adoção de tecnologias avançadas pelo tecido empresarial em alinhamento com a estratégia de especialização inteligente (RIS3)
DIGITALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Tirar proveito das vantagens da digitalização em benefício dos cidadãos, das empresas e dos organismos estatais Promover a inclusão digital
TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA E APOIO ÀS MICRO E PMEs	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar o crescimento e a competitividade das micro, pequenas e médias empresas Desenvolver competências nos domínios da especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo
DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade Promover uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica
DESENVOLVIMENTO URBANO	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar o ambiente urbano e o espaço público Promover uma política de habitação integrada Promover a digitalização, a interoperabilidade e a acessibilidade aos serviços públicos e de interesse geral Dinamizar e revitalizar o comércio e os serviços Fomentar a cooperação intraurbana para uma cidade sustentável e inteligente Dinamizar articulações interurbanas e subsistemas territoriais
AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Promover um sector agrícola inteligente, resiliente e diversificado de modo a garantir a segurança alimentar Apoiar a proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas e contributo para a consecução dos objetivos relacionados com o ambiente e o clima Reforçar o tecido sócio económico das zonas rurais
TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> Afirmar os ativos turísticos do território estruturando-os, capacitando agentes, qualificando e diversificando os seus produtos
ECONOMIA DO MAR	<ul style="list-style-type: none"> Concretizar o potencial da economia do mar, promovendo as fileiras da pesca, aquicultura e indústria do pescado; dos transportes marítimos, portos e logística; da construção, manutenção e reparação naval e da fileira do turismo e lazer ligado ao mar
INFRAESTRUTURAS PARA A COMPETITIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Definir de uma rede rodoviária e ferroviária eficaz Requalificar e construir infraestruturas para a competitividade

2. CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS «VERDE» E HIPOCARBÓNICA

Transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	<ul style="list-style-type: none"> Promover medidas de eficiência energética, do aproveitamento das fontes de energias renováveis disponíveis na região e de um possível aumento da capacidade de armazenamento de energia
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E GESTÃO DE RISCOS	<ul style="list-style-type: none"> Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a capacidade de resistência e de resposta às catástrofes
RECURSOS HÍDRICOS	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão sustentável dos recursos hídricos
ECONOMIA CIRCULAR	<ul style="list-style-type: none"> Promover a transição para a economia circular
NATUREZA E BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o estado da conservação da natureza e fomentar a apropriação progressiva do desígnio da biodiversidade pela sociedade
FLORESTA	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar riscos de incêndio e de agentes bióticos nocivos Especializar o território Melhorar a gestão florestal e da produtividade dos povoamentos Internacionalizar e aumentar o valor dos seus produtos Melhorar em geral a eficiência e competitividade do setor
INFRAESTRUTURAS/EQUIPAMENTOS E OUTROS MECANISMOS PARA A EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Construir e requalificar infraestruturas, adquirir equipamentos e outros mecanismos orientados para a eficiência, sustentabilidade e coesão territorial

3. CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS CONECTADA	
Sustentabilidade e eficiência da conectividade regional em matéria de mobilidade, transportes, serviços, infraestruturas e equipamentos associados	
SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar competências e atribuições da CIM Região de Coimbra enquanto Autoridade de Transporte • Adotar sistemas de informação ao público abrangentes (integrando os diferentes modos e sobre vários suportes) • Melhorar a oferta e fiabilidade do transporte público
MOBILIDADE E TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementar dos modos suaves, particularmente em contextos urbanos • Reforçar a intermodalidade • Promover a segurança rodoviária e acalmia de tráfego • Adotar medidas de gestão de tráfego e estacionamento • Adotar soluções de transporte específico para territórios de baixa densidade • Gerir a mobilidade • Adotar sistemas de transporte inteligente • Implementação de sistemas de mobilidade como serviço – <i>MaaS Mobility as a Service</i>
MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA UMA MOBILIDADE EFICIENTE E SUSTENTÁVEL	<ul style="list-style-type: none"> • Construir e requalificar infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e outras para melhorar a mobilidade urbana

4. CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS SOCIAL	
Implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais	
EMPREGO	<ul style="list-style-type: none"> • Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área do Emprego
IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS, PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA E À DISCRIMINAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a IMH - Igualdade entre Mulheres e Homens • Prevenir e combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica • Combater a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais nas áreas da Educação e Formação • Melhorar os sistemas de educação e formação, promover a igualdade de acesso a esses sistemas, a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos • Promover a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmar a especialização da Região de Coimbra como Região da Saúde • Promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração • Desenvolver políticas saudáveis, melhorando as condições ambientais, socioeconómicas e culturais, que favoreçam uma melhor saúde individual, familiar e coletiva • Modernizar e (re)qualificar infraestruturas e equipamentos em saúde
ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL	<ul style="list-style-type: none"> • Promover iniciativas e práticas na área da saúde que visem reduzir a prevalência, aparecimento, agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais • Promover educação e formação ao longo do ciclo de vida • Apoiar iniciativas e práticas que visem minimizar riscos e promover o bem-estar e a segurança das pessoas idosas • Promover investigação científica na área do envelhecimento ativo e saudável • Valorizar o papel da pessoa idosa na sociedade e a aplicação de boas práticas em prol do seu bem-estar geral e de um envelhecimento ativo e saudável • Dinamizar a <i>Silver Economy</i>
INCLUSÃO E PROTEÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área da Inclusão e Proteção Social • Promover a inclusão ativa e combater a privação material • Reforçar o acesso equitativo e atempado a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis • Modernizar os sistemas de proteção social
JUSTIÇA E SEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o acesso à justiça e à proximidade aos respetivos serviços • Requalificar/modernizar equipamentos e infraestruturas de justiça, segurança e defesa • Garantir as condições de segurança, os direitos dos cidadãos e a legalidade democrática

5. CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS

Promoção da cultura, do património, das iniciativas associativas e da existência de um modelo de governação eficaz

CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a produção e difusão cultural das artes do espetáculo (teatro, dança, música, artes performativas e multimédia), artes plásticas, design, fotografia, cinema e audiovisual, bem como outras áreas artísticas de cruzamento disciplinar
PATRIMÓNIO	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar os ativos territoriais patrimoniais
TERCEIRO SETOR - ASSOCIATIVISMO	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar os agentes de intervenção Qualificar a intervenção Promover a sustentabilidade do sector
GOVERNAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a comunicação, implementação, monitorização e avaliação da EIDT, envolvendo os agentes regionais, <i>stakeholders</i> e comunidade, numa perspetiva de participação, inovação e também de territorialização das intervenções Promover a modernização e eficiência administrativa

Índice

Créditos	2
Mensagem do Presidente do Conselho Intermunicipal	3
Índice	14
Índice de tabelas	16
Índice de figuras	18
Lista de siglas.....	19
Nota introdutória	21
1. Metodologia da revisitação da EIDT.....	23
2. Diagnóstico/caraterização da situação atual	29
2.1 CONTEXTO NACIONAL E PROCESSO DE CONVERGÊNCIA	29
2.2 ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DA CIM REGIÃO DE COIMBRA.....	35
2.3 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	39
2.3.1 Território	39
2.3.2 Acessibilidades e Principais Equipamentos.....	40
2.3.3 Evolução e Distribuição da População	58
2.3.4 Estrutura Socioeconómica.....	60
2.4 ANÁLISE SWOT	66
3. Aspetos relevantes da avaliação da Abordagem Territorial no PT2020 para a revisitação da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra	70
4. Visão e estratégia de desenvolvimento para a CIM Região de Coimbra	74
3.1 Visão e estratégia regional.....	74
3.2 Áreas estruturantes de intervenção	76
3.2.1 Alinhamento entre a RIS3 da Região Centro e a especialização da Região de Coimbra	77
3.2.2 Alinhamento da visão da CIM Região de Coimbra com os objetivos da política de coesão e com as prioridades do PT2030.....	86
5. Plano de ação	107
5.1. Estrutura do plano de ação	107
5.2 Áreas estruturantes, eixos de atuação e objetivos	107
4.3 Ações estratégicas.....	113
6. Governação	143
6.1 O modelo de governação em vigor	143
6.2 As recomendações do PNPOT.....	147

6.3	Outros princípios para a governação	148
6.4	Resumo das recomendações e princípios orientadores para a implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2021-2027.....	149
6.5	Fontes de Financiamento	150
7.	Bibliografia	152

Índice de tabelas

Tabela 1: Matriz síntese das linhas gerais de prioridades pós-2020.....	24
Tabela 2: Workshops realizados na revisitação da EIDT da CIM Região de Coimbra	25
Tabela 3: Plano de trabalho para desenvolver a EIDT da Região Centro, 2021-2027.....	27
Tabela 4: Contributo dos fundos e programas da EU para enfrentar os desafios estruturais, promover o crescimento e reforçar a competitividade de Portugal	29
Tabela 5: Competências transferidas para os municípios.....	37
Tabela 6: Competências transferidas para as entidades intermunicipais	38
Tabela 7: Competências transferidas para as freguesias.....	38
Tabela 8: Distribuição por tipologia e natureza dos estabelecimentos de ensino do território da CIM Região de Coimbra.....	45
Tabela 9: Distribuição por tipologia dos prestadores de cuidados de saúde no território da CIM Região de Coimbra	45
Tabela 10: Equipamentos sociais para a infância e juventude, sua capacidade e ocupação no território da CIM Região de Coimbra	46
Tabela 11: Equipamentos sociais para a população adulta, sua capacidade e ocupação no território da CIM Região de Coimbra	46
Tabela 12: Equipamentos sociais para a família e comunidade, sua capacidade e ocupação no território da CIM Região de Coimbra	47
Tabela 13: Equipamentos sociais para pessoas com outras problemáticas, sua capacidade e ocupação no território da CIM Região de Coimbra	47
Tabela 14: Serviços desconcentrados da Segurança Social no território da CIM Região de Coimbra	48
Tabela 15: Equipamentos na área da justiça, distribuídos por tipologia e localização no território da CIM Região de Coimbra	50
Tabela 16: Infraestruturas tecnológicas e de inovação presentes na no território da CIM Região de Coimbra	52
Tabela 17: Infraestruturas de investigação incluídas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico, localizadas ou com parceria no território da CIM Região de Coimbra....	54
Tabela 18: Recursos turísticos estruturantes e distintivos do território da Região de Coimbra	54
Tabela 19: Dormidas segundo as áreas costeiras/não costeiras, em Portugal continental, na Região Centro e na Região de Coimbra, em 2018.....	56
Tabela 20: Proveitos totais segundo as áreas costeiras/não costeiras, em Portugal continental, na Região Centro e na Região de Coimbra, em 2018.....	56
Tabela 21: Dormidas segundo o grau de urbanização, em Portugal continental, na Região Centro e na Região de Coimbra, em 2018	57
Tabela 22: Proveitos totais segundo o grau de urbanização, em Portugal continental, na Região Centro e na Região de Coimbra, em 2018	58
Tabela 23: População residente segundo os Censos CIM e Municípios	59
Tabela 24: População ativa segundo os Censos.....	60
Tabela 25: Taxa de analfabetismo segundo os Censos	61
Tabela 26: População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos (%)	62
Tabela 27: Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino.....	63

Tabela 28: Taxa de Variação dos Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de Ensino (2001-2018)	64
Tabela 29: Visão da CIM Região de Coimbra para o período 2021-2027	74
Tabela 30: As 5 áreas estruturantes e sua descrição sumária	76
Tabela 31: Alinhamento das áreas estruturantes da EIDT da CIM Região de Coimbra 2021-2027 com as prioridades da Política de Coesão.....	77
Tabela 32: Alinhamento das áreas estruturantes da EIDT da CIM Região de Coimbra 2021-2027 com os domínios do PNPO.....	77
Tabela 33: Domínios prioritários da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro e assumidos como as áreas de especialização perspectivadas para o período de 2021-2027 para o território da CIM Região de Coimbra	80
Tabela 34: A visão estratégica da CIM Região de Coimbra e as prioridades dos fundos da política de coesão europeia para 2021-2027.....	86
Tabela 35: A visão estratégica da CIM Região de Coimbra na matriz de prioridades de Portugal no pós-2020.....	88
Tabela 36: Alinhamento da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra como Plano de Recuperação e Resiliência.....	91
Tabela 37: Enquadramento dos projetos elegíveis no FTJ na EIDT da Região de Coimbra	94
Tabela 38: Alinhamento das áreas estruturantes e eixos de atuação da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra com as Agendas Temáticas e Domínios Estratégicos da Estratégia Portugal 2030.....	98
Tabela 39: Alinhamento das áreas estruturantes e eixos de atuação da EIDT 2021-2027 da Região de Coimbra com as Prioridades de Intervenção Centro 2030	101
Tabela 40: EIDT 2021-2027 da Região de Coimbra e sua relação com os ODS, no contexto da Agenda 2030	105
Tabela 41: Áreas estruturantes, eixos de atuação e objetivos da EIDT da CIM Região de Coimbra, 2021-2027.....	107
Tabela 42: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS INTELIGENTE – Eixos de atuação e ações estratégicas	113
Tabela 43: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS «VERDE» E HIPOCARBÓNICA – Eixos de atuação e ações estratégicas	122
Tabela 44: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS CONECTADA – Eixos de atuação e ações estratégicas	129
Tabela 45: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS SOCIAL – Eixos de atuação e ações estratégicas.	132
Tabela 46: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS – Eixos de atuação e ações estratégicas	140

Índice de figuras

Figura 1: Eficácia governativa em 2018.....	33
Figura 2: PIBpc nas NIT III portuguesas em % da média da UE28	34
Figura 3: Território da CIM Região de Coimbra, com os seus 19 municípios.....	39
Figura 4: Mapa da rede rodoviária nacional	41
Figura 5: Pormenor da rede rodoviária no território da CIM Região de Coimbra	42
Figura 6: Rede prevista para o Sistema de Mobilidade do Mondego	43
Figura 7: Exemplos da oferta turística da CIM Região de Coimbra, integrados nos 5 pilares estratégicos da oferta turística da Região da Região Centro	55
Figura 8: Domínios diferenciadores da Região Centro no contexto da RIS3	78
Figura 9: Alinhamento entre as linhas e ação da RIS3 e os ODS	79
Figura 10: As 3 dimensões do PRR concretizadas em 9 roteiros para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo	90
Figura 11: Os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável	103

Lista de siglas

A - Auto-estrada, 30	IMH - Igualdade entre Mulheres e Homens, 94
ADAI – Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial, 41	IP - Itinerário Principal, 30
AEMITEQ – Associação para o Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade, 41	IPC - Instituto Politécnico de Coimbra, 34
AIBILI – Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem, 41	IPN – Instituto Pedro Nunes, 17
Associação UC Tecnimede – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Internacionalização, 41	ISR – Instituto de Sistemas e Robótica, 41
CBE – Centro da Biomassa para a Energia, 41	IT – Instituto de Telecomunicações, 42
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, 15, 42	IteCons – Instituto de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade, 42
CEDI - Conselho Estratégico do Desenvolvimento Intermunicipal, 15	LABCAR – Laboratório de Bioimagem de Alta Resolução, 42
CEF - <i>Connecting European Facility</i> , 126	<i>MaaS - Mobility as a Service</i> , 109
CIM Região de Coimbra - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, 11	MTJ - Mecanismo de Transição Justa, 77
CTCV – Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, 41	OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 22
DGS - Direção Geral de Saúde, 11	ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 66, 87
EIDT - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, 11	ONU - Organização das Nações Unidas, 87
EPE – Entidade Pública Empresarial, 35	PIBpc – Produto Interno Bruto per capita, 20
EREI Centro - Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro, 65	PME – Pequenas e Médias Empresas, 41
ESA – European Space Agency, 42	PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, 14, 63
Firelab – Laboratório de Engenharia de Fogo da Universidade de Coimbra, 42	PPS – <i>Purchasing Power Standard</i> (Paridade do Poder de Compra), 21
FTJ - Fundo para a Transição Justa, 77	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, 75
GEE - Gases com Efeitos de Estufa, 77	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal 2021-2026, 18
I&D – Investigação e Desenvolvimento, 41	PT2030 – Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, 13
IC – Itinerário Complementar, 30	PTTJ - Plano Territorial para uma Transição Justa, 77
	QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, 19

*REACT - Recovery Assistance for Cohesion
and the Territories of Europe, 126*

RIERC – Rede de Incubação e
Empreendedorismo da Região Centro,
42

RIS3 Centro – Estratégia de Especialização
Inteligente Regional do Centro, 17

RSES-Rede de Serviços e Equipamentos
Sociais, 36

SCTN – Sistema Científico e Tecnológico
Nacional, 41

SEF – Serviço e Estrangeiros e Fronteiras,
34

SMM – Sistema de Mobilidade do
Mondego, 32

SNS – Serviço Nacional de Saúde, 62

UC - Universidade de Coimbra, 34

VAB - Valor Acrescentado Bruto, 78

Nota introdutória

A CIM Região de Coimbra - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra desenvolveu, a partir do Setembro de 2019, a revisitação da sua EIDT - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, tendo em vista a preparação do PT2030 a nível sub-regional, no contexto das orientações da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. Estas orientações focavam a revisitação das atuais EIDT no

“(...) reforço das competências, na promoção da competitividade e na coesão territorial, tendo por objetivo a melhoria do nível das populações.”³

Assim, de acordo com as orientações recebidas, na sua elaboração do presente documento importam “(...) a experiência de aplicação dos fundos europeus ao longo dos últimos ciclos de programação, as exigências resultantes da abordagem atual da Política de Coesão, as inovações introduzidas pelo enquadramento regulamentar proposto para 2021-27 e o objetivo de agilização e simplificação do processo de aplicação dos fundos.”⁴

A estrutura adotada inclui os seguintes pontos principais:

1. Metodologia da revisitação da EIDT;
2. Diagnóstico/caraterização da situação atual;
3. Aspetos relevantes da avaliação da abordagem territorial np PT2020 para a revisitação da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra;
4. Visão e estratégia de desenvolvimento para a CIM Região de Coimbra;
5. Plano de ação;
6. Governação;
7. Bibliografia.

Durante a elaboração deste documento, sobretudo a partir do primeiro trimestre de 2020, o mundo foi assolado pelo Corona vírus, tendo a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarado a situação como pandémica no dia 11 de março de 2020⁵.

Em Portugal, a DGS - Direção Geral de Saúde começou a publicar comunicados sobre esta questão no dia 14 de janeiro de 2020, onde reportou sobre o surto de doença respiratória na Cidade de Wuhan – China e sobre a identificação de um novo coronavírus como agente etiológico da doença⁶.

³ Gabinete da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, “Planeamento sub-regional – CIM/AM”, 27/07/2019

⁴ Cf. idem

⁵ Cf.: World Health Organization (11/03/2020), *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19*. On line em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>

⁶ Cf.: Direção Geral de Saúde (14/01/2020), *Comunicado, Número: C160_01_v2, Data: 14/01/2020, Assunto: Surto de doença respiratória na Cidade de Wuhan – China*. On line em: https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/03/Comunicado-de-14_01_2020.pdf

Com a disseminação da doença desde a China para todo o mundo, com o aumento exponencial do número de casos e, especialmente, com a referida declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde a 11 de março de 2020⁷, Portugal adotou um conjunto medidas, tendo em vista a contenção da transmissão da doença, a proteção dos cidadãos, a garantia da capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde e das cadeias de abastecimento de bens essenciais, regulando o funcionamento das empresas e a circulação das pessoas, neste contexto pandémico e de calamidade pública. Às medidas inicialmente previstas muitas outras se seguiram, procurando uma resposta e adequação face a uma realidade cada vez mais avassaladora, em crescendo praticamente contínuo, onde nem a administração das primeiras vacinas em toda a União Europeia a 27 de dezembro de 2020, veio trazer uma melhoria substancial.

A situação que se está a viver a nível mundial continua, pois, marcada pela incerteza e pela necessidade contínua de adaptação, em função da evolução da doença e da sua futura cura e, também, dos seus fortes impactos na sociedade e na economia.

Neste contexto de incerteza e adaptação contínua, é determinante que a EIDT da CIM Região tenha também ela a capacidade de se adaptar e responder transversalmente em todas as suas áreas estruturantes, com medidas que possam minimizar os impactos negativos, mas também potenciar oportunidades de desenvolvimento e melhoria. Face a este contexto, importa ter capacidade de monitorizar e avaliar continuamente, bem como de apresentar, adequar e implementar ações em tempo útil.

⁷ Cf.: WHO – World Health Organization (11/03/2020), *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020*. On line em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>

1. Metodologia da revisitação da EIDT

A metodologia para a revisitação da EIDT tem por base enquadramentos fundamentais que condicionam o exercício realizado: por um lado, os objetivos da política de coesão definidos para Portugal e, por outro, as prioridades pós-2020 definidas pelo Governo de Portugal estabilizadas na agenda temática do futuro PT2030 – Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia - estas prioridades foram posteriormente plasmadas na Estratégia Portugal 2030, aprovada em 13 de novembro de 2020⁸

O enquadramento financeiro multianual para o período de 2021-27 proposto pela Comissão Europeia, nomeadamente os domínios prioritários de investimento, que resultam das orientações em matéria de investimento no âmbito do financiamento da política de coesão neste período, deu origem a 5 objetivos estratégicos⁹:

- ✓ 1: Uma Europa mais inteligente – transformação industrial inovadora e inteligente;
- ✓ 2: Uma Europa mais verde e hipo carbónica – transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos;
- ✓ 3: Uma Europa mais conectada – mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação;
- ✓ 4: Uma Europa mais social – implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- ✓ 5: Uma Europa mais próxima dos cidadãos – mediante a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, bem como das iniciativas locais.

A Estratégia Portugal 2030, que se estrutura em torno de 4 agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030, é o quadro de orientação geral para a definição e implementação das políticas públicas estruturais na próxima década. As 4 agendas temáticas que define são:

- V) as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- VI) digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
- VII) transição climática e sustentabilidade dos recursos, e
- VIII) um país competitivo externamente e coeso internamente:

As prioridades pós-2020 traduzem-se num conjunto de 8 domínios/objetivos prioritários, transversais e com incidência territorial.

⁸ Cf.: Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro de 2020: Aprova a Estratégia Portugal2030

⁹ Cf: Comissão Europeia (27/02/2019), Anexo D do documento COM (2019), 150 final - Semestre Europeu de 2019

Tabela 1: Matriz síntese das linhas gerais de prioridades pós-2020¹⁰

Prioridades pós-2020	Domínios	Objetivos Prioritários
Transversais	I. Inovação e conhecimento	Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação
	II. Qualificação, formação e emprego	Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego
	III. III. Sustentabilidade demográfica	Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão e bens e serviços adequados a uma população envelhecida
Incidência Territorial	IV. Energia e alterações climáticas	Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados
	V. Economia do mar	Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos
	VI. Redes e mercados externos	Assegurar a competitividade externa das cidades e regiões urbanas dos territórios atlânticos e dos territórios do interior
	VII. Competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade	Reforçar a competitividade dos territórios de baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos
	VIII. Agricultura/florestas	Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal

Esta metodologia integra também os seguintes pressupostos, conforme as orientações recebidas do Gabinete da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional¹¹:

- ✓ lógica de simplificação nos processos de planeamento e de programação,
- ✓ abordagem estratégica evolutiva face ao exercício anterior do PT2020, por oposição à realização de um novo exercício;
- ✓ incluir, no mínimo, as competências municipais e intermunicipais;
- ✓ incluir uma dimensão urbana (tendo presente o modelo territorial do PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) em que as lógicas de regeneração

¹⁰ República Portuguesa, Planeamento e Infraestruturas (s/data), “Portugal2030: Futuro da Política de Coesão – Elementos para reflexão”

¹¹ Cf.: Gabinete da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional (27/07/2019), “Planeamento sub-regional – CIM/AM”

urbana possam ser perfeitamente integradas com as abordagens das NUTS III, reforçando o nível de corresponsabilização das CIM nessa matéria;

- ✓ alinhamento com a Estratégia Regional, por via da declinação desta estratégia nas sub-regiões; esse alinhamento passa por ancorar a estratégia sub-regional (NUTS III) na estratégia regional (NUTS II), tendo por base as atuais NUTS II;
- ✓ ter por base as diversas fontes de financiamento existentes, considerando a manutenção dos diferentes mecanismos regulamentares, bem como o facto da programação financeira poder ser suportada por fontes de financiamento comunitárias e/ou nacionais (pública e privada).

Inclui ainda uma auscultação dos principais agentes económicos e sociais da CIM Região de Coimbra. Esta auscultação seguiu diferentes métodos, de acordo com o tipo de agentes auscultados e objetivo da auscultação. Contemplou, por um lado a organização de workshops, seminários e, complementarmente, foi usada a metodologia *Delphi*.

Workshops:

Estes constituíram-se como sessões de grupo, envolvendo a equipa técnica da CIM Região de Coimbra, os autarcas que integram o seu Conselho Intermunicipal e o Secretário Executivo Intermunicipal, com objetivo de auscultação e reflexão sobre as iniciativas estruturantes implementadas ao abrigo da EIDT 2014-2020 e sobre as iniciativas a definir para o período de 2021-2027, em alinhamento com os objetivos da política de coesão Europeia. Foram organizados na fase inicial de revisitação da estratégia em setembro de 2019.

Tabela 2: Workshops realizados na revisitação da EIDT da CIM Região de Coimbra

Workshop	Data, Duração, Local	Tipo de participantes	N.º de Participantes
1	18/09/2019 – 3 Horas CIM Região de Coimbra	Secretário Executivo Intermunicipal Equipa técnica da CIM Região de Coimbra	7
2	27/09/2019 - 3 Horas CIM Região de Coimbra	Autarcas do Conselho Intermunicipal Secretário Executivo Intermunicipal	19

Metodologia *Delphi*:

Na sequência da elaboração das versões preliminares do documento de revisitação da estratégia, esta metodologia foi usada para obter contributos adicionais, para a análise e exploração de resultados. Consistiu-se num processo estruturado de recolha de opiniões de *stakeholders*, mediante o envio do documento base por rondas, de modo a permitir um *feedback* organizado de consulta iterativa, dado por pessoas, em representação dos agentes económicos e sociais, que possuem conhecimento e podem gerar informação qualificada. Neste processo foram envolvidos representantes dos seguintes agentes económicos e sociais, em representação do CEDI - Conselho Estratégico do Desenvolvimento Intermunicipal :

- CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- Administração central desconcentrada;
- Representantes das principais atividades económicas;
- Representantes do Terceiro Setor;

- Representantes de outros setores.

Neste contexto e em complementaridade foi organizada uma sessão de apresentação da EIDT da CIM Região de Coimbra para representantes das associações empresariais, em 09/11/2020 e recolhidos os seus contributos e propostas.

Seminários:

Perante o contexto de pandemia COVID-19 e para acompanhar o desenvolvimento da Região de Coimbra surgiu um projeto conjunto entre a Universidade de Coimbra (UC), a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) e o Instituto Pedro Nunes (IPN), designado **Coimbra 2030**. Constitui-se como uma plataforma visa apoiar o desenvolvimento económico e social da Região de Coimbra, abrangendo os seus 19 municípios e envolvendo cidadãos; empresas; terceiro setor; entidades públicas; cultura, media e comunidade. Tem por objetivos:

- Mitigação dos impactos da crise económica e social através do conhecimento;
- Investigação ao serviço de políticas públicas;
- Apoio à tomada de decisão dos agentes regionais;
- Monitorização e avaliação dos impactos de decisões estratégicas;
- Identificação e projeção do posicionamento competitivo da região;
- Análise de incertezas cruciais e cenários prospetivos;
- Mitigação dos impactos da crise económica e social através do conhecimento.

Procura responder a 4 objetivos societais:

- Economia de impacto;
- Transformação digital;
- Fortalecimento e capacitação;
- Territórios sustentáveis ¹².

Entre 1 e 5 de junho de 2020 foi organizado um ciclo de 5 seminários temáticos onde foram auscultados os membros do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal sobre o futuro da economia no pós-pandemia, visando refletir sobre os problemas, as ameaças e as oportunidades no atual contexto, bem como os passos que se consideram importantes e o que se espera das políticas públicas. Os temas abordados foram: cultura e património; indústria e competitividade; turismo e restauração; agricultura e florestas; poder local e novas políticas¹³. Destaca-se ainda a recolha de um conjunto de indicadores, que permitem acompanhar a situação da região, nas seguintes áreas: economia de impacto; transformação digital; fortalecimento e capacitação; territórios sustentáveis; território e povoamento; conhecimento e mercado de trabalho; sistema produtivo, inovação, tecnologia e internacionalização; coesão social. Estes indicadores estão acessíveis *on line* em: <https://linktr.ee/coimbra2030>¹⁴

Auscultação Pública

¹² Cf.: Coimbra2030 (s/data), *Sobre*. *On line* em: <http://coimbra2030.pt/>

¹³ Cf.: Coimbra2030 (1-5 junho 2020), *Economia pós-pandemia. Que futuro?*. *On line* em: https://www.uc.pt/feuc/coimbra2030/repositorio_imagens/operacao/economia_pos_pandemia_que_futuro

¹⁴ Cf. Coimbra2030 (s/data), *Indicadores*. *On line* em: <https://linktr.ee/coimbra2030>

É ainda de referir que a EIDT da CIM Região de Coimbra para o período de 2021-2027 na sua versão aprovada pelo Conselho Intermunicipal de 25 de fevereiro de 2021, esteve em auscultação pública¹⁵ pelo período de 15 dias, entre os dias 3 e 18 de março de 2021. Em resultado desta auscultação foram recebidos diversos contributos de empresas, organizações e pessoas individuais, os quais foram analisados, avaliados e considerados na versão final do presente documento.

Ainda no contexto do **diagnóstico/caracterização da situação atual** é de destacar a realização do enquadramento institucional e territorial, com a caracterização do território, das suas acessibilidades, bem como dos principais equipamentos, onde se inclui os equipamentos de ensino, saúde, sociais, justiça, tecnologia e inovação, investigação, bem como os recursos turísticos. Foram também incluídos elementos relativos ao contexto nacional atual e ao processo de convergência e atualizados os indicadores estatísticos mais relevantes, a nível da evolução demográfica da população e da estrutura sócio económica da região.

De acordo com a proposta apresentada pelo IPN – Instituto Pedro Nunes e aprovada pela CIM Região de Coimbra, as fases, respetivas atividades, resultados e calendário previsto para o desenvolvimento do presente documento são os que a seguir se descrevem e que configuram o plano de trabalho seguido.

Tabela 3: Plano de trabalho para desenvolver a EIDT da Região Centro, 2021-2027

Fase	Atividade	Resultado	Calendário
1	Atualizar a informação constante na EIDT da Região de Coimbra 2014-2020	Documento base da revisitação da EIDT da Região de Coimbra 2021-2027 versão 1 – Estrutura atualizada	Outubro 2019
2	Potenciar a participação e envolvimento de agentes locais e <i>stakeholders</i>	2 <i>Workshops</i>	Janeiro 2020
3	Conceber o documento da revisitação da EIDT da Região de Coimbra 2021-2027, incluindo objetivos e plano de ação, com eixos estratégicos	Documento desenvolvido com a revisitação da EIDT da Região de Coimbra 2021-2027 versão 2 - Desenvolvimento	Janeiro 2020
4	Elaborar e validar a versão preliminar do documento da EIDT da Região de Coimbra 2021-2027	Documento preliminar com a revisitação da EIDT da Região de Coimbra 2021-2027 versão 3 - Validado	Janeiro 2020
5	Elaborar a versão final do documento da EIDT da Região de Coimbra 2021-2027	Documento finalizado com a revisitação da EIDT da Região de Coimbra 2021-2027 versão 4 - Final	Fevereiro 2020
6.a	Preparar e acompanhar o processo de apresentação pública, junto das entidades competentes, da EIDT da Região de Coimbra 2021-2027	Apresentações públicas da EIDT da Região de Coimbra 2021-2027	Março 2021

¹⁵ CIM Região de Coimbra (s/data), Notícias, Região de Coimbra aprova Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2021-2027 e inicia auscultação pública para recolha de contributos. *On line* em: https://www.cim-regiao-de-coimbra.pt/regiao-de-coimbra-aprova-estrategia-integrada-de-desenvolvimento-territorial-2021-2027-e-inicia-auscultacao-publica-para-recolha-de-contributos/?fbclid=IwAR1QCV8blOWrFKLsBZti_gdLT_LWBsSjCzH5xBYNdn4LI-k7O5z9Vj7QeI0

6.b	Assegurar a validação da EIDT da Região de Coimbra 2021-2027 pelas entidades competentes	EIDT da Região de Coimbra 2021-2027 validada pelas entidades competentes	Março 2021
-----	--	--	------------

Este plano de trabalho sofreu um ajustamento em termos da calendarização prevista: a sua conclusão estava inicialmente prevista para agosto de 2020, todavia a situação pandémica acabou por condicionar este prazo, que foi estendido até março de 2021.

Simultaneamente é de referir que os processos de preparação do período de programação 2021-2027 em Portugal e na Região Centro só foram concluídos, respetivamente, em outubro e novembro de 2020, com a aprovação da Estratégia Portugal 2030¹⁶ e da Visão Estratégica para a Região Centro 2030¹⁷. É ainda de salguardar que em janeiro de 2021 ainda está em revisão a RIS3 Centro – Estratégia de Especialização Inteligente Regional do Centro. Assim, o facto de nem a estratégia nacional, nem a regional, nem a RIS3 estarem definidas condicionaram numa primeira fase a informação disponível para o presente processo de revisitação da EIDT da CIM Região de Coimbra. Foi necessário, numa segunda fase, incorporar e alinhar a EIDT da CIM Região de Coimbra com estes instrumentos de política e ainda com outros que, no seu conjunto, determinam as orientações políticas e o acesso a fundos no período de vigência da EIDT da Região Centro, a saber:

- AD&C e APA, *Plano Territorial para uma Transição Justa – Diagnóstico*, 10 de agosto de 2020;
- República Portuguesa, *PRR - Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal 2021-2026*, Plano Preliminar, 15 de outubro de 2020.

De ressaltar por último que, entre a versão 2014-2020 e a presente versão, foi necessário incorporar nesta revisitação um conjunto de informação de estratégia e planeamento, que antes não existia e passou a existir ou que foi, entretanto, atualizada. Esta informação refere-se tanto a níveis europeus, nacionais como ao nível intermunicipal. Por exemplo, ao nível intermunicipal, passou a existir o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM Região de Coimbra (2017), Plano Intermunicipal de Gestão de Riscos da CIM Região de Coimbra (2017) e o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) na Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra (2018), que antes não estavam definidos e que foram considerados na atual estratégia. Quando a nível intermunicipal ainda não existe documentação relativa ao planeamento estratégico em determinadas áreas, optou-se por recorrer (em complemento aos elementos de diagnóstico/caracterização da situação atual) a documentos estratégicos nacionais e de análise europeia como fontes de informação, por forma a garantir um alinhamento entre as ações estratégicas previstas e os instrumentos de política existentes.

¹⁶ Cf.: Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro de 2020: Aprova a Estratégia Portugal 2030. *On line* em: <https://dre.pt/home/-/dre/148444002/details/maximized>

¹⁷ Cf.: CCDRC (13 de novembro de 2020), *Notícias: CCDRC aprova estratégia para a região Centro 2030*. *On line* em: http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3409:ccdrc-aprova-estrategia-para-a-regiao-centro-2030&catid=1573:destaques&Itemid=756

2. Diagnóstico/caraterização da situação atual

2.1 CONTEXTO NACIONAL E PROCESSO DE CONVERGÊNCIA

Portugal e a política de coesão

No contexto da preparação da estratégia nacional Portugal2030, foi feita em 2017 uma análise da implementação da política de coesão. Concluiu-se que o nosso país é um dos países com boas credenciais na implementação da política de coesão, com um histórico muito positivo na sua execução. A atestar esta conclusão são apresentados os seguintes indicadores:

- Elevados níveis de absorção dos fundos (de que é exemplo o encerramento do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional com execução a 100% em todos os PO);
- Resultados e impactos globalmente positivos (alteração do perfil de especialização da economia; elevação do nível de qualificação dos portugueses; boa cobertura das redes de equipamentos e serviços públicos);
- Elevado nível de *compliance* com as normas comunitárias, atestado pela reduzida taxa de erro;
- Verificou-se nos primeiros anos de integração um processo de convergência significativo que se interrompeu com a adesão ao Euro;
- A melhoria ligeira da produtividade não tem conseguido compensar a forte redução da utilização de recursos humanos na economia.

Em 2019, foi publicado pela Comissão Europeia, o Relatório relativo a Portugal 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos¹⁸, onde se pode conhecer como a implementação dos fundos de coesão e programas da EU contribui para enfrentar os desafios estruturais do país e reforçar a sua competitividade.

Tabela 4: Contributo dos fundos e programas da EU para enfrentar os desafios estruturais, promover o crescimento e reforçar a competitividade de Portugal

Os fundos e programas da UE contribuem para enfrentar os desafios estruturais, promover o crescimento e reforçar a competitividade de Portugal. Portugal é um dos maiores beneficiários de fundos da UE.

A dotação financeira dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento destinada a apoiar Portugal na superação dos desafios em matéria de desenvolvimento ascende a 25,9 mil milhões de EUR no atual quadro financeiro plurianual, representando potencialmente cerca de 1,9 % do PIB por ano. Até ao final de 2018, cerca de 21,1 mil milhões de EUR já tinham sido afetados a projetos específicos. Além disso, foram afetados 674 milhões de EUR a projetos específicos no domínio das redes de transportes, energia e projetos digitais, através do Mecanismo Interligar a Europa. Além disso, muitas instituições de investigação e empresas portuguesas beneficiaram de outros instrumentos de financiamento da UE, nomeadamente o programa Horizonte 2020, que concedeu 560 milhões de EUR.

O financiamento da UE ajudou a dar resposta aos desafios estratégicos identificados nas recomendações dirigidas a Portugal em 2018.

¹⁸ Cf.: Comissão Europeia (Bruxelas, 27/02/2019), *Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos*, COM(2019) 150 final

As ações financiadas abrangem a promoção da investigação e inovação e de sinergias entre o meio académico e as empresas; a melhoria do acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento; e o estímulo do empreendedorismo e da inovação, o que permitiu a mais de 13 000 empresas receber apoio, tendo mais de 1 000 empresas introduzido novos produtos e 600 empresas cooperado com instituições de investigação, favorecendo assim a criação de 37 000 novos postos de trabalho. Os investimentos da UE apoiados pelo Fundo Social Europeu contribuem para aumentar o nível de competências, reduzir o abandono escolar precoce e elevar os níveis de habilitações.

A Comissão pode prestar apoio técnico personalizado mediante pedido de um Estado-Membro, através do Programa de Apoio às Reformas Estruturais, para ajudar os Estados-Membros a aplicar reformas favoráveis ao crescimento, dar resposta aos desafios identificados no processo do Semestre Europeu ou aplicar outras reformas nacionais.

Portugal, por exemplo, recebe apoio para desenvolver as bases jurídicas e os novos processos referentes à nova Lei de Enquadramento Orçamental, e para aplicar o novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. A Comissão está também a ajudar as autoridades nos seus esforços para melhorar o funcionamento da plataforma de coordenação interministerial, que estima os encargos administrativos do atual quadro regulamentar, a fim de promover um melhor quadro regulamentar e reduzir o efeito de sobre regulamentação da legislação da UE. Além disso, em 2018, tiveram início os trabalhos de conceção do Plano Nacional de Literacia de Adultos. Por outro lado, no setor financeiro está a ser prestado apoio para identificar os obstáculos e as prioridades de reforma para um melhor acesso aos mercados de capitais.

Os fundos da UE reforçam a capacidade administrativa das autoridades nacionais, regionais e autárquicas e a sociedade civil.

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento mobilizam, por si só, capital privado adicional através da afetação de cerca de 726 milhões de EUR sob a forma de empréstimos, garantias e capitais próprios. Além disso, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos atribuiu 2,4 mil milhões de EUR a projetos em Portugal, que deverão desencadear um total de 8,7 mil milhões de EUR de investimentos públicos e privados adicionais. Portugal ocupa o terceiro lugar no volume total de operações aprovadas em percentagem do PIB. Até à data, foram aprovados 25 projetos que envolvem Portugal, ao abrigo da Secção Infraestruturas e Inovação do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos. Ascendem a 1,2 mil milhões de EUR de financiamento total, que, por sua vez, deverão gerar 4,3 mil milhões de EUR em investimentos. No âmbito da subsecção relativa às pequenas e médias empresas, foram aprovados 15 acordos com bancos intermediários num montante total de 1,3 mil milhões de EUR, que deverão mobilizar cerca de 4,4 mil milhões de EUR de investimento total. Prevê-se que venham a beneficiar deste apoio 11 951 pequenas e médias empresas e empresas de média capitalização.¹⁹

O processo de convergência interno e entre regiões

Apesar de nas últimas décadas se ter assistido a uma evolução importante em termos de coesão interna com a aproximação dos níveis de PIBpc – Produto Interno Bruto per capita das regiões portuguesas, o país não conseguiu empreender uma convergência sustentada com os valores médios da União Europeia em termos de PIBpc, tendo alternado períodos de convergência com outros de divergência.

As regiões Portuguesas (NUTS II) registaram entre 2000 e 2016 um processo de coesão interna, que teve como resultado uma aproximação dos níveis de criação de riqueza regionais, embora ancorado na significativa diminuição do PIBpc da Área Metropolitana de Lisboa (o denominado processo de convergência negativa)²⁰.

Com base em informação sobre preços de um cabaz comum de bens e serviços de 37 países europeus, compilada e trabalhada centralmente, o EUROSTAT calcula indicadores de Paridades de Poder de Compra (PPC) determinando um numerário artificial comum “PPS” (sigla inglesa

¹⁹ Cf.: Comissão Europeia (Bruxelas, 27/02/2019): *idem*.

²⁰ Ferreira, Mafalda *et al.* (dezembro 2018), *Relatório do Desenvolvimento & Coesão*, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, pp. 15

para *Purchasing Power Standard*) com o objetivo de apresentar estimativas para os agregados da despesa ajustados das diferenças de preços relativos. Entre as diversas utilizações desta informação, salienta-se a da identificação das regiões suscetíveis de beneficiarem dos Fundos Estruturais.²¹

Desde 2000, Portugal tem vindo a divergir face à média Europeia:

- no ano 2000, o PIBpc – Produto Interno Bruto *per capita* em PPS – *Puchasing Power Standard* (Paridade do Poder de Compra) foi de 84% da média da UE28²²;
- em 2017, o PIBpc em PPS situou-se nos 76,6% da média da UE28, valor inferior em 0,8 pontos percentuais ao verificado em 2016 (77,2%). Entre os 19 estados membros que integram a zona Euro, Portugal ocupava em 2017 a 16ª posição, abaixo da Estónia (78,8), da Lituânia (78,4) e à frente da Eslováquia, Grécia e Letónia. Saliente-se o crescimento significativo do índice de volume do PIBpc da Lituânia, o segundo mais elevado de todos os 37 países participantes na comparação (+4,1%)²³.

Esta evolução é resultado de comportamentos diferenciados em dois períodos:

- 2000-2007: Portugal apresenta uma evolução do PIBpc em PPS em linha com o crescimento médio verificado na UE28 (92% da média do crescimento do PIBpc da UE28);
- 2008-2015: Portugal apresenta uma evolução do PIBpc em PPS muito abaixo do crescimento médio verificado na UE28 (apenas 46% da média do crescimento do PIBpc da UE 28).

Este processo de não convergência de PT face à UE foi acompanhado por uma convergência interna de algumas regiões menos desenvolvidas.

O PIB continuou a depender fortemente de 2 regiões: da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Norte. Juntas contabilizam mais de 60% do PIB nacional, sendo esta uma tendência estrutural da economia Portuguesa (2000: 65% do PIB; 2015: 66% do PIB)²⁴.

De realçar que Portugal é um dos Estados-Membros que tem a menor disparidade entre os PIBpc regionais, ou seja, dos menores níveis de assimetrias regionais internas neste indicador, um dos poucos (cinco) em que estas assimetrias se reduziram entre 2000 e 2016.

As diferenças de PIBpc em Portugal e nas suas regiões face à média da UE28 são maioritariamente explicadas pelo efeito da estrutura sectorial, ou seja, pelos seus perfis de especialização produtiva. Tendo as regiões Portuguesas, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, por norma uma especialização produtiva em ramos que, no quadro Europeu, apresentam endogenamente menor produtividade.

Ao nível das NUTS III nacionais, verifica-se que cerca de metade (12) regista em 2015 um PIBpc superior ao que tinha em 2000, incluindo Região de Coimbra. Na maioria dos casos tratavam-se de sub-regiões que apresentavam (no início do período) os níveis mais baixos de riqueza (demonstrando que também a este nível, o investimento inicial em infraestruturas consegue uma aceleração do crescimento permitindo crescer a ritmos mais rápidos que as regiões mais ricas).

²¹ Cf.: INE-Instituto Nacional de Estatística (13 de dezembro 2018), *Paridades Poder de Compra* (PPC) – 2017 *in* Destaque – Informação à Comunicação Social

²² Cf.: Portugal 2030 (2017), *Diagnóstico da Situação Portuguesa - Processo de Convergência de Portugal*. *On line* em: <https://www.portugal2030.pt/diagnostico-da-situacao-portuguesa/>

²³ Cf.: INE-Instituto Nacional de Estatística (13 de dezembro 2018): *idem*

²⁴ Cf.: Portugal 2030, *Diagnóstico da Situação Portuguesa* (2017), *idem*

A promoção de um desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado, o estímulo ao desenvolvimento integrado nas cidades e no meio rural, ou a integração territorial de regiões funcionais transfronteiriças, constituem caminhos para o reforço da coesão territorial que requerem modelos de governança que permitam assegurar a universalidade da provisão dos serviços gerais, num quadro de crescente pressão sobre o uso eficiente dos recursos públicos.

A evolução de indicadores e taxas de cobertura e a melhoria da qualidade e intensidade dos serviços prestados é incontornável, tendo-se reduzido o quadro de assimetrias de acesso e de iniquidade da população, em particular, com melhoria nas regiões mais desfavorecidas ou afastadas de centros

Se à escala nacional as estruturas e serviços da Administração Central continuam a assegurar a provisão de serviços com maior grau de especialização que podem, em alguns casos, ter uma incidência regional, ao nível local (serviços de proximidade), verifica-se um crescente protagonismo dos municípios, em resultado de processos de descentralização de competências, em que lhes são atribuídas novas responsabilidades na provisão, em particular na gestão de infraestruturas e de equipamentos.

O processo de descentralização, com o inerente debate e revisão das competências locais (municipais e intermunicipais), constitui uma oportunidade de melhorar a eficiência da prestação de serviços num quadro de universalidade de acesso, nomeadamente clarificando o nível territorial mais adequado e permitindo encontrar soluções de âmbito intermunicipal preferencialmente desenhadas em função de cada realidade concreta.

Nas últimas décadas, os progressos significativos que se verificaram na provisão de Serviços Sociais de Interesse Geral (SSIG), sobretudo devido ao investimento público, com reflexos no aumento da esperança de vida à nascença ou no aumento da escolarização da população, são fatores positivos para enfrentar os grandes desafios e as novas realidades que se colocam a diferentes níveis como o demográfico, o socioeconómico, o tecnológico ou o ambiental.

Fica claro também, que a escala e o nível de organização territorial são fundamentais para a eficiência das políticas e para a superação dos estrangulamentos. Não é neutro o nível de entrega e de gestão das políticas, não é irrelevante o modelo, nem a densidade de atores e as competências por eles exercidas ou neles delegadas.

As estruturas e os mecanismos através dos quais se estabelecem as relações inter organizacionais estão na agenda pública e política, sob o chapéu teórico e conceptual da governança pública. Existe hoje um entendimento comum, na academia e nas organizações nacionais e internacionais, de que a qualidade da governança pública é um fator determinante do desenvolvimento económico, da qualidade de vida e da legitimidade política e que é, igualmente, uma pré-condição para políticas públicas mais eficazes e eficientes.

Segundo os dados mais recentes do [The Worldwide Governance Indicators](#), Portugal encontra-se numa situação globalmente percecionada como favorável quando comparada com o grupo dos países mais desenvolvidos da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, ainda que com claras oportunidades de melhoria e margens de progressão. Uma das dimensões onde o desempenho do país é mais positivo diz respeito à eficácia governativa. Esta não diz apenas respeito aos governos centrais e às respetivas administrações públicas, mas antes deve ser entendida como uma dimensão transversal aos vários níveis de governo (central, regional e local), tal como preconizado no conceito de governança multinível.



Figura 1: Eficácia governativa em 2018

Fonte: The Worldwide Governance Indicators. On line em: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/Home/Reports>

Neste contexto, existe hoje uma tendência generalizada de descentralização na maioria dos países europeus, sobretudo através do reforço da autonomia local (municípios) e regional (intermunicipal). Portugal não constitui exceção a esta tendência internacional, tendo vindo a adotar, sobretudo na última década, mecanismos legais e estratégicos que procuram reforçar o papel dos governos infranacionais (municípios), das suas estruturas administrativas e das entidades intermunicipais na implementação de políticas e serviços públicos²⁵.

Em toda a Europa, o nível das NUTS II é pautado por alguma coerência nas suas realidades sócio económicas e até territoriais, permitindo uma análise comparativa dessas unidades estatísticas. Em contrapartida, a realidade intra NUTS II, ou seja, ao nível das NUTS III, é bastante distinta e a diversidade existente, bem como a limitação de indicadores para este nível territorial, não permitem comparações nem interpretações aprofundadas.

Tomando como termo de referência a média da UE28, verifica-se que menos de metade das NUTS III portuguesas (12 de 25) registam, em 2015, um índice de PIBpc face à média da UE superior ao registado em 2000, inserindo-se nestas 12 a Região de Coimbra. Com exceção do Alentejo Litoral, foram as NUTS III com valores mais baixos no ano 2000 que conseguiram um melhor desempenho. Nas restantes 13 NUTS III verificou-se uma degradação da sua posição relativa. Em virtude dos seus desempenhos se destacarem comparativamente às restantes sub-regiões NUTS III, tem de se referenciar as trajetórias da Área Metropolitana de Lisboa e do Alentejo Litoral. Enquanto a primeira evidencia um padrão constante de degradação do seu desempenho, o que face ao seu peso na economia portuguesa tem vindo a condicionar o

²⁵ Cf.: Ferreira, Mafalda *et al.* (dezembro 2018): *idem*, pp. 15-19

processo de convergência nacional, o Alentejo Litoral, apesar de uma trajetória mais oscilante, conseguiu pela primeira vez em 2015 ultrapassar esta Área Metropolitana no nível do PIBpc.

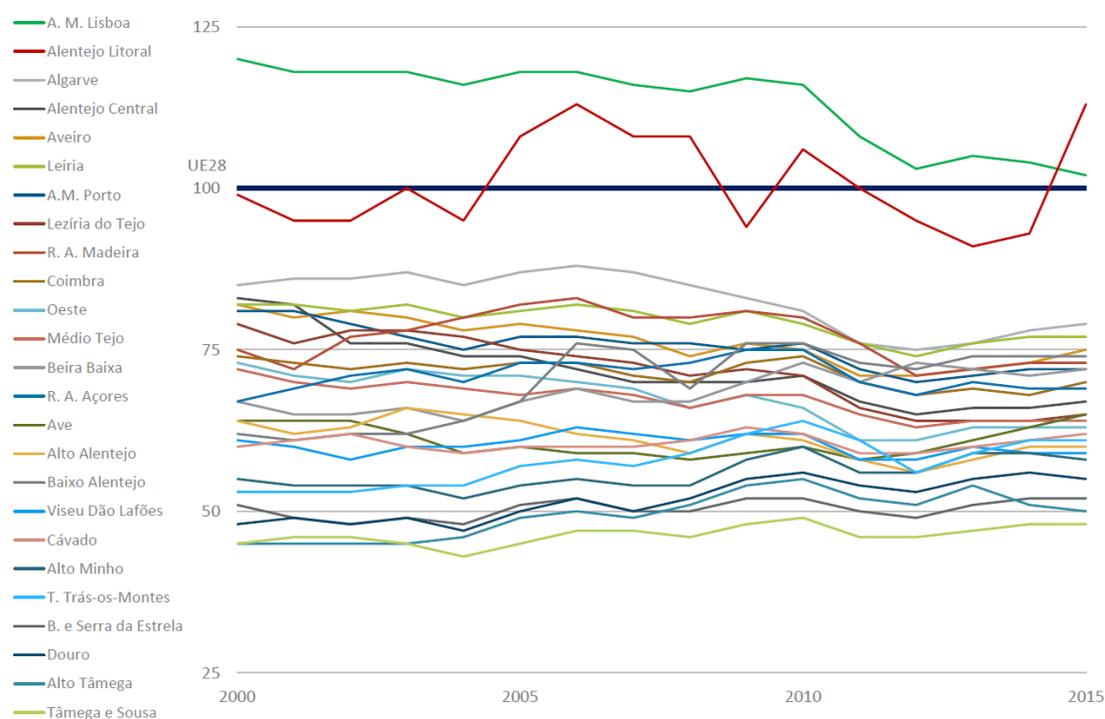


Figura 2: PIBpc nas NIT III portuguesas em % da média da UE28

Fonte: Eurostat in Ferreira, Mafalda et al. (dezembro 2018): *idem*, pp. 51

No contexto de convergência/divergência do conjunto das NUTS III é possível identificar os comportamentos das 12 sub-regiões que convergem positivamente e onde se encontra a Região de Coimbra. A grande maioria destas sub-regiões que convergiu positivamente entre 2000 e 2016, fê-lo perdendo população, sendo que dessas 12 regiões, sete sofreram perdas populacionais acima dos 10%.

Pese embora a contração do crescimento populacional não fosse, entre 2000 e 2008, um fator estranho à maioria das NUTS III nacionais (13 já registavam perda de população neste período), esta tendência agudizou-se substancialmente entre 2008 e 2016. Nestes últimos 8 anos, apenas três regiões não perderam população, registando, ainda assim, crescimentos pouco significativos: Oeste, Área Metropolitana de Lisboa e Algarve viram a população aumentar. Existindo uma perda populacional generalizada e não se verificando a necessária compensação, total ou parcial, no crescimento das sub-regiões onde a população aumenta, esta diminuição parece ficar a dever-se sobretudo a dois fatores: quebras acentuadas nas taxas de natalidade e/ou deterioração dos saldos migratórios, estes particularmente sentidos entre 2008 e 2016.

Verificado o comportamento da variável PIBpc nas regiões, importa aprofundar a sua análise através da sua decomposição em algumas das suas possíveis componentes numa tentativa de encontrar aquelas que mais condicionam o desempenho das regiões portuguesas nos seus trajetos de convergência/divergência com a UE.

O aspeto que mais se salienta é que as assimetrias do PIBpc em Portugal e nas suas regiões face à média da UE28 são maioritariamente explicadas pelo efeito estrutura sectorial, ou seja, pela sua especialização produtiva (representada pelo peso do emprego nos diferentes ramos de atividade numa região) (Ramos e Rodrigues, 2001). As regiões portuguesas, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, têm por norma uma especialização produtiva em ramos que, no quadro Europeu, apresentam endogenamente menor produtividade. O Norte e o Centro são as duas regiões com o PIBpc mais baixo em Portugal, são NUTS II onde a especialização produtiva e a eficiência produtiva concorrem ambas com muita relevância para esses baixos valores do PIB²⁶.

2.2 ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DA CIM REGIÃO DE COIMBRA

“A CIM Região de Coimbra é uma comunidade intermunicipal que integra os municípios de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua, Vila Nova de Poiares, constituída ao abrigo da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”²⁷ Corresponde à Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUT III) da Região de Coimbra e tem sede em Coimbra.

De acordo com os Estatutos que a regem, aprovados na sua reunião de 14 de janeiro de 2014, a CIM Região de Coimbra tem por objetivo a prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito da gestão e ou contratualização de fundos comunitários;
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

Cabe-lhe assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas:

- a) Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b) Rede de equipamentos de saúde;
- c) Rede educativa e de formação profissional;
- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e) Segurança e proteção civil;
- f) Mobilidade e transportes;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;

²⁶ Cf: Mafalda *et al.* (dezembro 2018): *idem*, pp. 45-57

²⁷ CIM Região de Coimbra (2017). *Quem somos*. On line em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/quem-somos/#>

i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.²⁸

Neste contexto e tendo em conta o reconhecimento de que municípios, juntas de freguesia e comunidades intermunicipais são estruturas fundamentais para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, importa sintetizar o conjunto das competências transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais de acordo com a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, em consagração do princípio da subsidiariedade e numa lógica de descentralização administrativa. O quadro seguinte sintetiza estas competências/domínios de atuação, considerando a entidade responsável, a área sectorial e o respetivo enquadramento legal.

²⁸ Cf.: Diário da República, 2.ª série — N.º 35, Anúncio n.º 49/2014, de 19 de fevereiro

Tabela 5: Competências transferidas para os municípios

Entidade	Área setorial	Diploma	Domínio/Competências
Municípios	Praias	Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11/2018	Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado
Municípios	Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar	Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo
Municípios	Vias de comunicação	Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação
Municípios	Justiça	Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça
Municípios	Associações de Bombeiros	Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários
Municípios	Estruturas de atendimento ao cidadão	Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes
Municípios	Habitação	Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação
Municípios	Património imobiliário público sem utilização	Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização
Municípios	Estacionamento público	Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público
Municípios	Ações de arborização e rearborização	Decreto-Lei n.º 12/2019 de 21 de janeiro	Transfere a competência relativa à autorização e comunicação prévia das ações de arborização e rearborização
Municípios	Proteção e saúde animal*	Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos
Municípios	Educação	Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação
Municípios	Cultura	Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019	Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura
Municípios	Saúde	Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde
Municípios	Policiamento de proximidade	Decreto-Lei n.º 32/2019 de 4 de março	Alarga as competências dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade
Municípios	Proteção civil	Decreto-Lei n.º 44/2019 de 1 de abril	Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil
Municípios	Transporte em vias navegáveis interiores	Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis
Municípios	Áreas portuárias	Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuárias marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária
Municípios	Áreas protegidas	Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto	Define o modelo de cogestão das áreas protegidas

*Cessação de vigência: Resolução da Assembleia da República N.º 138/2019, de 08 de agosto

Tabela 6: Competências transferidas para as entidades intermunicipais

Entidade	Área setorial	Diploma	Domínio/Competências
Entidades intermunicipais	Turismo	Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística
Entidades intermunicipais	Justiça	Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça
Entidades intermunicipais	Fundos europeus e captação de investimento	Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento
Entidades intermunicipais	Associações de Bombeiros	Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da participação na definição da rede dos quartéis de Bombeiros Voluntários e na elaboração de programas de apoio às suas corporações
Entidades intermunicipais	Educação	Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação
Entidades intermunicipais	Saúde	Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde
Entidades intermunicipais	Transporte em vias navegáveis interiores	Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis
Entidades intermunicipais	Áreas protegidas	Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto	Define o modelo de gestão das áreas protegidas

Tabela 7: Competências transferidas para as freguesias

Entidade	Área setorial	Diploma	Domínio/Competências
Freguesias	Estruturas de atendimento ao cidadão	Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da instalação de Espaços Cidadão
Freguesias	Transferência de competências dos municípios	Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04/2019	Concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias
Freguesias	Proteção civil	Decreto-Lei n.º 44/2019 de 1 de abril	Concretiza a transferência de competências no domínio da proteção civil

2.3 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

2.3.1 Território

Em termos administrativos e estatísticos, a Região de Coimbra constitui uma NUT III com idêntica denominação, situada na Região Centro (NUT II) de Portugal. Confronta, a norte com a Região de Aveiro e Viseu Dão -Lafões, a este com Beiras e Serra da Estrela, a sul pela Beira Baixa e Região de Leiria e a Oeste com o Oceano Atlântico.

A CIM Região de Coimbra é a maior Comunidade Intermunicipal do País, com cerca de 460 mil habitantes, integrando 19 municípios de três distritos distintos (Coimbra, Aveiro e Viseu), tendo uma área de 4336 Km². Entre estes municípios, 2 estão incluídos respetivamente na NUT III Dão-Lafões (Mortágua) e na NUT III Baixo Vouga (Mealhada) e os demais 17 pertencem à NUT III Baixo Mondego.

“Tratando-se de uma região que abrange 19 municípios é inevitavelmente uma região muito heterogénea, tanto ao nível das características da população, população residente, densidades populacionais, nível da estrutura etária e nível de escolaridade, assim como ao nível dos perfis da região litoral vs. interior e rural vs. urbano.”²⁹



Figura 3: Território da CIM Região de Coimbra, com os seus 19 municípios

Fonte: CIM Região de Coimbra (2017). Viver-População. Acedido on line a 18 de outubro de 2019, em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/viver/populacao/>

²⁹ CIM Região de Coimbra (2017). Viver-População. Acedido on line a 18 de outubro de 2019, em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/viver/populacao/>

Como maior Comunidade Intermunicipal do país, a Região de Coimbra integra um conjunto coeso de cidades e vilas, com ligações e relações históricas e funcionais, que lhe conferem uma elevada capacidade de metropolização, assim esta seja dotada dos serviços e equipamentos que trazem direccionalidade e centralidade, num espaço pleno de oportunidades.

O sistema urbano da Região de Coimbra é encabeçado pela cidade Coimbra, centro regional cuja influência congrega, entre outros, serviços de interesse geral diferenciadores, especialização na área da saúde, influência da Universidade de Coimbra e atratividade/oferta turística. Coimbra polariza um conjunto de centros urbanos vizinhos que asseguram, entre outras, uma função habitacional de suporte. A influência dos serviços mais avançados, designadamente na área da saúde, estende-se a um extenso território. A Figueira da Foz destaca-se também como centro regional pela sua especialização nos serviços turísticos e portuários.

A Região Centro tem sabido explorar as virtualidades do seu sistema urbano policêntrico, o qual está fortemente representado nas dinâmicas de inovação que têm proporcionado à região uma elevada notoriedade e reconhecimento. Porém, do ponto de vista das infraestruturas e serviços avançados de suporte à internacionalização e competitividade, que são cruciais para que as dinâmicas de inovação da região possam ocorrer em condições de um ainda maior peso de atividades transacionáveis e reforço da internacionalização, observa-se que tais infraestruturas e funções têm sido atraídas pelas aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto, sobretudo para as infraestruturas mais pesadas. É assim fundamental que a região consiga algum equilíbrio entre a valorização das virtualidades do seu sistema urbano policêntrico e correspondente inserção nas valias do sistema regional de inovação do Centro e a minimização dos constrangimentos em matéria de internacionalização e competitividade que decorrem das limitações face às aglomerações metropolitanas de Lisboa e Porto.³⁰

A Região de Coimbra pretende assumir uma postura de liderança na Região Centro, para evitar uma bipolarização ao nível da concentração dos recursos e disponibilidades, pugnando igualmente pelo combate às assimetrias regionais e produtivas, materializando uma efetiva coesão territorial e desenvolvimento sustentado.³¹

2.3.2 Acessibilidades e Principais Equipamentos

Rede rodoviária, ferroviária, portos de mar e aeroportos

O território da CIM Região de Coimbra é atravessado pelas seguintes **rodovias**, em formato A - Auto-estrada, IP - Itinerário Principal e IC – Itinerário Complementar:

³⁰ Comissão de Coordenação da Região Centro (outubro de 2020), Visão Estratégica para a Região Centro 2030, pp. 40

³¹ Cf.: CIM Região de Coimbra – Conselho Intermunicipal (10/08/2020), Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 – Contributos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

- ✓ A1: Valença - Castro Marim,
- ✓ A13: Entroncamento - Coimbra,
- ✓ A14: Figueira da Foz - Coimbra,
- ✓ A17: Marinha Grande - Aveiro,
- ✓ IP3: Vila Verde da Raia - Figueira da Foz,
- ✓ IC2: Lisboa - Porto,
- ✓ IC3: Setúbal - Coimbra,
- ✓ IC6: Coimbra - Covilhã,
- ✓ IC7: Venda de Galizes - Celorico da Beira.³²



Figura 4: Mapa da rede rodoviária nacional

Fonte: Infraestruturas de Portugal (s/d). Rede - Rodoviária – Mapa da Rede. On line em: <http://www.infraestruturasdeportugal.pt/rede/rodoviaria/mapa-da-rede>

³² Cf.: Plano Rodoviário Nacional, Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de julho (Alterado por: Lei nº 98/99 de 26 de julho; Declaração de retificação nº 19-D/98; Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto)

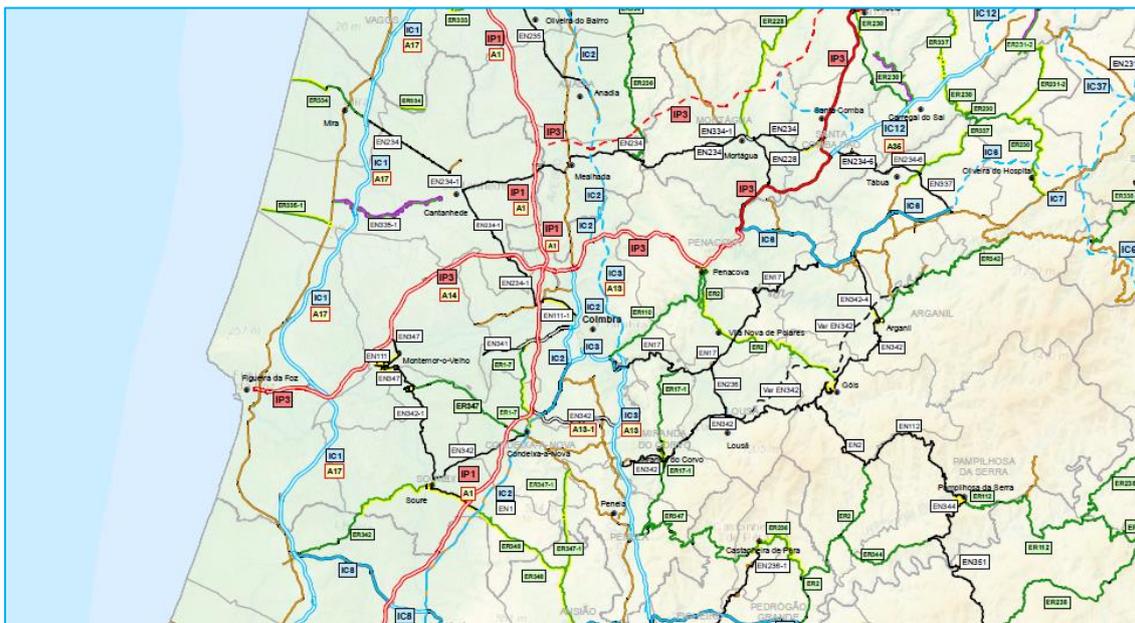


Figura 5: Pormenor da rede rodoviária no território da CIM Região de Coimbra

Fonte: Infraestruturas de Portugal - Direção de Planeamento (2018), Mapa da Rede Rodoviária. On line em: http://www.infraestruturasdeportugal.pt/sites/default/files/files/files/prn_rodoviario_final.pdf

A marcar a **rede ferroviária**, salienta-se o atravessamento do território da CIM Região de Coimbra pelas seguintes linhas de circulação:

- ✓ Linha do Norte: Lisboa (Sta. Apolónia) - General Torres,
- ✓ Linha da Beira Alta: Quinta do Valongo-Vacariça - Vilar Formoso,
- ✓ Ramal da Lousã: Coimbra,
- ✓ Alfarelos: Reveles – Montemor,
- ✓ Linha do Oeste: Mira Sintra-Meleças - Figueira da Foz.³³

O atual Ramal da Lousã apenas permite a ligação entre Coimbra A e Coimbra B, ao contrário da configuração original que servia os municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo e que foi desativada em 2009/2010, passando este serviço a ser assegurado desde então por autocarros de substituição. Com o objetivo de retomar a ligação interrompida, foi definido o SMM – Sistema de Mobilidade do Mondego, que visa implementar um modo de transporte de características compatíveis com a circulação em meio urbano e suburbano.³⁴ Este transporte foi designado como MetroBus do Mondego, que será um transporte rodoviário que funciona como um metro ligeiro em canal dedicado, constituirá um eixo fundamental do futuro sistema de mobilidade e transporte da região de Coimbra, mais seguro, rápido e confortável. A 4 de fevereiro de 2019, a Infraestruturas de Portugal procedeu ao lançamento de dois concursos: um para a empreitada de construção do primeiro troço do SMM, entre Alto de São João e Serpins e o outro para a aquisição de serviços de assessoria, fiscalização e coordenação de segurança

³³ Cf.: Infraestruturas de Portugal (2018), *Diretório da Rede 2020: Anexo 3.3.1.3 - Linhas de Circulação e Plataformas de Embarque - Versão Portal IP; PRJ 1ADDR2020; PRJ DR2021*

³⁴ Cf.: Metro Mondego (s/d), *Apresentação*. On line em: <https://www.metromondego.pt/Projecto/OSMM/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/tabid/170/Default.aspx>

desta obra.³⁵ A rede prevista para o SMM inclui 2 linhas: Lousã e Hospital, numa extensão total de 42 km e 42 paragens, envolvendo uma frota de 35 veículos elétricos. O troço urbano (linha do Hospital e entre Coimbra B e o Alto de S. João) terá uma via dupla, de 12 km e o troço suburbano (linha da Lousã, entre o Alto de S. João e Serpins), terá uma extensão de 30 km em via única. Como referido, o troço suburbano tem o projeto de execução concluído e já foi lançado o concurso para a empreitada de construção, enquanto o troço urbano está ainda em fase de estudos e projetos.³⁶



Figura 6: Rede prevista para o Sistema de Mobilidade do Mondego

Fonte: Laranjo, António, *Infraestruturas de Portugal* (2019), Apresentação do Sistema de Mobilidade do Mondego - Lançamento do Concurso para a Empreitada MetroBus - Alto de São João/Serpins. On line em: https://www.infraestruturasdeportugal.pt/sites/default/files/files/files/20190204_apresentacaosmm_0.pdf

Destaca-se que existe um **porto de mar** na Figueira da Foz, dotado de infraestruturas modernas e com uma rede de acessibilidades rodoferroviárias descongestionada, que serve os mercados da região Centro de Portugal e de *Castilla y Leon* em Espanha. Dispõe de 2 terminais dedicados ao sector comercial: um terminal multiuso com 460 metros e 1 terminal dedicado ao segmento dos granéis sólidos, com um total de 420 metros dispendo, igualmente, de amplas áreas de armazenagem a coberto e a descoberto. É um porto que apresenta uma solução competitiva para os principais exportadores portugueses de pasta de papel e madeira, sendo atualmente um nó competitivo na cadeia de abastecimento de um dos mais importantes clusters industriais portugueses – a celulose e papel. Movimenta cerca de 2,2 milhões de toneladas por ano com predominância para a carga geral fracionada, produtos florestais, granéis sólidos e carga contentorizada. O Porto da Figueira da Foz possui, ainda, uma doca de recreio, com capacidade para 273 embarcações, devidamente infraestruturada, oferecendo aos seus utentes as condições necessárias para uma boa estadia.³⁷ Por último, é de referir que o Porto da Figueira da Foz é um dos 21 postos de fronteira marítima existentes a nível nacional, isto é, um ponto de

³⁵ Cf.: *Infraestruturas de Portugal* (2019), *Sistema de Mobilidade do Mondego*. On line em: <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/centro-de-imprensa/sistema-de-mobilidade-do-mondego>

³⁶ Cf.: Laranjo, António, *Infraestruturas de Portugal* (2019), *Apresentação do Sistema de Mobilidade do Mondego - Lançamento do Concurso para a Empreitada MetroBus - Alto de São João/Serpins*. On line em: https://www.infraestruturasdeportugal.pt/sites/default/files/files/files/20190204_apresentacaosmm_0.pdf

³⁷ Cf.: APP – Associação dos Portos de Portugal (s/d). *Porto da Figueira da Foz*. On em: <http://www.portosdeportugal.pt/app/portos/figueira-da-foz.php>

passagem autorizados para a entrada ou saída de território nacional e Schengen, de bens, mercadorias e pessoas, com a presença do SEF – Serviço e Estrangeiros e Fronteiras³⁸.

Deve por último referir-se a relativa proximidade e fácil acessibilidade deste território aos aeroportos internacionais de Lisboa (Humberto Delgado) e do Porto (Francisco Sá Carneiro). Da cidade de Coimbra o primeiro dista a cerca de 190 km e o segundo a 120 km, existindo várias possibilidades de acesso em carro, autocarro, transferes dedicados ou comboio, estes com possibilidade de combinação com ligações de metro nas cidades onde os aeroportos se localizam. Nesta ligação aos aeroportos, o aspeto crítico é a ligação em transporte público, quem implica a maioria das vezes a deslocação até à cidade de Coimbra. No território da CIM RC existe o Aeródromo Municipal Bissaya Barreto, localizado em Cernache, a menos de 10 km do centro da cidade de Coimbra e que é gerido pela Câmara Municipal de Coimbra. Possui uma pista (16/34) em asfalto, com 923m x 30m, elevado a de 174 m / 570 pés; com tráfego autorizado para VFR (*Visual Flight Rules*) - Voo Operado Segundo as Regras de Voo Visual, com MTOM (*Maximum Take-Off Mass*) - Massa Máxima à Descolagem igual ou menor do que 5700 kg e para a operação de ultraleves³⁹.

Principais equipamentos (ensino, saúde, sociais, justiça, tecnologia e inovação, investigação)

A nível do **ensino** foram considerados os equipamentos de todas as tipologias: jardim de infância, escola básica, escola básica e secundária, escola secundária, escola artística, escola profissional e estabelecimentos de ensino superior. Em todas as tipologias foram considerados os estabelecimentos de ensino público e privado. A tabela seguinte apresenta a distribuição descrita, salientando-se a existência de 475 estabelecimentos de ensino, dos quais 332 são públicos e 138 privados; 49% são escolas básicas e 39% são jardins de infância; as demais tipologias de estabelecimentos representam 12% do total. Deve salientar-se que, nos estabelecimentos de ensino superior universitário público, estão integrados a UC - Universidade de Coimbra (com 8 faculdades, todas localizadas em Coimbra) e o IPC - Instituto Politécnico de Coimbra (com 4 escolas superiores, uma das quais localizadas em Oliveira do Hospital e 2 institutos superiores ambos em Coimbra).

³⁸ Cf.: Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2017, de 17 de julho de 2017, *Aprova a Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/107693728/details/maximized>

³⁹ Cf.: AIS – PORTUGAL, Manual VFR - COIMBRA LPCO 14 – 1, novembro de 2017

Tabela 8: Distribuição por tipologia e natureza dos estabelecimentos de ensino do território da CIM Região de Coimbra

TIPOLOGIA	NATUREZA		
	Total	Privado	Público
Jardim-de-infância	183	98	85
Escola Básica	232	13	219
Escola Secundária	18	0	18
Escola Básica e Secundária	18	10	8
Escola Artística	2	2	0
Escola Profissional	17	15	2
Estabelecimentos de Ensino Universitário	5	2	3
Total	475	138	332

Fontes:

CIM Região de Coimbra (2017), Viver - Educação. On line em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/viver/educacao/>

Direção-Geral de Ensino Superior (s/d), Ensino Superior Privado Universitário. On line em: <https://www.dges.gov.pt/quias/indest.asp?req=21>

Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP (s/d), Universidades e Institutos Politécnicos. On line em: http://www.igefe.mec.pt/conteudo.aspx?ID_Pagina=22

Relativamente a equipamentos de **saúde** existentes, estes podem ser identificados tendo as várias tipologias de prestadores de cuidados de saúde, conforme se apresenta na tabela abaixo. Destaca-se que os cuidados de saúde primários representam 77% do tipo de prestadores, seguindo-se os cuidados continuados integrados com 13% dos prestadores. Salienta-se que os 3 centro de referência identificados são:

- ✓ o Hospital Pediátrico de Coimbra (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE – Entidade Pública Empresarial);
- ✓ o Hospital Geral - Covões (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE) e
- ✓ o Hospitais da Universidade de Coimbra (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE), incluindo:
 - a Maternidade Doutor Daniel de Matos e
 - a Maternidade Dr. Bissaya Barreto.

De referir que apenas na tipologia “Outros” se incluem 81 prestadores privados, designadamente os convencionados e, em todas as outras, os prestadores são públicos.

Tabela 9: Distribuição por tipologia dos prestadores de cuidados de saúde no território da CIM Região de Coimbra

Prestadores de Cuidados de Saúde	
TIPOLOGIA	Total
Cuidados de Saúde Primários	122
Centros de Referência	3
Cuidados de Saúde Hospitalares	11
Cuidados Continuados Integrados	21
Entidades de Saúde	1

Outros	86
Total	158

Fonte: Serviço Nacional de Saúde (2017), Pesquisa – Prestadores. On line em: <https://www.sns.gov.pt/sns/pesquisa-prestadores/>

Quanto a equipamentos **sociais** estes referem-se a todas as estruturas físicas onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas, no contexto da RSES-Rede de Serviços e Equipamentos Sociais. Por seu turno, as repostas sociais podem ser entendidas como um conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos sociais, ou a partir destes, vocacionadas ao apoio a pessoas e famílias. As respostas sociais enquadradas na RSES dirigem-se a toda a população numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas: (1) Crianças e Jovens; (2) Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade; (3) Pessoas Idosas e (4) Pessoas com outras problemáticas, no âmbito da Família e Comunidade.⁴⁰

Tabela 10: Equipamentos sociais para a infância e juventude, sua capacidade e ocupação no território da CIM Região de Coimbra

Infância e juventude - Tipologia	Equipamentos	Capacidade total	Total de utentes
Centro de Acolhimento Temporário	8	128	88
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	6	447	331
Centro de Atividades de Tempos Livres	146	8233	6457
Creche	141	6069	5022
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	274	12552	9228
Intervenção Precoce	3	745	745
Lar de Apoio	2	41	17
Lar de Infância e Juventude	15	539	371
Transporte de Pessoas com Deficiência (Crianças e Jovens)	1	410	410
Total	596	29164	22669

Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2018), Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos - Pesquisa. On line em: <http://www.cartasocial.pt/index2.php>

Tabela 11: Equipamentos sociais para a população adulta, sua capacidade e ocupação no território da CIM Região de Coimbra

População adulta - Tipologia	Equipamentos	Capacidade total	Total de utentes
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	2	92	70

⁴⁰ Cf. Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2017), *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos*, Lisboa, pp.4, pp. 18. On line em: <http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2017.pdf>

Centro de Atividades Ocupacionais (Deficiência)	6	412	382
Centro de Convívio	11	542	369
Centro de Dia	174	5338	3535
Centro de Noite	2	25	23
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência)	147	6237	5778
Fórum Sócio Ocupacional	4	103	91
Lar Residencial (Deficiência)	21	522	477
Residência Autónoma (Deficiência)	9	58	56
Serviço de Apoio Domiciliário (Deficiência)	4	110	73
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	200	6985	5330
Unidade de Apoio Integrado	1	19	19
Unidade de Vida Apoiada	1	30	21
Total	582	20473	16224

Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2018), Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos - Pesquisa. On line em: <http://www.cartasocial.pt/index2.php>

Tabela 12: Equipamentos sociais para a família e comunidade, sua capacidade e ocupação no território da CIM Região de Coimbra

Família e comunidade - Tipologia	Equipamentos	Capacidade total	Total de utentes
Ajuda Alimentar a Carenciados	1	120	0
Apartamento de Reinserção Social	2	16	16
Atendimento/Acompanhamento Social (Família e Comunidade)	5	926	793
Centro Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (VIH/SIDA)	2	313	313
Centro Comunitário (Família e Comunidade)	7	3108	2746
Centro de Alojamento Temporário	4	240	136
Centro de Apoio à Vida	2	300	254
Comunidade de Inserção	5	333	289
Equipa de Intervenção Direta	5	369	353
Grupo de Autoajuda (Família e Comunidade)	2	145	104
Refeitório/Cantina Social	9	959	701
Total	44	6829	5705

Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2018), Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos - Pesquisa. On line em: <http://www.cartasocial.pt/index2.php>

Tabela 13: Equipamentos sociais para pessoas com outras problemáticas, sua capacidade e ocupação no território da CIM Região de Coimbra

Pessoas com outras problemáticas - Tipologia (Família e comunidade em geral)	Equipamentos	Capacidade Total	Total de utentes
Apoio em Regime Ambulatório (Deficiência)	1	1744	1537

Escola de Cães-Guia	1	250	170
Total	2	1994	1707

Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2018), Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos - Pesquisa. On line em: <http://www.cartasocial.pt/index2.php>

Importa também identificar os organismos da **Segurança Social** existentes no território da CIM Região de Coimbra. A Segurança Social é um sistema que pretende assegurar direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como, promover o bem-estar e a coesão social para todos os cidadãos portugueses ou estrangeiros que exerçam atividade profissional ou residam no território. A sua missão é implementada através de um conjunto de organismos entre os quais o Instituto da Segurança Social, I.P. - um instituto público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio e também pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP (IGFSS), que tem por missão a gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no orçamento da Segurança Social, assegurando a verificação, o acompanhamento, a avaliação e informação, nos domínios orçamental, económico e patrimonial das atividades dos organismos que integram o sistema de Segurança Social, atuando descentralizadamente através departamentos nas regiões Norte e Sul e das secções regionais de processo executivo⁴¹. Por seu turno, como organismo central, o Instituto da Segurança Social I.P. tem jurisdição sobre todo o território nacional e sede em Lisboa; para o desenvolvimento da sua atividade conta com os Serviços Centrais, o Centro Nacional de Pensões, os dezoito Centros Distritais e uma rede de Serviços de Atendimento⁴². No território da CIM Região de Coimbra, em todos os concelhos existem serviços de atendimento desconcentrados, sendo que no em Coimbra se localiza o Centro Distrital de Coimbra, responsável pela execução das medidas necessárias ao desenvolvimento e gestão das prestações, das contribuições e da ação social a nível do distrito. Compete aos Serviços Locais prestar o atendimento ao público no âmbito do relacionamento do cidadão com a Segurança Social, podendo assegurar a prestação de outros serviços enquadrados na área de missão do Instituto da Segurança Social, I. P. Os Serviços Locais de atendimentos são classificados de grande, média, e pequena dimensão, consoante critérios definidos pelo Conselho Diretivo; esta classificação é feita de acordo com os dados considerados do último ano civil disponível e é reavaliada, pelo menos, de dois em dois anos⁴³. Segue-se a identificação de todos os organismos da segurança social existentes na CIM Região de Coimbra e o tipo de serviço que prestam.

Tabela 14: Serviços desconcentrados da Segurança Social no território da CIM Região de Coimbra

Serviços desconcentrados da Segurança Social	Tipo de Serviço Prestado
Centro Distrital de Coimbra	Desenvolvimento e gestão das prestações, das contribuições e da ação social
Serviço de Atendimento da Sede de Coimbra	Ação Social, Serviço de verificação de incapacidades, Tesouraria
Secção de Processo Executivo de Coimbra	Secções de processo executivo

⁴¹ Cf. Segurança Social (2015), *Instituto da Segurança Social, I.P. – Quem somos*. On line em: <http://www.seg-social.pt/quem-somos1>

⁴² Cf. Segurança Social (2015), *Instituto da Segurança Social, I.P. – Quem somos*. On line em: <http://www.seg-social.pt/quem-somos3>

⁴³ Cf. Segurança Social (2012), *Instituto da Segurança Social, I.P. – Serviços*. On line em: <http://www.seg-social.pt/servicos>

Balcão da Inclusão de Coimbra	Atendimento especializado de deficiência ou incapacidade
Loja do Cidadão de Coimbra	Certificados de reforma, Geral, Receção de documentos
Serviço Local de Atendimento de Arganil	Ação Social, Geral, Serviço de verificação de incapacidades, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento da Figueira da Foz	Ação Social, Geral, Serviço de verificação de incapacidades, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Soure	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Vila Nova de Poiares	Ação Social, Geral, Tesouraria
Loja do Cidadão de Cantanhede	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Condeixa-a-Nova	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Góis	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento da Lousã	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento da Mealhada	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Mira	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Miranda do Corvo	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Montemor-o-Velho	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Mortágua	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Oliveira do Hospital	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento da Pampilhosa da Serra	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Penacova	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Penela	Ação Social, Geral, Tesouraria
Serviço Local de Atendimento de Tábua	Ação Social, Geral, Tesouraria

Fonte: *Segurança Social (s/d)*, A Segurança Social – Serviços de Atendimento. On line em: <http://www.seq-social.pt/servicos-de-atendimento>

No que respeita aos equipamentos na área da **justiça** são de referir os Tribunais Judiciais de Primeira Instância, os Tribunais Judiciais de Segunda Instância, o Ministério Público e os Juígados de Paz.

É aos Tribunais Judiciais de Primeira Instância que os cidadãos devem dirigir o seu primeiro pedido de resolução de um conflito. Ou seja, é neles que se deve iniciar um processo em tribunal. O tribunal responsável pela primeira instância é, geralmente, o Tribunal da Comarca. Chama-se Comarca à área geográfica sob a jurisdição de um tribunal. Também podem ser de Primeira Instância os Tribunais de Competência Territorial Alargada, que abrangem mais do que uma comarca.

Os Tribunais Judiciais de Segunda Instância também são conhecidos como Tribunais da Relação e funcionam, nomeadamente, como tribunais de recurso. Ou seja, em regra, o cidadão dirige-se a um Tribunal de Segunda Instância quando não concorda com uma decisão de um Tribunal de Primeira Instância.

O Ministério Público está presente em todos os tribunais, em representação do Estado: defende os interesses que a Lei determinar, participa na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exerce a ação penal orientada pelo princípio da legalidade e defende a legalidade democrática, nos termos da Constituição, do respetivo estatuto e da Lei. Goza de

estatuto próprio e de autonomia em relação aos demais órgãos do poder central, regional e local, nos termos da Lei⁴⁴.

Os Julgados de Paz são tribunais incomuns dotados de características próprias de funcionamento e organização. Os Julgados de Paz assentam, desta forma, numa parceria público/pública entre o Estado e as autarquias, sendo o respetivo financiamento partilhado entre essas duas entidades. Nos Julgados de Paz a tramitação processual tem uma forma própria e simplificada, podendo, inclusive, as partes apresentarem as peças processuais oralmente. Os litígios que dão entrada nestes Tribunais podem ser resolvidos na decorrência de mediação, conciliação, transação ou por meio de julgamento e consequente sentença. A mediação só tem lugar quando as partes estejam de acordo e visa proporcionar às partes a possibilidade de resolverem as suas divergências através de uma forma amigável que conta com a intervenção do mediador, que é um terceiro imparcial. No contexto legal atual, os Julgados de Paz têm competência para apreciar e decidir ações declarativas cíveis, com exceção das que envolvam matérias de direito da família, direito das sucessões e direito do trabalho, cujo valor não ultrapassasse os 15.000,00€⁴⁵.

Tabela 15: Equipamentos na área da justiça, distribuídos por tipologia e localização no território da CIM Região de Coimbra

TIPOLOGIA	Total
Tribunal judicial de segunda instância	
Tribunal da Relação de Coimbra	1
Comarca de Aveiro	
Tribunal Judicial – Unidade Central de Mealhada	1
Ministério Público – Unidade Central da Procuradoria de Mealhada	1
Comarca de Coimbra	
Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra	1
Ministério Público – Unidade Central da Procuradoria de Coimbra	1
Tribunal Judicial – Unidade Central com seções de competência genérica em: Arganil, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Lousã, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Penacova, Tábua, Mira	10
Ministério Público - Unidade Central da Procuradoria de: Arganil, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Lousã, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Penacova, Tábua, Mira	10
Tribunal Judicial - Instâncias locais com seções de proximidade em: Mira, Pampilhosa da Serra, Penela, Soure	4
Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra	1
Tribunal de Instrução Criminal de Coimbra	1
Tribunal de Família e Menores de Coimbra	1
Tribunal do Trabalho de Coimbra	1
Tribunal de Execução das Penas de Coimbra	1
Departamento de Investigação e Ação Penal de Coimbra	1

⁴⁴ Cf.: Ministério da Justiça (2018), *Organização do Sistema Judiciário*. On line em: <https://tribunais.org.pt/Os-Tribunais/Judicial#Tribunaisjudiciaisdesegundainstancia>

⁴⁵ Cf.: Conselho dos Julgados de Paz (2019), *Informação ao Cidadão*. On line em: <http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/informacao.asp>

Julgado de Paz	
Sede: Coimbra, Mirando do Corvo, Vila Nova de Poiares	3
Sede de Agrupamento: Cantanhede	1
Delegação: Mira, Montemor-o-Velho	2
Total	41

Fontes:

CITIUS, Ministério da Justiça (2019), Contactos dos Tribunais. On line em: <https://www.citius.mj.pt/portal/contactostribunais.aspx>

Conselho dos Julgados de Paz (2019), Contactos. On line em: http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/contatos_VNP.asp

Infraestruturas tecnológicas e de inovação

No território da CIM Região de Coimbra existe um conjunto de **infraestruturas tecnológicas e de inovação** que importa referenciar, a saber: os Centros Tecnológicos, os Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia, os Parques de Ciência e Tecnologia, os Centros de Incubação de Base Tecnológica e as Infraestruturas de Investigação.

Os Centros Tecnológicos promovem o uso da tecnologia e inovação como ferramentas para a melhoria da competitividade do tecido empresarial, em particular das PME – Pequenas e Médias Empresas. de um ou mais setores de atividade económica e empresarial, enquadrados nos domínios de especialização/prioritários da região em que atuam.⁴⁶

Os Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia visam fazer do país e da região em que se inserem uma referência Europeia nas áreas tecnológicas estratégicas, favorecendo o desenvolvimento de setores emergentes e a incorporação de tecnologias de uso geral em sectores tradicionais para a diversificação e melhoria da competitividade do tecido empresarial. Atuam com base no compromisso de colaboração e coordenação com os restantes agentes para otimizar as capacidades existentes no território e, conjuntamente, formar uma oferta científico-tecnológica integral e de excelência que impulse a evolução da economia, incrementando o seu valor acrescentado.⁴⁷

Os Parques de Ciência e Tecnologia são espaços de acolhimento e interação que se organizam e estabelecem em parceria com entidades do SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional, com o objetivo de estimular o fluxo de conhecimento e tecnologias entre as entidades do SCTN, as empresas e mercados, facilitando a localização de atividades de I&D – Investigação e Desenvolvimento, a criação e o desenvolvimento de empresas de base científica e/ou tecnológica, através de serviços de incubação de empresas, fornecendo ainda outros serviços de valor acrescentado, bem como espaços e serviços de apoio de elevado qualidade.⁴⁸

Os Centros de Incubação ou Incubadoras de Base Tecnológica são espaços de acolhimento e apoio a empreendedores na criação e instalação de empresas de base tecnológica. Estas incubadoras apoiam o desenvolvimento de novos negócios no período de arranque, capacitando empresas nascentes de base científica e/ou tecnológica e disponibilizando serviços especificamente dedicados à promoção do empreendedorismo tecnológico, para além de

⁴⁶ Cf.: ANI – Agência Nacional de Inovação (2018), Mapeamento das Infraestruturas Tecnológicas Portuguesas 2016, pp.87

⁴⁷ Cf. Idem, pp. 89-90

⁴⁸ Cf. Idem, pp. 93

outros serviços de alto valor acrescentado, servindo ainda de interface entre instituições de I&D e empresas e entre estas e os mercados.⁴⁹

Tabela 16: Infraestruturas tecnológicas e de inovação presentes na no território da CIM Região de Coimbra

TIPOLOGIA	Total
Centros Tecnológicos	
CTCV – Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro (Coimbra)	1
Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia	
<i>Com personalidade jurídica:</i>	
ADAI – Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (Coimbra)	1
AEMITEQ – Associação para o Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade	1
AIBILI – Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem (Coimbra)	1
Associação UC Tecnimede – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Internacionalização (Coimbra)	1
CBE – Centro da Biomassa para a Energia	1
IPN – Instituto Pedro Nunes (Coimbra)	1
ISR – Instituto de Sistemas e Robótica	1
IT – Instituto de Telecomunicações	1
IteCons – Instituto de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade (Coimbra)	1
UC BIOTECH	1
<i>Sem personalidade jurídica:</i>	
Bio4Pol da Universidade de Coimbra	1
Firelab – Laboratório de Engenharia de Fogo da Universidade de Coimbra	1
Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde	1
LABCAR – Laboratório de Bioimagem de Alta Resolução	1
Laboratório MAREFOZ	1
Parque de Ciência e Tecnologia	
Biocant Park (Cantanhede)	
BLC3 – Centro Bio: Bioindústrias, Biorrefinarias e Bioprodutos (Oliveira do Hospital)	
iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde (Coimbra)	
Centro de Incubação de Base Tecnológica	
IEFF – Incubadora de Empresas da Figueira da Foz	
IPN Incubadora (Coimbra)	
Total	16

Fonte: ANI – Agência Nacional de Inovação (2018), Mapeamento das Infraestruturas Tecnológicas Portuguesas 2016. On line em: https://www.ani.pt/media/4382/caracteriza%C3%A7%C3%A3o-infraestruturas-tecnol%C3%B3gicas_v4_2018.pdf

⁴⁹ Cf. Idem, pp. 94

Ainda dentro das infraestruturas tecnológicas e de inovação, dentro de um dos centros de valorização e transferência de tecnologia – o IPN – importa destacar a existência de um contrato único em Portugal e na Europa, com a ESA – *European Space Agency*. No âmbito deste contrato, o IPN configura-se como ESA Space Solutions Centre Portugal – Centro da Agência Espacial Europeia para a Inovação e Transferência de Tecnologia, integrando as 3 dimensões: ESA BIC Portugal – centro de incubação para empresas que usam ativos espaciais; *ESA Innovation Partners – brokers* que apoiam/estimulam a transferência de tecnologia do espaço para aplicações terrestres e *ESA Business Applications Ambassadors Platform* – Embaixadores do programa da ESA para aplicações terrestres de dados de satélite, promovendo submissão de candidaturas a financiamento da ESA. Este contrato teve início em 2014, e num primeiro período de vigência de 5 anos, estando presentemente a ser ultimada a sua renegociação para mais 4 anos, entre 2020 e 2023.

Destaca-se que parte deste contrato (ESA BIC Portugal) é implementado em parceria com várias entidades de todo o país: Agência Nacional de Inovação (ANI), CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Câmara Municipal de Cascais, DNA Cascais, Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (UPTEC), Portugal Space – Agência Espacial Portuguesa e Universidade de Coimbra.

O IPN é ainda um BIC – *Business Innovation Centre*, sendo por isso reconhecido como uma das instituições Europeias de apoio ao empreendedorismo inovador e às PME, coordenado pela *European Business Centre Network* (EBN). Integra também a associação *European Association of Research and Technology Organisations* (EARTO).

Neste contexto importa por último fazer referência à RIERC – Rede de Incubação e Empreendedorismo da Região Centro, da qual a IPN Incubadora é membro e assume a presidência do Conselho Executivo. A RIERC integra 18 incubadoras da Região Centro, da qual fazem parte 6 localizadas no território da CIM Região de Coimbra: Biocant Park (Cantanhede), BLC3 – Campus de Tecnologia e Inovação (Oliveira do Hospital), CETEC - Centro de Empresas Tecnológicas (Coimbra), IEFF - Incubadora de Empresas da Figueira da Foz, Associação Desenvolvimento Empresarial (Figueira da Foz), INOPOL – Academia de Empreendedorismo do Politécnico de Coimbra (Coimbra) e IPN Incubadora (Coimbra).

Infraestruturas de investigação

Considerando as “Infraestrutura de Investigação” estas são as plataformas, recursos e serviços associados, que as comunidades científicas utilizam para desenvolver investigação de ponta e inovação em áreas científicas específicas, desde as Ciências Sociais, às Engenharias e às Ciências da Vida. Inclui equipamento científico de grande porte, conjuntos de instrumentos científicos, coleções e outros recursos baseados no conhecimento, arquivos e dados científicos, sistemas computacionais e de programação, redes de comunicação que promovam o acesso aberto digital, bem como outras infraestruturas de natureza única essenciais para atingir a excelência na investigação e na inovação. Fulcral para qualquer Infraestrutura de Investigação é a capacidade de prestar serviços às comunidades científica, educacional, empresarial e industrial. Das 40 infraestruturas incluídas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico para 2014-2020, 17 estão localizadas ou têm parceria com entidades do território da CIM Região de Coimbra⁵⁰, conforme se apresenta a seguir.

⁵⁰ Cf. Fundação para a Ciência e Tecnologia (2019), *Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação*. On line em: <https://www.fct.pt/apoios/equipamento/roteiro/index.phtml.pt>

Tabela 17: Infraestruturas de investigação incluídas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico, localizadas ou com parceria no território da CIM Região de Coimbra

Infraestruturas de investigação

Production and Archive of Social Science Data (PASSDA), em parceria com o Centro de Estudos Sociais da UC

Portuguese Research Infrastructure of Scientific Collections (PRISC), em parceria com a UC

Laserlab-Portugal (LLPT), em parceria com a UC

Optical Radio Convergence Infrastructure for Communications and Power Delivering (ORCIP), em parceria com o Instituto de Telecomunicações de Coimbra

Portuguese Additive Manufacturing Initiative (PAMI), em parceria com o IPN, UC e Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNBC/UC)

Collaboratory for Geosciences (C4G), em parceria com a UC

European Marine Biological Resource Centre - Portugal (EMBRC.PT), em parceria com a Algoteca de Coimbra: Infrastructure for Research in Microalgae (ACOI) e UC

Portuguese E-Infrastructure for Information and Research on Biodiversity (PORBIOTA), em parceria com IMAR CMA e UC

National Brain Imaging Network - Core Infrastructure (BIN), em parceria com Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde (ICNAS) e UC

National Facility for Genome Sequencing and Analysis (GenomePortugal), em parceria com UCgenomics - UC e Biocant

Portuguese Platform of BioImaging (PPBI), em parceria com o Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNBC/UC) e UC

Portuguese Mass Spectrometry Network (RNEM), em parceria com a UC e Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNBC/UC)

Translational and Clinical Research Infrastructures Specialisation Platform - Health Cluster Portugal (TRIS-HCP)

Portuguese Nuclear Magnetic Resonance Network (PTNMR), em parceria com a UC

Viral Vectors for Gene Transfer Core Facility (ViraVector), promovido pelo *Center for Neuroscience and Cell Biology of Coimbra (CNC)*

Portuguese Nuclear Magnetic Resonance Network (PTNMR), em parceria com a UC

Laboratory for Advanced Computing (UC-LCA), promovido pela UC

Recursos turísticos

O território da CIM Região de Coimbra integra um conjunto de **recursos turísticos** que importa referenciar, tendo em conta a sua importância para a região e para o sector como um todo. Estes recursos estão agregados em conjuntos divulgados pelo Turismo Centro de Portugal – a entidade regional de turismo de toda a região Centro (NUT II), onde também se inclui o território da CIM Região de Coimbra. A destacar como recursos turísticos estruturantes e distintivos deste território os que se apresentam, na tabela abaixo.

Tabela 18: Recursos turísticos estruturantes e distintivos do território da Região de Coimbra

TIPOLOGIA

Rota do Património Mundial da UNESCO – Universidade de Coimbra Alta e Sofia

Rede de Aldeias do Xisto

Rede de Aldeias Históricas de Portugal
Rede de Castelos e Muralhas do Mondego
Rota dos Romanos
Bairrada
Monumentos, outros elementos patrimoniais e outros locais de interesse
Museus
Turismo religioso, com todo o património histórico-religioso-cultural da Região de Coimbra
Natureza: atividades de ar livre, serra e outros ambientes naturais, Zonas Húmidas, Serras, Percursos Pedestres e outros desportos de natureza
Praias: praias oceânicas e praias fluviais
Gastronomia e Vinhos
Oferta Cultural: fado de Coimbra, jazz, visitas e passeios, espaços de espetáculos, exposições e eventos, parques e jardins, artesanato, arte urbana, parques temáticos, complexos de lazer e diversão, espaços interativos de educação e divulgação científica
Eventos, Mercados e Feiras

Fonte: Adaptado de Turismo Centro de Portugal (2017), Coimbra – Centro de Portugal, uma viagem emocional. On line em: http://turismodocentro.pt/wp-content/uploads/2017/03/Coimbra_web.pdf

Considerando os 5 Pilares Estratégicos que sumarizam a oferta turística da Região da Região Centro e que foram definidos no Plano Regional de Desenvolvimento Turístico do Centro, para o período de 2020-30, apresenta-se de seguida a interseção entre estes pilares e a oferta turística da Região de Coimbra, ou seja, a sua estratégia de produto. Esta sub-Região destaca-se pela oferta consolidada ao nível do Património da Humanidade e Material, da Gastronomia e Vinhos, assim como da Natureza e Mar, aliados a uma forte presença no Turismo *Corporate* e Empresarial⁵¹.



Figura 7: Exemplos da oferta turística da CIM Região de Coimbra, integrados nos 5 pilares estratégicos da oferta turística da Região da Região Centro

⁵¹ Turismo do Centro de Portugal (2019), Plano Regional de Desenvolvimento Turístico do Centro 20-30. On line em: https://turismodocentro.pt/wp-content/uploads/2020/02/TCP-Plano-Regional-Desenvolvimento-Tur%C3%ADstico_20-30.pdf

Fonte: Turismo do Centro de Portugal (2019), Plano Regional de Desenvolvimento Turístico do Centro 20-30, pp. 102. On line em: https://turismodocentro.pt/wp-content/uploads/2020/02/TCP-Plano-Regional-Desenvolvimento-Tur%C3%ADstico_20-30.pdf

Em 2016, a capacidade hoteleira deste território representava 18.9% da capacidade total da Região Centro, sendo a região com maior número de dormidas registado – 20.6%.⁵² De acordo com os dados de 2018 das Estatísticas do Turismo do INE, verifica-se que a região Centro captou 12% das dormidas registadas em Portugal continental, sendo que a região de Coimbra representava 22% deste total de dormidas. Em relação a 2016 regista-se, pois, uma evolução positiva no crescimento das dormidas.⁵³

Analisando as tabelas 13 e 14, verifica-se que das dormidas registadas no território da Região de Coimbra, 74% são nas áreas não costeiras e 26% nas áreas costeiras, sendo que os proveitos desta permanência acompanham esta distribuição: 25% ficam nas áreas costeiras e 75% nas áreas não costeiras.

Tabela 19: Dormidas segundo as áreas costeiras/não costeiras, em Portugal continental, na Região Centro e na Região de Coimbra, em 2018

	Portugal continental	Região Centro	Região de Coimbra	Áreas costeiras	Áreas não costeiras
Unidade: 10³	57 192,00	6 777,80	1 517,80	389	1 128,90

Fonte: Instituto Nacional de Estatística I.P., Estatísticas do Turismo 2018, Lisboa, Edição 2019. Acedido on line em 30 de outubro de 2019, em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629548&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab0

Tabela 20: Proveitos totais segundo as áreas costeiras/não costeiras, em Portugal continental, na Região Centro e na Região de Coimbra, em 2018

	Portugal continental	Região Centro	Região de Coimbra	Áreas costeiras	Áreas não costeiras
Unidade: 10⁶	3 454,80	332,80	71,00	17,8	53,20

Fonte: Instituto Nacional de Estatística I.P., Estatísticas do Turismo 2018, Lisboa, Edição 2019. On line em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629548&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab0

No que respeita à distribuição das dormidas e dos proveitos de acordo com o grau de urbanização, as duas tabelas seguintes permitem saber que as dormidas se registam primeiro nas áreas mais densamente povoadas – 46%, segundo nas áreas pouco povoadas – 29% e, em terceiro, nas áreas medianamente povoadas - 25%, os proveitos recebidos acompanham esta distribuição: 44% ficam nas áreas densamente povoadas, 32% nas áreas pouco povoadas e 24% nas áreas medianamente povoadas.

⁵² Cf.: Fazenda, Nuno, Turismo de Portugal (2016), *Estratégia Turismo 2027 Portugal – Laboratório Estratégico do Centro*. On line em: https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/LET_Centro_ET27.pdf

⁵³ Cf.: Instituto Nacional de Estatística I.P., Estatísticas do Turismo 2018, Lisboa, Edição 2019. On line em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629548&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab0

Tabela 21: Dormidas segundo o grau de urbanização, em Portugal continental, na Região Centro e na Região de Coimbra, em 2018

	Portugal continental	Região Centro	Região Coimbra	Áreas densamente povoadas	Áreas medianamente povoadas	Áreas pouco povoadas
Unidade: 10³	57 192,00	6 777,80	1 517,80	692,90	382,10	442,90

Fonte: Instituto Nacional de Estatística I.P., Estatísticas do Turismo 2018, Lisboa, Edição 2019. On line em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629548&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab0

Tabela 22: Proveitos totais segundo o grau de urbanização, em Portugal continental, na Região Centro e na Região de Coimbra, em 2018

	z	Região Centro	Região Coimbra	Áreas densamente povoadas	Áreas medianamente povoadas	Áreas pouco povoadas
Unidade: 10⁶	3 454,80	332,8	71	31,1	17,1	22,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística I.P., Estatísticas do Turismo 2018, Lisboa, Edição 2019. On line em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpqid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629548&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab0

2.3.3 Evolução e Distribuição da População⁵⁴

A Região de Coimbra tem uma história demográfica muito dinâmica nas últimas décadas (1950-2018). De acordo com os dados dos Recenseamentos Geral da População a Região de Coimbra tem sido caracterizada por significativas alterações demográficas e afetada por fenómenos migratórios significativos. Nos anos 60 e 70, os fenómenos demográficos mais significativos foram o êxodo rural e a emigração que implicou uma diminuição populacional de 465.388 (1950) para 427.762 habitantes (1970) num momento de elevada natalidade. Na década seguinte (1970-1981) a Região inverteu esta tendência e registou um ganho de 39.158 habitantes e uma população residente de 466.920 habitantes. Nesta década a diminuição da emigração devido à crise económica provocada pelo choque petrolífero e ao regresso dos portugueses das ex-colónias foram as principais causas das alterações demográficas.

Considerando os 19 municípios que compõem a CIM, o decréscimo populacional afigura-se, tendencialmente, mais expressivo nos territórios pertencentes à sub-região do Pinhal Interior Norte, os quais contrastam com os territórios da sub-região do Baixo Mondego. Entre 1991 e 2011, Pampilhosa da Serra (-22,7%), Góis (-20,7%), Penela (-13,5%), Arganil (-12,8) e Soure (-11,3%) foram os concelhos que registaram perdas populacionais mais acentuadas (> - 10%), seguido dos municípios de Mortágua (-9,9%), Penacova (-8,9%), Tábua (-7,9%), Oliveira do Hospital (-7,7%) e Mira (-6%). Em processo de crescimento populacional sobressaem os municípios de Condeixa-a-Nova (31,1%), Lousã (30,9%), Vila Nova de Poiares (18,2%), Miranda do Corvo (12,2%) ou Mealhada (11,8%), com uma ligação clara com a proximidade ao núcleo urbano de Coimbra num claro exemplo de expansão de uma emergente área metropolitana.

Esta tendência realça as assimetrias territoriais e demográficas existentes entre o litoral e o interior da Região de Coimbra, cada vez mais evidentes, e que se têm inclusivamente agravado, em resultado de uma maior concentração de população em torno dos núcleos urbanos de maior importância, e particularmente da faixa litoral da região que concentra quase 75% dos habitantes da CIM.

⁵⁴ Nota metodológica: nesta estratégia utilizamos os dados oficiais mais recentes, que em muitos casos correspondem ao Censo realizado em 2011.

Tabela 23: População residente segundo os Censos CIM e Municípios

TERRITÓRIOS		SEXO		
		TOTAL		
ÂMBITO GEOGRÁFICO	ANOS	1981	2001	2011
NUTS III	Região de Coimbra	0,6	1,2	-2,6
Município	Arganil	-19,4	-12,1	-10,8
Município	Cantanhede	-6,3	-2,1	-3,5
Município	Coimbra	30,6	6,8	-3,4
Município	Condeixa-a-Nova	-2,2	15,7	11,3
Município	Figueira da Foz	1,6	6,9	-0,8
Município	Góis	-34,0	-24,4	-12,4
Município	Lousã	-6,3	21,0	11,8
Município	Mealhada	10,5	7,5	-1,6
Município	Mira	-0,6	-3,2	-3,2
Município	Miranda do Corvo	-4,5	6,9	0,2
Município	Montemor-o-Velho	-2,3	-6,6	2,7
Município	Mortágua	-13,3	-8,1	-7,4
Município	Oliveira do Hospital	-10,4	-6,1	-5,7
Município	Pampilhosa da Serra	-44,0	-30,3	-14,2
Município	Penacova	-7,2	-3,6	-8,8
Município	Penela	-15,0	-17,8	-9,3
Município	Soure	-15,1	-7,2	-8,1
Município	Tábua	-15,2	-6,3	-4,2
Município	Vila Nova de Poiares	-11,6	6,2	3,1

Fonte: Dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População/Pordata

O maior número de efetivos na região foi de 472.334 habitantes, em 2001. Na última década censitária disponível (2001-2011), a Região de Coimbra tem vindo a perder população, tendo registado um decréscimo de 2,6% dos efetivos populacionais para os 460.139 habitantes (2011). No que respeita à atual população residente na região de Coimbra, as estimativas do INE apontam para 438.228 habitantes em 2017. Este valor representa uma quebra de cerca de 20.000 habitantes (ou 4%) em relação a 2011 e de 33.000 habitantes ou 7% em relação a 2001. Esta população representa 19% da população da região Centro e 4,3% da população do país. A aceleração da tendência de perda populacional na região de Coimbra é bem visível na perda de 14.000 habitantes desde 2001 no Concelho de Coimbra (10% da população/total concelhia). Todos os concelhos da região de Coimbra perdem população com exceção do concelho de Condeixa-a-Nova que cresceu mais de 2.100 habitantes entre 2001 e 2017.

O decréscimo populacional na região de Coimbra tem várias explicações complementares. Por um lado, verifica-se uma diminuição expressiva do número de nascimento (-25% em 2017

relação a 2001), e um ligeiro acréscimo do número de óbitos (+4,6% entre 2017 e 2001) gerando um saldo natural (diferença entre nascimentos e óbitos) de -2.500 indivíduos. Por outro lado, este número permite projetar a existência de um saldo migratório negativo na ordem dos 30.000 indivíduos que não é compensada por uma migração interna ou por migrações internacionais cujos números de mantêm estáveis ao longo do período em análise.

2.3.4 Estrutura Socioeconómica⁵⁵

O contexto social e económico determina a qualidade de vida potencial de uma dada população, reflete-se nas condições de vida e de trabalho, no nível de rendimentos e de escolarização, ou nas condições habitacionais e apoios sociais de proteção civil.

A população ativa, representativa do conjunto de indivíduos com idades entre os 15 os 64 anos, sejam empregados, desempregados ou inativos (estudantes, reformados, domésticos, entre outros), representam atualmente 45,7% da população residente da Região de Coimbra, correspondendo a uma diminuição de 5% em relação a 1981. Dada a quebra de série de dados verificada no período 2001-2011 não é possível inferir a evolução da população activa ao nível do município ainda que o número de indivíduos em idade ativa cresça apenas nos municípios de Condeixa-a-Nova, Lousã, Montemor-o-Velho e Vila Nova de Poiares.

Tabela 24: População ativa segundo os Censos

TERRITÓRIOS		TOTAL	
ÂMBITO GEOGRÁFICO	ANOS	⊥ 2001	⊥ 2011
NUTS III	Região de Coimbra	⊥ 216 871	⊥ 210 601
Município	Arganil	⊥ 5 879	⊥ 4 758
Município	Cantanhede	⊥ 17 075	⊥ 16 106
Município	Coimbra	⊥ 74 085	⊥ 70 775
Município	Condeixa-a-Nova	⊥ 7 014	⊥ 8 305
Município	Figueira da Foz	⊥ 28 582	⊥ 27 953
Município	Góis	⊥ 1 878	⊥ 1 549
Município	Lousã	⊥ 7 523	⊥ 8 284
Município	Mealhada	⊥ 9 881	⊥ 9 807
Município	Mira	⊥ 5 629	⊥ 5 390
Município	Miranda do Corvo	⊥ 6 008	⊥ 5 984
Município	Montemor-o-Velho	⊥ 11 104	⊥ 12 191
Município	Mortágua	⊥ 4 362	⊥ 3 853

⁵⁵ Nota metodológica: nesta estratégia utilizamos os dados oficiais mais recentes, que em muitos casos correspondem ao Censo realizado em 2011.

Município	Oliveira do Hospital	⊥ 9 505	⊥ 8 965
Município	Pampilhosa da Serra	⊥ 1 807	⊥ 1 370
Município	Penacova	⊥ 7 332	⊥ 6 707
Município	Penela	⊥ 2 552	⊥ 2 365
Município	Soure	⊥ 8 481	⊥ 7 871
Município	Tábua	⊥ 5 038	⊥ 4 997
Município	Vila Nova de Poiares	⊥ 3 136	⊥ 3 371

Fonte: Dados: INE - XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População/Pordata

Educação, Formação Profissional e Competências

Entre 1981 e 2011, a taxa de escolarização da população da Região de Coimbra progrediu de forma expressiva. A taxa de analfabetismo passou dos 20,4% (1981), para 10% em 2001 e para 5,9% em 2011. Continua a existir na Região de Coimbra 70.892 indivíduos que não sabem ler nem escrever e 60.497 indivíduos que sabe ler e escrever, mas que não possui qualquer grau de escolaridade. Este grupo inclui maioritariamente reformados (83%), embora existam 4.624 indivíduos (17%) com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos. A taxa de analfabetismo assume maiores concentrações nas áreas rurais e interiores, particularmente, nos concelhos de Pampilhosa da Serra (31%), Góis (26%), Soure (24%) e Arganil (23%).

Tabela 25: Taxa de analfabetismo segundo os Censos

TERRITÓRIOS		TOTAL		
ÂMBITO GEOGRÁFICO	ANOS	1981	2001	2011
NUTS III	Região de Coimbra	20,4	10,0	5,9
Município	Arganil	26,7	12,8	8,0
Município	Cantanhede	21,5	11,0	6,8
Município	Coimbra	12,9	6,4	3,6
Município	Condeixa-a-Nova	27,4	11,8	6,6
Município	Figueira da Foz	19,5	10,2	6,0
Município	Góis	30,4	17,6	10,3
Município	Lousã	19,2	7,1	3,7
Município	Mealhada	17,4	8,4	4,7
Município	Mira	20,3	10,4	6,9
Município	Miranda do Corvo	23,2	9,6	5,4
Município	Montemor-o-Velho	26,8	13,6	7,5
Município	Mortágua	21,6	11,1	7,3
Município	Oliveira do Hospital	24,3	12,3	7,3
Município	Pampilhosa da Serra	38,3	25,2	15,9

Município	Penacova	21,9	11,4	7,4
Município	Penela	26,3	13,3	8,4
Município	Soure	29,6	16,9	10,3
Município	Tábua	27,3	13,0	7,6
Município	Vila Nova de Poiares	24,7	10,0	5,6

Fonte: Dados: INE - X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População/Pordata

Relativamente ao nível de escolaridade da Região de Coimbra, o número de indivíduos com o 2º ciclo do ensino básico ou menos é ainda de 50,8% do total. Em contrapartida, o número de pessoas com nível de ensino secundário e superior tem vindo a aumentar nas últimas décadas, registando atualmente um valor próximo dos 30%. Este cenário é promissor em termos de qualificação dos recursos humanos da Região de Coimbra. Em termos territoriais, é nos municípios de Coimbra (26,9%), Condeixa-a-Nova (17,3%), Figueira da Foz (13,6%) e Mealhada (12,4%) que se concentra o maior volume de população com habilitações académicas de nível superior.

Tabela 26: População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos (%)

TERRITÓRIOS		Sem nível de escolaridade	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Médio	Superior
NUTS III	Região de Coimbra	12,2	27,8	10,8	18,0	14,9	± 0,9	15,5
Município	Arganil	18,1	35,3	11,1	18,2	11,6	± 0,5	5,3
Município	Cantanhede	15,2	31,7	11,9	16,6	12,9	± 0,9	10,9
Município	Coimbra	7,4	21,5	8,9	17,4	16,9	± 1,0	26,9
Município	Condeixa-a-Nova	11,9	25,6	9,1	18,0	17,0	± 1,1	17,3
Município	Figueira da Foz	12,3	26,5	11,2	19,6	16,0	± 0,8	13,6
Município	Góis	21,9	35,2	9,7	17,4	10,4	± 0,7	4,8
Município	Lousã	8,9	28,1	12,4	21,4	16,6	± 1,0	11,6
Município	Mealhada	10,3	29,8	12,4	18,8	15,0	± 1,3	12,4
Município	Mira	15,3	32,0	12,4	15,4	12,3	± 1,1	11,6
Município	Miranda do Corvo	12,1	31,3	13,3	19,3	14,6	± 0,8	8,7
Município	Montemor-o-Velho	14,3	28,5	12,2	18,7	14,9	± 0,8	10,6
Município	Mortágua	16,7	36,7	12,4	14,8	10,9	± 0,6	7,9
Município	Oliveira do Hospital	14,9	35,1	13,0	17,3	11,8	± 0,7	7,3
Município	Pampilhosa da Serra	29,2	38,9	9,3	11,3	8,4	± 0,2	2,8

Município	Penacova	16,2	35,8	12,7	17,5	10,7	± 0,6	6,4
Município	Penela	17,4	35,3	10,0	16,3	12,0	± 1,0	7,9
Município	Soure	18,9	29,8	9,1	18,3	15,2	± 0,9	7,8
Município	Tábua	15,1	36,0	11,8	18,6	11,5	± 0,8	6,1
Município	Vila Nova de Poiares	13,0	30,9	12,9	21,9	14,0	± 0,8	6,5

Fonte: Dados: INE - XV Recenseamento Geral da População/Pordata

Globalmente o território da região de Coimbra apresenta uma diminuição acentuada do número de alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário. A taxa de variação global para a região de Coimbra entre 2001 e 2018 é de -22,5% (-17.786 alunos matriculados). Esta taxa de variação global corresponde a uma taxa de variação de -14,4% na Educação Pré-Escolar; de -29,8% no 1.º Ciclo do Ensino Básico; de -22,4% no 2.º Ciclo do Ensino Básico e de -21,4% no 3.º Ciclo do Ensino Básico. A expressão desta variação é, contudo, diferenciada quando se faz uma análise mais fina, por município e nível de ensino. Neste caso verifica-se uma polarização entre municípios como Condeixa-a-Nova que ganha alunos em todos os níveis de ensino com exceção do Ensino Secundário e os municípios de Góis, Pampilhosa da Serra, Góis ou Montemor-o-Velho que perdem uma percentagem muito elevada de alunos em todos os níveis de ensino.

Tabela 27: Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino

NÍVEL DE ENSINO														
	Total		Educação Pré-Escolar		Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo		Ensino Secundário		CET	
	2001	2018	2001	2018	2001	2018	2001	2018	2001	2018	2001	2018	2001	2018
Região de Coimbra	79 214	61 428	10 586	9 066	20 688	14 526	10 273	7 972	16 977	13 347	20 690	16 259	x	258
Arganil	2 392	1 820	324	205	635	350	374	176	534	410	525	670	x	9
Cantanhede	6 527	4 697	883	726	1 671	1 195	881	686	1 542	1 054	1 550	1 036	x	-
Coimbra	28 170	23 697	3 457	3 325	6 934	5 225	3 282	2 797	5 859	4 676	8 638	7 425	x	249
Condeixa-a-Nova	1 908	1 907	237	291	494	500	232	322	406	457	539	337	x	-
Figueira da Foz	9 762	8 137	1 266	1 166	2 705	1 879	1 127	1 056	2 020	1 906	2 644	2 130	x	-
Góis	496	286	105	63	170	83	71	63	150	77	-	-	x	-
Lousã	2 788	2 649	388	386	754	623	380	417	527	626	739	597	x	-
Mealhada	3 243	2 442	488	385	858	612	448	343	708	522	741	580	x	-
Mira	1 953	1 237	283	221	521	364	320	159	466	272	363	221	x	-
Miranda do Corvo	1 946	1 402	284	221	571	363	299	215	494	349	298	254	x	-
Montemor-o-Velho	4 059	2 472	450	413	1 021	677	574	350	835	547	1 179	485	x	-

Mortágua	1 587	978	212	170	333	264	204	113	336	202	502	229	x	-
Oliveira do Hospital	4 063	2 873	636	395	1 168	682	552	381	857	681	850	734	x	-
Pampilhosa da Serra	510	307	54	69	157	95	119	46	118	74	62	23	x	-
Penacova	2 345	1 530	370	201	642	329	332	214	496	338	505	448	x	-
Penela	774	490	152	102	242	157	135	72	187	127	58	32	x	-
Soure	3 126	2 050	493	353	770	520	396	265	654	435	813	477	x	-
Tábua	2 230	1 446	295	232	649	343	345	185	449	352	492	334	x	-
Vila Nova de Poiares	1 335	1 008	209	142	393	265	202	112	339	242	192	247	x	-

Fonte: Dados: DGEEC/MED - MCTES - Recenseamento Escolar (PORDATA)

Tabela 28: Taxa de Variação dos Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de Ensino (2001-2018)

		EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	ENSINO BÁSICO - 1º CICLO	ENSINO BÁSICO - 2º CICLO	ENSINO BÁSICO - 3º CICLO	ENSINO SECUNDÁRIO
	Variação Total 2001-2018	2001-2018	2001-2018	2001-2018	2001-2018	2001-2018
Região de Coimbra	-22,5	-14,4	-29,8	-22,4	-21,4	-21,4
Arganil	-23,9	-36,7	-44,9	-52,9	-23,2	27,6
Cantanhede	-28,0	-17,8	-28,5	-22,1	-31,6	-33,2
Coimbra	-15,9	-3,8	-24,6	-14,8	-20,2	-14,0
Condeixa-a-Nova	-0,1	22,8	1,2	38,8	12,6	-37,5
Figueira da Foz	-16,6	-7,9	-30,5	-6,3	-5,6	-19,4
Góis	-42,3	-40,0	-51,2	-11,3	-48,7	-
Lousã	-5,0	-0,5	-17,4	9,7	18,8	-19,2
Mealhada	-24,7	-21,1	-28,7	-23,4	-26,3	-21,7
Mira	-36,7	-21,9	-30,1	-50,3	-41,6	-39,1
Miranda do Corvo	-28,0	-22,2	-36,4	-28,1	-29,4	-14,8
Montemor-o-Velho	-39,1	-8,2	-33,7	-39,0	-34,5	-58,9
Mortágua	-38,4	-19,8	-20,7	-44,6	-39,9	-54,4

Oliveira do Hospital	-29,3	-37,9	-41,6	-31,0	-20,5	-13,6
Pampilhosa da Serra	-39,8	27,8	-39,5	-61,3	-37,3	-62,9
Penacova	-34,8	-45,7	-48,8	-35,5	-31,9	-11,3
Penela	-36,7	-32,9	-35,1	-46,7	-32,1	-44,8
Soure	-34,4	-28,4	-32,5	-33,1	-33,5	-41,3
Tábua	-35,2	-21,4	-47,1	-46,4	-21,6	-32,1
Vila Nova de Poiares	-24,5	-32,1	-32,6	-44,6	-28,6	28,6

Fonte: Dados: DGEEC/MEd - MCTES - Recenseamento Escolar/PORDATA

2.4 ANÁLISE SWOT

A revisitação da análise SWOT foi feita tendo por base as 3 óticas de diagnóstico da EIDT 2014-2020: crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo, considerando a necessidade de comparabilidade e, simultaneamente, de identificação da evolução, nessas 3 óticas para a EIDT 2021-2027.

CRESCIMENTO INTELIGENTE	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Proximidade e fácil acesso a recursos naturais: recursos agrícolas, hídricos e florestais ✓ Ganhos de produtividade do setor industrial ✓ Crescimento das exportações de bens na última década ✓ Capacidade de internacionalização da fileira florestal ✓ Capacidade de internacionalização na fileira da saúde ✓ Capacidade de internacionalização na fileira da educação ✓ Capacidade de formação de nível superior num leque muito alargado de áreas ✓ Bolsa de recursos humanos concentrada no eixo urbano Coimbra-Figueira da Foz com um perfil etário e habilitacional positiva ✓ Concentração de recursos materiais e imateriais nos domínios da saúde e ciências da vida ✓ Oferta alargada de infraestruturas de suporte de base tecnológica e de investigação e de áreas de acolhimento empresarial ✓ Peso da I&D no PIB da CIM ✓ Diversidade e qualidade do património histórico, cultural e natural ✓ Excelentes condições para o turismo de natureza/aventura e <i>touring</i> cultural e investimento recente em equipamentos que melhoram as condições de afirmação da região em nichos turísticos ✓ Consensualização das prioridades para a construção de infraestruturas na CIM 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fraca retenção de Capital Humano ✓ Debilidade do crescimento económico e da intensidade exportadora da região ✓ Carências na oferta de serviços avançados às empresas nas áreas de acolhimento empresarial ✓ Atrasos nas ligações logísticas da região ao exterior e ligações multimodais ✓ Persistência de carências na oferta de transportes públicos à escala regional e nas acessibilidades rodoviárias estruturantes à escala municipal ✓ Falhas na comunicação e coordenação entre entidades públicas e privadas ✓ Dificuldades de promoção, escoamento e certificação dos produtos endógenos ✓ Insuficiente aproveitamento dos locais de interesse ambiental e patrimonial
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Exploração da diversidade de recursos num âmbito de uma estratégia de crescimento inteligente que canalize os esforços de desenvolvimento económico e os investimentos para as mais-valias relativas de território ✓ Capitalizar as experiências de trabalho em parceira 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Intensificação do modelo de desenvolvimento assente nos baixos custos unitários de mão-de-obra ✓ Envelhecimento populacional acelerado ✓ Centralização dos centros de decisão fora da região (públicos e privados)

desenvolvidas no âmbito das estratégias de eficiência coletiva	✓ Desencontro entre a oferta e a procura de qualificações no mercado de trabalho
✓ Aproveitamento hidroagrícola do Baixo Mondego	✓ Rigidez dos quadros comunitários face a alterações estruturais que ocorrem no período da sua vigência e que podem impedir o bom uso de recursos financeiros
✓ Racionalização de recursos e ganhos de eficiência devido à centralização de compras na CIM	✓ Impacto da pandemia por COVID-19
✓ Ampliação de várias zonas industriais na área da CIM	
✓ Fixação de empresas <i>start-up</i> e aceleração de empresas	
✓ Requalificação do Parque Escolar da CIM	
✓ Requalificação de equipamentos municipais de relevo	
✓ Requalificação e Regeneração Urbana em vários municípios da CIM	
✓ Plano de descarbonização nacional em implementação ao nível da CIM	
✓ O território da CIM é globalmente seguro (criminalidade registada em diminuição)	
✓ Mobilização das entidades de investigação, desenvolvimento e inovação e das empresas para responder à crise provocada pela pandemia por COVID-19	

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	
FORÇAS	FRAQUEZAS
✓ Diversidade do património natural (zona costeira, floresta, rios e montanha)	✓ Carências ao nível da mobilidade e acessibilidade aos concelhos do interior
✓ Extenso coberto florestal com potencial para a valorização económica de um conjunto alargado de atividades (produção lenhosa, turismo, energia, caça)	✓ Sistema de transporte público débil e ineficaz
✓ Condições de excelência do Vale do Mondego para a produção hortofrutícola	✓ Baixas taxas de recolha seletiva dos resíduos sólidos urbanos sobretudo nos concelhos do interior
✓ Recursos hídricos de grande importância estratégica	✓ Atomização da estrutura fundiária e alguma incapacidade de cooperação e funcionamento em rede entre os agentes do território
✓ Aposta nas energias renováveis com diversificação das fontes (energia térmica, eólica e hídrica) que permitiu um aumento significativo da produção de energia	✓ Predomínio de uma lógica reativa em vez de uma estratégia proactiva de prevenção de riscos
✓ Eixo urbano Coimbra-Figueira da Foz consolidado, com elevada densidade populacional	✓ Fragmentação de iniciativas não permite explorar o potencial de valorização do património natural, seja no turismo, seja nas atividades de produção
	✓ Quadro legal pesado e demasiado exigente constitui um entrave aos pequenos investimentos
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
✓ Valorização dos recursos endógenos num quadro que promova o equilíbrio entre a preservação do património natural e desenvolvimento de atividades económicas	✓ Alterações das dinâmicas territoriais provocadas por fenómenos agudos decorrentes das alterações climáticas (e.g. incêndios, ciclones, inundações)
✓ Capitalização da vocação do território para a produção de energias renováveis	✓ Desertificação das zonas rurais
✓ Incentivo para o desenvolvimento de dinâmicas de	✓ Clivagem entre os concelhos do litoral e do interior com agravamento das condições de acesso aos serviços públicos, ao emprego e à cultura

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ cooperação entre agentes institucionais, económicos e culturais para a construção de pacotes turísticos integrados competitivos ✓ Criação do Sistema Integrado de Transportes da Região de Coimbra, incluindo tarifário e bilhética integrada entre as várias autoridades e operadores da Região ✓ Desenvolvimento do Sistema de Mobilidade do Mondego ✓ Melhoria das ligações regionais e acessibilidades ✓ Adaptação e valorização do território às alterações climáticas. Planear e agir otimizando recursos em áreas territoriais contíguas ✓ Concretização do Plano de Ação de Mobilidade Sustentável ✓ Tratamento de dados, estatística e Inteligência Artificial como forma de prevenir catástrofes e de mitigação dos seus efeitos ✓ Transição da Economia Linear para a Economia Circular através da transformação da cadeia produtiva e da lógica de incentivos na CIM ✓ Valorização dos Centros de alto Rendimento Desportivo existentes na Região | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Pressões ambientais sobre os recursos hídricos e florestais: incêndios, erosão e inundações da zona costeira ✓ Ausência de planeamento que defina uma estratégia de longo prazo para os recursos endógenos pode colocar em causa a sustentabilidade do património natural ✓ Rigidez dos quadros comunitários face a alterações estruturais que ocorrem no período da sua vigência e que podem impedir o bom uso de recursos financeiros ✓ Impacto da pandemia por COVID-19 |
|---|---|

CRESCIMENTO INCLUSIVO	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorias notáveis nos indicadores de educação, como a taxa de abandono e insucesso escolar ✓ Melhorias dos indicadores de escolarização ✓ Presença da Universidade de Coimbra e do Instituto Politécnico de Coimbra e de um conjunto significativo de escolas profissionais ✓ Presença de um polo de serviços e cuidados de saúde com relevância nacional, reforçado por investimentos recentes ✓ Importância estratégica do sector social e solidário ✓ Novas políticas de coesão e cooperação territorial, desenvolvimento regional e de valorização do interior, tendo em vista a redução das desigualdades e o desenvolvimento equilibrado do território 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nível de envelhecimento demográfico elevado ✓ Resistência à descida da taxa de insucesso escolar em concelhos mais rurais e interiores ✓ Duplicações e ineficiências na oferta de serviços do setor público e do “terceiro setor” ✓ Dificuldades de mobilidade na região dos utentes dos serviços sociais mais carenciados ✓ Fraca capacidade de canalização de profissionais e técnicos qualificados para as instituições e territórios mais carenciados, particularmente evidente no caso da saúde ✓ Fraca adequação da formação profissional e encaminhamento de pessoas desempregadas/as para áreas com carência de mão de obra
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

- ✓ Capitalização da experiência de comunicação e articulação entre instituições locais e a capacidade dos gabinetes de apoio e associações de desenvolvimento gerarem resultados a uma escala local, no sentido do reforço da territorialização (regional) das políticas sociais
- ✓ As IPSS constituírem-se como importantes bolsas de emprego em comunidades rurais, estando menos vulneráveis a tendências de deslocalização dos seus meios operacionais
- ✓ Requalificação e alargamento das respostas para idosos, pessoas com deficiência e grupos sociais vulneráveis
- ✓ Reforço da Internacionalização das Instituições de Ensino Superior
- ✓ Aumento do peso no orçamento das autarquias e das famílias dos custos associados às necessidades específicas da população idosa
- ✓ Novos focos de carência económica e exclusão social
- ✓ Aumento do peso no orçamento das autarquias dos custos de manutenção futura das escolas de acordo com os critérios de conforto e qualidade pedagógica que estiveram na base da decisão de investimento
- ✓ Rigidez dos quadros comunitários face a alterações estruturais que ocorrem no período da sua vigência e que podem impedir o bom uso de recursos financeiros
- ✓ Impacto da pandemia por COVID-19

3. Aspetos relevantes da avaliação da Abordagem Territorial no PT2020 para a revisitação da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra⁵⁶

Em resposta às persistentes assimetrias regionais que afetam o país e em alinhamento com a relevância atribuída à dimensão territorial na Política de Coesão da UE e na estratégia da Europa 2020, o Acordo de Parceria PT2020 atribuiu à Abordagem Territorial o carácter de um domínio transversal. Esta abordagem assumiu como fim último promover a coesão territorial e aumentar a convergência económica entre os vários territórios de Portugal Continental, respondendo às persistentes fragilidades que impedem as regiões, as sub-regiões, os municípios e as cidades de alcançar todo o seu potencial de desenvolvimento. O Acordo de Parceria, ao ter estabelecido o princípio do alinhamento da territorialização das políticas públicas com a organização territorial do Estado, balizou o modelo de organização das abordagens integradas de base territorial, não permitindo grande flexibilidade e adaptabilidade dos instrumentos em termos da delimitação das fronteiras de operacionalização. Esta situação limitou a captação das dinâmicas funcionais das necessidades, potencialidades e desafios que se colocaram em matéria de desenvolvimento regional, correndo o risco de limitar o instrumento de política a um exercício de programação financeira de recursos.

Em termos de relevância estratégica, a Abordagem Territorial do PT2020 visou alcançar uma maior adequação das políticas públicas aos desafios de coesão territorial à escala nacional e de convergência económica à escala europeia. A evolução em Portugal do PIB regional per capita, em termos reais, desde do início do ano 2000, caracterizou-se pela coexistência de uma situação onde, ao mesmo tempo que se reforçou a coesão regional interna, produziu-se um ponto de viragem no próprio processo de convergência europeia da economia portuguesa, com a acentuação das dificuldades na dinâmica de criação de riqueza, traduzido na substituição de um caminho de aproximação ao padrão médio europeu do PIB per capita, por um caminho de afastamento, isto é, na afirmação do primado da divergência sobre o primado da aproximação. Esta tendência para um primado da coesão interna sobre a convergência europeia questiona de forma explícita, os limites e, mesmo, a possibilidade de uma convergência efetiva sem progressos fortes e sustentados na competitividade internacional da economia, suportada pela capacidade concorrencial das empresas e pela qualificação do tecido empresarial à escala regional e nacional

A avaliação realizada à implementação da Abordagem Territorial do PT2020 indicia que, apesar de alguns resultados positivos, em particular na definição das estratégias, as soluções encontradas para os instrumentos e o respetivo modelo de operacionalização não conseguiram evitar a diminuição da relevância estratégica desta abordagem territorial do PT2020

Deste exercício de avaliação destacamos, nomeadamente, o seguinte conjunto de conclusões com relevância para a revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIM Região Coimbra. São aqui tidos em conta o cumprimento de um conjunto de resultados intermédios, em três níveis fundamentais:

- (i) eficiência programática, ou seja, mobilizar em simultâneo e de forma coordenada o financiamento dos diversos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), a favor da prossecução de estratégias territoriais coerentes, suportadas na integração sectorial e

⁵⁶ Adaptado de: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (novembro de 2019), Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020, no Contexto da Convergência e Coesão Territorial – Relatório Final

multinível das políticas, na melhoria da racionalidade das escala de provisão e na integração dos diversos espaços;

(ii) de eficiência de governação, ou seja, criar condições de governação local e de cooperação horizontal e vertical que aumentem a capacidade de liderança dos atores locais na condução dos processos de desenvolvimento, que reforcem a cooperação territorial endógena e exógena aos territórios e que permitam ainda obter uma simplificação dos mecanismos de governação dos Fundos;

(iii) e, de eficácia de implementação, ou seja, assegurar uma atuação que promova as oportunidades e as necessidades específicas dos territórios (diferenciação territorial), o desenvolvimento de intervenções espacialmente definidas pelo problemas/recursos (regiões funcionais), valorizar o potencial endógeno específico, valorizar o conhecimento dos atores do território e diferenciar positivamente os territórios de baixa densidade.

1. A pulverização de instrumentos nos territórios, tanto em contexto urbano como rural, reduz o impacto potencial das abordagens/operações – pela reduzida escala financeira das intervenções – agrava os custos de implementação e dificulta a governança multinível a partir do acompanhamento por parte das entidades da administração central e das autoridades de gestão.

2. A presença de condicionantes estruturais de que é exemplo, a inexistência de planeamento territorial adequado, dada a ausência de Plano Regional de Ordenamento do Território na região Centro o que tornou mais difícil a estruturação e discussão pública e a realização de escolhas políticas.

3. A existência de dessincronias entre a organização política do Estado e do quadro de competências de cada nível e os objetivos e desenhos instrumentais e programáticos da Abordagem Territorial do PT2020, nomeadamente:

(i) uma geografia programática desfasada da geografia de organização estado (exemplos, da integração de NUTS III em NUTS II apenas para fins de fundos);

(ii) a expectativa de obtenção de resultados supra municipais à escala das NUTS III, quando o Estado apenas dispõe de estruturas intermunicipais a esse nível;

(iii) a existência de debilidades de legitimidade institucional na efetiva coordenação regional de políticas.

4. A passagem do processo de planeamento para a operacionalização e programação financeira constitui uma das fragilidades da Abordagem Territorial do PT2020. Esta fragilidade é relativamente estrutural na programação dos FEEI em Portugal dado que os processos de planeamento estratégico se desenvolvem em paralelo e de forma desligada da programação. As restrições impostas pelas regras de financiamento não foram consideradas no planeamento estratégico territorial, nem este determinou as elegibilidades inscritas nos Programas Operacionais, nos regulamentos específicos, nos documentos de contratualização ou nos Avisos de Concurso. Daqui resultaram dois tipos de inibições: insuficiente adaptação da execução às realidades/necessidades territoriais específicas e débeis níveis de sinergia e complementaridade;

5. Uma ineficiente integração de operações enquadradas por diferentes Avisos de Concurso. Esta insuficiência é desde logo resultado da matriz de programação que dificulta a integração de Prioridades de Investimento, e, posteriormente, de um conjunto diverso e imbricado de fatores, tais como:

(i) falhas de conhecimento dos promotores;

- (ii) prevalência de desconfianças quanto à eficácia dos procedimentos de gestão;
- (iii) desfasamentos temporais no lançamento de Avisos potencialmente complementares;
- (iv) limitações das elegibilidades;
- (v) prazos demasiado curtos para a preparação das candidaturas;
- (vi) falta de autonomia das entidades líderes dos instrumentos no lançamento dos Avisos.

6. A reduzida articulação entre as medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade e os demais instrumentos de base territorial que atuam nestes territórios impediu que maiores ganhos potenciais tenham sido atingidos no decorrer deste período. Exemplos decorrem, designadamente, da ausência de articulação entre o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) rurais e os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógeno (PROVERE/PADRE), ou da facilitação de investimentos públicos locais de qualificação e valorização territorial, que deveriam ter estado alinhados com as EIDT onde se verifica que as medidas de diferenciação atuam de forma isolada.

7. O aproveitamento da escala sub-regional de atuação para conferir maior racionalidade à provisão de Serviços Sociais de Interesse Geral, ficou aquém do seu potencial. Constituem desafios - a serem superados no período 2021-2027- a ausência de instrumentos de planeamento setorial intermunicipal que permitam a montante da execução dos FEEI a construção de redes de provisão de âmbito intermunicipal e uma consequente priorização dos investimentos segundo esta lógica. A regressão demográfica em boa parte do território nacional e a consequente perda de massa crítica. A relativa pouca eficácia do modelo político-institucional de base à governação das EIDT/Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) – associativismo municipal – que promove tendencialmente uma afetação financeira por município e a realização de projetos de escala local ou municipal.

8. O papel da cidades para a coesão territorial e convergência económica no quadro da Abordagem Territorial do PT2020 não está a ser valorizado na sua globalidade, designadamente:

- (i) pela consagração de uma rede urbana sobredimensionada no seu nível superior e sem hierarquia funcional;
- (ii) do exclusivo co-financiamento da dimensão intraurbana: Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e Planos de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD);
- (iii) da não valorização dos sistemas urbanos policêntricos sub-regionais a partir da articulação entre os investimentos na mobilidade (Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável PAMUS) e a provisão de serviços sociais de interesse geral (PDCT);
- (iv) da ausência de reconhecimento do papel dos centros urbanos regionais na estruturação territorial como motores económicos e polos de investigação, desenvolvimento e inovação.

9. A não configuração de instrumentos integrados focalizados nas dimensões da competitividade, em paralelo com a remissão para a operacionalização direta a partir do PO Regional das intervenções geradoras de convergência e competitividade, em alinhamento com as RIS3, limita ganhos potenciais neste âmbito. O desfasamento entre os objetivos, as escalas de atuação de âmbito sub-regional, regional ou transregional, e as competências de cada uma das entidades e escalas territoriais envolvidas.

10. Os resultados da operacionalização dos PDCT indiciam uma uniformização regional na afetação das Prioridades de Investimento por NUTS III, realizada na generalidade dos casos de forma explícita a partir de um processo de concertação entre as Autoridades de Gestão dos PO Regionais e as CIM. Os constrangimentos apontados anteriormente relativos ao modelo político

institucional e a inexistência de regras ou mecanismos de incentivo (positivo ou negativo) que orientem a composição dos PDCT pode estar a condicionar a sua capacidade para responder a oportunidades e necessidades específicas de cada sub-região, dado que a homogeneidade é significativamente desfasada da diversidade de realidades socioeconómicas e de níveis de massa crítica das diversas NUTS III.

11. A configuração dos instrumentos de políticas integradas de base territorial e a forma como estes foram densificados e estão a ser implementados, suporta-se em níveis muito significativos de participação dos atores locais. Esta situação permite, explorar dentro dos graus de liberdade que a programação permite, soluções para necessidades/oportunidades específicas a partir de modelos de cooperação territorial. Este facto é especialmente evidente nos instrumentos de âmbito intermunicipal, como os PDCT, ou nos instrumentos que são definidos por geografias funcionais como os PROVERE/PADRE ou o DLBC. Não obstante, verifica-se uma ausência de instrumentos que promovam a cooperação em rede de natureza transregional ou orientados para o reforço do policentrismo a partir de projetos que fortaleçam as redes de urbanas regionais e nacionais e a cooperação entre os polos estruturadores, por exemplo como as Rede Urbana para a Competitividade e a Inovação (RUCI).

12. No âmbito da redução das assimetrias importa relevar as medidas de diferenciação positiva para territórios de baixa densidade que necessitam de incremento de mecanismos facilitadores do acesso aos FEEI e de facilitação da atração de investimento. A abordagem adotada e o mapeamento utilizado na base da operacionalização das medidas revelam margens muito significativas de melhoria e clarificação, no sentido de aumentar a sua relevância, eficácia e impacto. Impõe-se uma majoração de ponderadores que permitam uma valorização real destes territórios e uma política de redução eficaz de assimetrias.

4. Visão e estratégia de desenvolvimento para a CIM Região de Coimbra

3.1 Visão e estratégia regional

A visão da CIM Região de Coimbra foi definida para o período 2014-2020. Os pressupostos dessa definição continuam atuais e reconhecidos pelos agentes e *stakeholders*. Assim, neste processo de revisão, realizou-se uma atualização da visão, tendo em conta o necessário alinhamento com as políticas nacionais e europeias que a enquadram e outros pressupostos estratégicos. Segue-se a visão adotada para a CIM Região de Coimbra para o período 2021-2027.

Tabela 29: Visão da CIM Região de Coimbra para o período 2021-2027

<p>REGIÃO PIONEIRA E LÍDER</p> <p>Na capacidade inovadora e exportadora do tecido empresarial regional, assente num sistema educativo, científico, tecnológico e de inovação, de referência nacional.</p>
<p>REGIÃO EXEMPLAR</p> <p>Nos seus valores ambientais, economia circular, recursos hídricos, transição para uma energia limpa e equitativa, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos.</p>
<p>REGIÃO COMPROMETIDA</p> <p>Com a valorização do seu potencial endógeno, facilitação da mobilidade e garantia de equidade nas condições de acesso ao emprego, saúde, educação, cultura e direitos sociais.</p>
<p>REGIÃO METROPOLITANA</p> <p>Afirmação da Região de Coimbra como Região Metropolitana.</p>
<p>REGIÃO ESPECIALIZADA</p> <p>Especialização da Região de Coimbra como Região da Saúde.</p>

A visão estratégica para a Região de Coimbra no horizonte 2021-2030 integra, então, um conjunto de valores que enformam as suas áreas de atuação estruturantes: pioneirismo, liderança, exemplaridade e compromisso, bem como, dois eixos fundamentais de posicionamento estratégico: a sua afirmação como região metropolitana e a sua especialização territorial na Saúde.

A CIM Região de Coimbra assume, ainda, como prioridade contribuir para a Descentralização do Estado Central ou, indo mais longe, para a Regionalização, constitucionalmente prevista, mas nunca implementada. A descentralização foi mesmo apelidada pelo atual Primeiro-Ministro de Portugal como “a pedra angular [de uma] reforma do Estado (...) capaz de aprofundar a democracia local, melhorar os serviços de proximidade e estimular o crescimento económico”. O excesso de centralismo não produz bons resultados, tendo sido evidente no atual contexto da pandemia COVID-19 o papel fundamental das comunidades intermunicipais e autarquias locais na luta contra a sua disseminação.

A visão estratégica apresentada nalguns documentos como o Plano de Recuperação e Resiliência ignora por completo este desiderato, focando o seu olhar no desenvolvimento e os investimentos propostos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, relegando para segundo plano o resto do país, em especial, a Região Centro e a Região de Coimbra. Consideramos, pois, que deverá ser contrariada a tendência que se perspetiva no horizonte, no que concerne aos elevados riscos de concentração de recursos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

É assim imperativo reconhecer a metropolização de Coimbra e da sua Região, como unidade fundamental para a estruturação de um modelo territorial equilibrado para o todo nacional.

A Região de Coimbra, a maior Comunidade Intermunicipal do país, integra um conjunto coeso de cidades e vilas com ligações e relações históricas e funcionais que lhe conferem uma elevada capacidade de metropolização, assim esta seja dotada dos serviços e equipamentos que trazem direcionalidade e centralidade, num espaço pleno de oportunidades.

A Região de Coimbra pretende assim assumir uma postura de liderança na Região Centro, para evitar esta bipolarização ao nível da concentração dos recursos e disponibilidades, pugnando igualmente pelo combate às assimetrias regionais e produtivas, materializando uma efetiva coesão territorial e desenvolvimento sustentado.

A partir da centralidade de Coimbra, deverão ser desenvolvidos os investimentos de âmbito regional e nacional e que impulsionarão o desenvolvimento do país e o seu equilíbrio territorial. A metropolização de que a Região e o País precisam deverá ser ancorada na concretização de investimentos âncora, como o Aeroporto na Região do Centro, novas ofertas metropolitanas de transporte (Sistema de Mobilidade do Mondego) e modernização das ligações rodoferroviárias com ligação internacional.

No mesmo sentido, devem ser asseguradas as opções consequentes de especialização territorial, sublinhando em particular a importância da Região de Coimbra no sector da saúde.

A Região de Coimbra tem um caminho feito na afirmação deste território como região da saúde em todo o seu espectro, do ensino e investigação, até às práticas mais criativas e inovadoras a nível internacional.

O setor da saúde é, pois, indubitavelmente, um importante polo de desenvolvimento do país e da Região de Coimbra. Na situação de pandemia, o setor da saúde esteve na linha da frente e o SNS – Serviço Nacional de Saúde enfrentou, com sucesso, o seu maior desafio de sempre, a crescer aos outros com que já se deparava, designadamente o subfinanciamento crónico, o aumento da esperança de vida, o envelhecimento da população e, em consequência disso, a prevalência das doenças crónicas. A Região de Coimbra tem um importante ecossistema na área da saúde, que muito nos orgulha e que é preciso potenciar. Temos o maior centro hospitalar e universitário do país, a reputação dos nossos hospitais vai além-fronteiras; tal como a qualidade das nossas estruturas físicas e humanas e a excelência dos nossos centros de investigação clínica, que são fatores que contribuem para que a Região de Coimbra se destaque a nível nacional, mas também no panorama internacional neste setor.

A saúde é uma marca de Coimbra. O país deve reconhecer este investimento e caminho feito e reafirmar Coimbra e a sua Região como Região de Saúde, priorizando aqui os investimentos que permitem aprofundar esta estratégia de especialização inteligente.

Para não se perder a força deste cluster, é premente avançar, na Região de Coimbra, com uma série de investimentos na área da saúde há muito tempo identificados como absolutamente necessários, designadamente, a construção da nova maternidade de Coimbra; a reclassificação do Hospital dos Covões e da respetiva urgência hospitalar; a requalificação e modernização do Instituto Português de Oncologia (IPO) de Coimbra; a requalificação do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC); o reforço e requalificação da rede de cuidados de saúde primários e de proximidade; a criação na Região de Coimbra de um cluster de produção de medicamentos inovadores e dispositivos médicos, em articulação com os centros de investigação científica da Universidade de Coimbra e do Instituto Politécnico de Coimbra, Instituto Pedro Nunes, BIOCANT e outros.

3.2 Áreas estruturantes de intervenção

As áreas de intervenção prioritária da EIDT da CIM Região de Coimbra para o período de 2021-2027 são 5, cada uma com respetiva descrição sintética. Para cada área estruturante são identificados os vários eixos de atuação e correspondentes objetivos, sendo depois os eixos declinados em ações estratégicas.

Tabela 30: As 5 áreas estruturantes e sua descrição sumária

Áreas Estruturantes da EIDT da CIM Região de Coimbra e respetiva descrição sumária 2021-2027	
CIM Região de Coimbra mais inteligente	Transformação empresarial inovadora e inteligente
CIM Região de Coimbra mais «verde» e hipocarbónica	Transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos
CIM Região de Coimbra mais conectada	Sustentabilidade e eficiência da conectividade regional em matéria de mobilidade, transportes, serviços, infraestruturas e equipamentos
CIM Região de Coimbra mais social	Implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais
CIM Região de Coimbra mais próxima dos cidadãos	Promoção da cultura, do património, das iniciativas associativas e da existência de um modelo de governação eficaz

Esta definição teve também por base o alinhamento com as prioridades da Política de Coesão da União Europeia para o mesmo período e, em complemento, o alinhamento com os domínios constantes na estratégia e modelo territorial do PNPT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Tabela 31: Alinhamento das áreas estruturantes da EIDT da CIM Região de Coimbra 2021-2027 com as prioridades da Política de Coesão

Prioridades da Política de Coesão 2021-2027	Áreas Estruturantes da EIDT da CIM Região de Coimbra 2021-2027
 OP1: Uma Europa mais inteligente	CIM Região de Coimbra mais inteligente
 OP2: Uma Europa mais “verde”	CIM Região de Coimbra mais «verde» e hipocarbónica
 OP3: Uma Europa mais conectada	CIM Região de Coimbra mais conectada
 OP4: Uma Europa mais social	CIM Região de Coimbra mais social
 OP5: Uma Europa mais próxima dos cidadãos	CIM Região de Coimbra mais próxima dos cidadãos

Tabela 32: Alinhamento das áreas estruturantes da EIDT da CIM Região de Coimbra 2021-2027 com os domínios do PNPOT

Domínios do PNPOT 2021-2027	Áreas Estruturantes da EIDT da CIM Região de Coimbra 2021-2027
	CIM Região de Coimbra mais inteligente
	CIM Região de Coimbra mais «verde» e hipocarbónica
	CIM Região de Coimbra mais conectada
	CIM Região de Coimbra mais social
	CIM Região de Coimbra mais próxima dos cidadãos

3.2.1 Alinhamento entre a RIS3 da Região Centro e a especialização da Região de Coimbra

Ainda neste contexto, importa evidenciar o alinhamento entre as áreas de especialização consideradas prioritárias para a CIM Região de Coimbra e os domínios diferenciadores temáticos considerados na RIS3 da Região Centro.

Relativamente à RIS3, no processo de reflexão estratégica sobre o futuro desta região, os diversos agentes regionais validaram o conjunto de domínios temáticos nos quais a Região Centro se diferencia, plasmado na designada “RIS3 do Centro de Portugal 2020 - Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente”. Estes domínios correspondem a áreas nas quais existe capacidade produtiva instalada e/ou capacidade de produção de conhecimento científico e tecnológico, seja de forma consolidada, seja uma realidade emergente ou mesmo uma aposta mais voluntarista. Foi consensual considerar que a Agricultura (considerando também a abordagem agroindustrial), a Floresta, o Mar, as TICE, os Materiais, a Saúde e Bem-estar, a Biotecnologia e o Turismo constituem domínios diferenciadores temáticos da Região Centro, seja pelos resultados que os dados estatísticos disponíveis evidenciam, seja pelas dinâmicas instaladas no território, seja pelas características físicas da região que possui recursos endógenos diversificados que faz todo o sentido valorizar no contexto de uma estratégia de especialização inteligente. O processo de auscultação dos agentes regionais conduziu à identificação de mais quatro prioridades transversais, que

correspondem a prioridades da Região Centro que importa considerar em sede de especialização inteligente⁵⁷.



Fonte: CCDRC, A RIS3 DO CENTRO: PLATAFORMAS DE INOVAÇÃO E LINHAS DE AÇÃO - Caderno A, maio de 2017 (v2), pp. 2

Figura 8: Domínios diferenciadores da Região Centro no contexto da RIS3

O

processo de revisão da EREI Centro - Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro foi desencadeado ainda em 2019, com as reuniões dos Grupos de Trabalho das 4 Plataformas de Inovação, ou prioridades transversais, a decorrerem durante 2020⁵⁸.

Como resultado⁵⁹, os 4 objetivos específicos definidos na anterior RIS3 (correspondentes às Plataformas de Inovação), continuam a nortear a definição das agendas transformadoras que se propõem:

- desenvolver soluções industriais sustentáveis;
- valorizar recursos endógenos naturais;
- mobilizar tecnologias para a qualidade de vida;
- promover inovação territorial.

Já as linhas de ação foram revisitadas, traduzindo a resposta que o momento atual (2020/21) exige e que, na região, deverá incidir prioritariamente sobre os domínios que foram coletivamente identificados como diferenciadores deste território:

- Recursos naturais e bioeconomia (água, floresta, agroalimentar);
- Saúde e bem-estar;

⁵⁷ CCDRC, A RIS3 DO CENTRO: PLATAFORMAS DE INOVAÇÃO E LINHAS DE AÇÃO - Caderno A, maio de 2017 (v2), pp. 2

⁵⁸ Cf.: CCDRC (s/data), RIS3, Iniciativas: Processo de revisão da RIS3 do Centro. On line em: <http://ris3.ccdrc.pt/index.php/iniciativas/103-iniciativas-revisaoris3>

⁵⁹ Cf.: CCDRC (janeiro de 2021), Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro, Revisão para o período 2021-2027, Documento de trabalho

- Turismo e criatividade;
- Tecnologias digitais e Espaço;
- Materiais, *tooling* e tecnologia de produção; e
- Energia e clima.

Destaque-se ainda o alinhamento específico da EREI Centro com os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Se a anterior formulação da estratégia, através das suas linhas de ação e prioridades transversais, já estava já alinhada com muitos ODS, o atual processo de revisão, pretende reforçar esse alinhamento, desde logo, através da abordagem aos 3 desafios globais, fortemente ligados a vários ODS:

- I. a transição verde, que encontra correspondência no ODS 12 (Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis) e ODS 13 (Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos);
- II. a transição digital, com correspondência ao ODS 9 (Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação);
- III. a transição social, correspondendo aos ODS 4 (Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) e ODS 8 (Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos).



Figura 9: Alinhamento entre as linhas e ação da RIS3 e os ODS

Fonte: CCDRC, *Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro, Revisão para o período 2021-2027, Documento de trabalho, janeiro de 2021*

Consequentemente, a EIDT da CIM Coimbra será tributária destes alinhamentos, integrando os 6 domínios diferenciadores deste território como **áreas de especialização** para o período de 2021-2027:

- i) **Recursos naturais e bioeconomia (água, floresta, agroalimentar);**
- ii) **Saúde e bem-estar;**
- iii) **Turismo e criatividade;**
- iv) **Tecnologias digitais e Espaço;**
- v) **Materiais, *tooling* e tecnologia de produção; e**

vi) Energia e clima.

Para cada um destes domínios descreve-se na tabela abaixo a respetiva visão, as modalidades prioritárias de intervenção e as áreas de intervenção mais relevantes.

Tabela 33: Domínios prioritários da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro e assumidos como as áreas de especialização perspetivadas para o período de 2021-2027 para o território da CIM Região de Coimbra

RECURSOS NATURAIS E BIOECONOMIA

SUBDOMÍNIO ÁGUA

Visão da EREI do Centro no subdomínio Água:

Inovar nos modelos de conhecimento, proteção, uso, reutilização e gestão da água, com o objetivo de garantir a sustentabilidade dos seus ecossistemas e impactar de forma positiva a sua qualidade e resiliência, relativamente a inundações e secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

Por outro lado, tem-se a ambição de contribuir para o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços que valorizem a água e os seus recursos (sendo aqui especialmente relevantes o mar e os recursos marinhos), através de projetos que promovam a transferência de conhecimentos e a sua valorização, económica e social.

Modalidades prioritárias de intervenção:

- i) produção e transferência de conhecimento científico e tecnológico que permita, sobretudo, a valorização do mar e dos recursos marinhos;
- ii) desenvolvimento de tecnologias e sistemas que permitam, por exemplo, a monitorização e avaliação do estado das águas e a valorização de águas residuais;
- iii) estímulo ao empreendedorismo (nomeadamente em atividades emergentes ligadas ao mar);
- iv) aumento das qualificações e competências, que possam dar resposta às necessidades das atividades emergentes e modernização das atividades mais consolidadas em torno do mar.

Áreas de intervenção relevantes:

Uso inteligente e sustentável da água e serviços hidrológicos | Recursos marítimos e oceânicos | Pesca sustentável | Aquacultura | Gestão de infraestruturas portuárias e bacias hidrográficas | Biotecnologia azul

SUBDOMÍNIO FLORESTA

Visão da EREI do Centro no subdomínio Floresta:

É necessário que a Floresta, e os seus recursos, serviços e funções ecossistémicas, sejam usados e geridos de forma prudente e inteligente, criando todas as condições necessárias para que possam ser sustentavelmente utilizados e valorizados social e economicamente, mantendo a sua biodiversidade e capacidade produtiva e regenerativa, contribuindo para a sua proteção e recuperação.

Assim, pretende-se o desenvolvimento de conhecimento científico e tecnológico que permita esta gestão sustentável, bem como a promoção de simbioses industriais para a criação de novos produtos, processos e serviços, de modo a melhorar as cadeias de valor existentes e a gerar novas cadeias de valorização de produtos e serviços florestais, com base em novas tecnologias e em práticas inovadoras para uma economia circular.

Modalidades prioritárias de intervenção:

- i) investir em I&D e inovação de modo a criar novas cadeias de valor sustentáveis e melhorar a sustentabilidade das cadeias já existentes;
- ii) desenvolver tecnologias e sistemas de aquisição e tratamento de dados que permitam a prevenção e deteção remota de riscos, acidentes e incidentes, através da monitorização florestal em tempo real;
- iii) desenvolver e concretizar modelos de conservação, proteção, gestão e recuperação inovadores e eficazes;
- iv) promover a transferência de conhecimento, o associativismo e o empreendedorismo florestal;
- v) sensibilizar e mobilizar as populações e o tecido empresarial para assegurar a valorização social e económica e a sustentabilidade florestal a longo-prazo.

Áreas de intervenção relevantes:

Uso inteligente e sustentável da floresta e serviços florestais | Sequestro e armazenamento de carbono | Gestão florestal, silvicultura e fitossanidade | Bio polímeros | Floresta de precisão | Floresta regenerativa | Proteção e formação do solo e biodiversidade do solo.

SUBDOMÍNIO AGROALIMENTAR

Visão da EREI do Centro no subdomínio Agroalimentar:

Promover sistemas alimentares sustentáveis, robustos e resilientes, com um impacto ambiental neutro ou positivo, que contribuam para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, proteção da biodiversidade e para o desenvolvimento económico e social da região, através da promoção de novos métodos de produção, processamento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos e da criação de novos produtos e cadeias de valor mais eficientes, regenerativas e sustentáveis.

Mais ainda, pretende-se apoiar a segurança alimentar na região, sendo esta definida pela *Food and Agriculture Organization* como a situação em que as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que vão ao encontro das suas necessidades e preferências alimentares, para garantir uma vida ativa e saudável.

Modalidades prioritárias de intervenção:

- i) investimento em inovação para alteração dos métodos de produção, processamento, transporte, armazenamento e comercialização;
- ii) investimento em I&D e inovação de modo a criar novas cadeias de valor sustentáveis e melhorar a sustentabilidade das cadeias já existentes;
- iii) investimento em I&D para desenvolvimento de novas tecnologias e sistemas que permitam uma maior digitalização e redução das pegadas ecológica, hídrica e carbónica dos processos agrícolas;
- iv) promoção da transferência de conhecimentos e tecnologias, incentivando uma cultura de associativismo e empreendedorismo agroalimentar;
- v) qualificação e capacitação dos produtores para uma produção agroalimentar mais sustentável;
- vi) sensibilização e mobilização das populações para adoção de práticas de consumo mais saudáveis e sustentáveis.

Áreas de intervenção relevantes:

Sistemas alimentares sustentáveis | Segurança alimentar | Agricultura biológica e fitossanidade | Agricultura de precisão | Agricultura regenerativa | Produção certificada | Proteção, uso e gestão cautelosa e eficiente dos solos

SAÚDE E BEM ESTAR

Visão da EREI do Centro no domínio Saúde e Bem-Estar:

Preencher os gaps existentes na cadeia de inovação e reforçar redes de colaboração (regionais, nacionais e internacionais), de forma contínua, reconhecendo a morosidade dos processos de investigação e inovação neste domínio. Adicionalmente, pretende-se continuar a apoiar o amadurecimento do ecossistema regional de inovação, tornando-o num espaço propício para o aparecimento de nova investigação na área da Saúde, à cocriação de novo conhecimento e ainda à sua transferência, não só para as empresas como também para os prestadores de cuidados de saúde e a população em geral.

Em última instância, ambiciona-se impactar de forma positiva a qualidade de vida das pessoas, ajudando a criar uma sociedade mais resiliente, que adote estilos de vida mais saudáveis, onde a atividade física, uma dieta equilibrada e o respeito pela natureza são fundamentais.

Modalidades prioritárias de intervenção:

- i) investimento em I&D e inovação, apoiando a procura de soluções para desafios atuais e futuros que se experienciem, de forma global, no domínio da saúde;
- ii) transferência e valorização de conhecimentos e tecnologias, que permitam a criação de novos produtos, sistemas e serviços que tragam maior valor acrescentado;
- iii) promoção de atividades de *networking* persistentes ao longo do tempo, que levem à exploração de oportunidades conjuntas entre os atores;
- iv) investimento na digitalização de serviços de saúde, não só o tornando mais inclusivo, como também permitindo a criação de sistemas que apoiem processos de tomada de decisão mais atempados e informados;
- v) promoção de estilos de vida saudável, e seus benefícios, junto das populações.

Áreas de intervenção relevantes:

Medicina preditiva, preventiva, personalizada e participativa (4P) | Produtos farmacêuticos, nutracêuticos e cosméticos | Dispositivos Médicos | Biotecnologia vermelha (medicina) | Tecnologias avançadas de diagnóstico | Telemedicina | Cuidados Integrados | Tecnologias avançadas de suporte à prestação de serviços sociais de Interesse Geral | Envelhecimento ativo e saudável

TURISMO E CRIATIVIDADE

Visão da EREI do Centro no domínio Turismo e Criatividade:

Tornar a Região Centro num destino mais sustentável, criativo, inteligente e interligado, através de:

- i) uma alteração do modelo tradicional do turismo, inovando nas formas de mobilidade, na produção e oferta turística, e na própria forma de consumo de recursos, de modo a tornar os destinos mais sustentáveis, reduzindo a pegada de carbono de toda a cadeia de valor;
- ii) uma utilização mais generalizada dos meios e ferramentas digitais disponíveis;
- iii) inovação na forma de integração da oferta turística com a comunidade em que a mesma se insere, e ainda na forma de interação do turista com o meio envolvente, de modo a aumentar a qualidade de vida da população local e dos visitantes.

Modalidades prioritárias de intervenção:

- i) promoção de projetos de inovação dentro do domínio do turismo que favoreçam o aparecimento de novos modelos de negócio, soluções e produtos que sejam sustentáveis, inteligentes e que interliguem recursos e pessoas;

- ii) transferência para os agentes económicos das tecnologias existentes que permitam uma maior digitalização do setor;
- iii) formação e capacitação dos recursos humanos de toda a cadeia de valor.

Áreas de intervenção relevantes:

Turismo cultural e histórico | Turismo religioso | Turismo rural, de natureza e bem-estar | Turismo de aventura, desportivo e náutico | Turismo de experiências | Turismo gastronómico | Indústrias culturais e criativas

TECNOLOGIAS DIGITAIS E ESPAÇO

Visão da EREI do Centro no subdomínio Tecnologias Digitais e Espaço:

Assegurar a transição digital da economia e da sociedade, contribuindo para o crescimento sustentável da região.

Tal implica a existência de infraestruturas tecnológicas adequadas, o desenvolvimento e adoção de tecnologias digitais e do espaço altamente inovadoras e o apoio ao apetrechamento de competências tecnológicas básicas, intermédias e avançadas para todos os cidadãos, de modo a garantir a existência de uma sociedade mais digital, interligada e participativa.

Modalidades prioritárias de intervenção:

- i) investimento em investigação e desenvolvimento de novas tecnologias digitais e do espaço;
- ii) apoio de projetos de colaboração entre as diferentes entidades que compõem o ecossistema regional de inovação;
- iii) promoção do empreendedorismo ligado às tecnologias digitais e do espaço;
- iv) investimento na transferência de conhecimento, em especial no domínio do espaço, onde as tecnologias têm já um grau elevado de maturidade, sendo importante a sua adoção pelo setor empresarial, sobretudo start-ups e PME;
- v) promover a alteração de modelos de negócios empresariais;
- vi) apoiar a qualificação de recursos humanos e a capacitação dos trabalhadores para os novos modelos de organização do trabalho e outros paradigmas que já surgem no presente e se afirmarão no futuro;
- vii) promover o aumento de competências digitais da sociedade.

Áreas de intervenção relevantes:

Computação de alto desempenho | Inteligência Artificial | Cibersegurança | Internet das Coisas | Sensorização | 5G e redes de capacidade muito elevada | Redes inteligentes | *Big Data* | Eletrónica e microeletrónica | Tecnologias do Espaço, *Software* e Sistemas de Observação da Terra e/ou Comunicação e Navegação por Satélite

MATERIAIS, TOOLING E TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO

Visão da EREI do Centro no domínio dos Materiais, Tooling e Tecnologias de Produção:

Assegurar a existência de uma indústria mais sustentável, digital e competitiva, capaz de criar produtos e sistemas de maior valor acrescentado, suportando essa atividade em materiais, *tooling* e tecnologias de produção alinhados com os princípios das transições gêmeas (verde e digital).

Tal objetivo envolverá, necessariamente, um trabalho colaborativo intenso entre *stakeholders* e entre regiões, a transição de um modelo de produção linear para um modelo de produção circular, a gestão eficaz de matérias-primas, a adoção de tecnologias e competências facilitadoras-chaves e, por fim, a valorização da centralidade do ser humano nos processos e ambientes produtivos.

Modalidades prioritárias de intervenção:

- i) investimento em investigação fundamental e em infraestruturas científicas e tecnológicas;
- ii) apoio à cocriação e à transferência de conhecimentos e tecnologias, que permitam o desenvolvimento de novos modelos de negócio, produtos e processos avançados, que sustentem as transições gêmeas;
- iii) desenvolvimento de projetos demonstradores e apoio de provas de conceito;
- iv) investimento na internacionalização e promoção do domínio, dentro e fora da região;
- vi) qualificação contínua de trabalhadores e gestores.

Áreas de intervenção relevantes:

Ambiente produtivo | *Design for manufacturing* | Robótica e automação | *Smart Manufacturing* | Ferramentas de alto desempenho para processo produtivos e auxiliares | Fabricação aditiva | Materiais avançados | Circularidade e valorização de materiais

ENERGIA E CLIMA

Visão da EREI do Centro no domínio Energia e Clima:

Garantir a descarbonização e a neutralidade climática regional, e, conseqüentemente, assegurar o desenvolvimento e crescimento sustentável da região, bem como o aumento da sua resiliência (quanto às alterações climáticas).

Isto será conseguido através: da transformação dos sistemas e estruturas energéticas regionais; da melhoria das formas de produção, consumo e mobilidade; e da promoção do empreendedorismo e emprego verde.

Modalidades prioritárias de intervenção:

- i) investir em investigação fundamental e em infraestruturas científicas e tecnológicas que permitam a melhoria contínua de energias renováveis existentes e a procura por novas fontes e formas de energia sustentáveis;
- ii) apoiar a investigação, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias que assegurem a eficiência energética de todos os setores da economia regional, incluindo o da mobilidade e dos transportes (promovendo o conceito da *Mobility as a Service*);
- iii) promover o empreendedorismo verde;
- iv) investir na qualificação de recursos humanos, de modo a que sejam capazes de lidar com a crescente complexidade dos sistemas e redes de energia e ainda de modo a que sirvam de facilitadores para a transição energética que se avizinha.

Áreas de intervenção relevantes:

Energias renováveis (marinha, bioenergia, biocombustíveis, hidrogénio) | Integração de sistemas energéticos | Redes inteligentes de gestão de energia | Sistemas de armazenamento de energia | Mobilidade sustentável e inteligente | Logística sustentável | Captura e armazenamento de Carbono | Gestão de resíduos

3.2.2 Alinhamento da visão da CIM Região de Coimbra com os objetivos da política de coesão e com as prioridades do PT2030

Visão da CIM Região de Coimbra em alinhamento com os objetivos da política de coesão

Tabela 34: A visão estratégica da CIM Região de Coimbra e as prioridades dos fundos da política de coesão europeia para 2021-2027

CIM Região de Coimbra	<u>Uma Europa mais inteligente</u>	<u>Uma Europa mais «verde» e hipocarbónica</u>	<u>Uma Europa mais conectada</u>	<u>Uma Europa mais social</u>	<u>Uma Europa mais próxima dos cidadãos</u>
Região exemplar no ambiente		promover medidas de eficiência energética e as energias renováveis promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a capacidade de resistência às catástrofes promover a gestão sustentável dos recursos hídricos promover a transição para a economia circular	desenvolver uma mobilidade sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal promover uma mobilidade urbana multimodal sustentável		promover o desenvolvimento ambiental integrado das zonas urbanas promover, a nível local, o desenvolvimento ambiental integrado das zonas rurais e costeiras
CIM Região de Coimbra	<u>Uma Europa mais inteligente</u>	<u>Uma Europa mais «verde» e hipocarbónica</u>	<u>Uma Europa mais conectada</u>	<u>Uma Europa mais social</u>	<u>Uma Europa mais próxima dos cidadãos</u>
Região pioneira e líder na inovação	melhorar as capacidades de investigação e inovação reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas desenvolver competências de digitalização,	promover medidas de eficiência energética e as energias renováveis promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a capacidade de resistência às catástrofes	desenvolver uma mobilidade sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal promover uma mobilidade urbana multimodal sustentável	melhorar o acesso aos postos de trabalho por parte de todos os candidatos a emprego, bem como para modernizar as instituições e os serviços de apoio ao mercado de trabalho	promover o desenvolvimento económico integrado das zonas urbanas promover, a nível local, o desenvolvimento económico integrado das zonas rurais e costeiras

	especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo	promover a gestão sustentável dos recursos hídricos promover a transição para a economia circular		promover a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos melhorar os sistemas de educação e formação, promover a igualdade de acesso a esses sistemas e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos	
CIM Região de Coimbra	<u>Uma Europa mais inteligente</u>	<u>Uma Europa mais «verde» e hipocarbónica</u>	<u>Uma Europa mais conectada</u>	<u>Uma Europa mais social</u>	<u>Uma Europa mais próxima dos cidadãos</u>
Região comprometida na valorização do potencial endógeno, mobilidade e direitos sociais	tirar proveito das vantagens da digitalização em benefício dos cidadãos, dos organismos estatais e ainda para promover a inclusão digital	promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a capacidade de resistência às catástrofes promover a gestão sustentável dos recursos hídricos	desenvolver uma mobilidade sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal promover uma mobilidade urbana multimodal sustentável	promover a igualdade de acesso a serviços de acolhimento e educação pré-escolar e uma melhor conciliação entre vida profissional e familiar promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável promover a inclusão ativa e combater a privação material	promover o desenvolvimento social integrado das zonas urbanas promover, a nível local, o desenvolvimento social integrado das zonas rurais e costeiras

Visão da CIM Região de Coimbra em alinhamento com as prioridades do PT2030

Tabela 35: A visão estratégica da CIM Região de Coimbra na matriz de prioridades de Portugal no pós-2020

CIM Região de Coimbra	I. Inovação e Conhecimento	II. Qualificação, Formação e Emprego	III. Sustentabilidade demográfica	IV. Energia e alterações climáticas	V. Economia do Mar	VI. Redes e Mercados Externos	VII. Competitividade e coesão dos territórios da baixa densidade	VIII. Agricultura/Florestas
Região exemplar no ambiente	✓	✓	✓✓	✓✓✓	✓✓	✓	✓✓	✓✓✓
Região pioneira e líder na inovação	✓✓✓	✓✓	✓	✓✓	✓✓✓	✓✓	✓✓	✓
Região comprometida na valorização do potencial endógeno, mobilidade e direitos sociais	✓	✓✓✓	✓✓✓	✓	✓	✓	✓✓✓	✓

3.2.3 Alinhamento da EIDT da CIM Região de Coimbra com a estratégia nacional PT2030, regional Centro2030 e outros instrumentos de política relevantes: o PRR e o FTJ

Alinhamento da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra como Plano de Recuperação e Resiliência

Desde cedo, a União Europeia tomou consciência da severidade da crise pandémica e dos seus profundos efeitos nos diferentes Estados-Membros, razão pela qual foi imperativa uma resposta coletiva e concertada. Assim foi na articulação das respostas sanitárias, na gestão do fecho de fronteiras, na ação ao nível da política monetária por parte do Banco Central Europeu e na ativação de linhas europeias de apoio financeiro de curto prazo, o que promoveu a estabilidade num período em que o sentimento dominante era o receio e a incerteza. O Conselho Europeu de julho refletiu bem a evidência da resposta europeia coletiva, tendo os Estados-Membros acordado em simultâneo o Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021-2027 e o instrumento de recuperação europeu, designado Next Generation EU. Este último permitirá mobilizar um máximo de 750 mil milhões de euros orientados para a recuperação, através da emissão de dívida europeia, um mecanismo extraordinário que irá ser utilizado pela primeira vez na história da União e que demonstra o comprometimento dos Estados-Membros em garantir um futuro conjunto, baseado na prosperidade partilhada. De facto, este acordo será determinante para assegurar uma resposta dimensionada e atempada a uma crise sem precedentes e, em simultâneo, garantir a coesão do espaço europeu, mitigando os efeitos que decorriam de uma capacidade de resposta assimétrica entre Estados-Membros. A combinação dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do Next Generation EU⁶⁰ permitirá a Portugal aceder a um volume de cerca de 45 mil milhões de euros no período de 2021 a 2029, considerando apenas as subvenções. Esta oportunidade configura um desafio sem precedentes no nosso país, ao nível da programação, da compatibilização dos instrumentos e da execução. Considerando apenas o Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência, que financiará o Plano de Recuperação e Resiliência, Portugal acederá a uma dotação previsível de cerca de 14 mil milhões de euros em subvenções, a preços correntes, no período de 2021 a 2026. A estes fundos acrescem cerca de 15,7 mil milhões de euros na modalidade de empréstimos, cuja eventual utilização Portugal avaliará de forma criteriosa, em conjunto com as autoridades europeias.

O propósito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, disponível no âmbito do Next Generation EU, é apoiar a concretização de investimentos e reformas que capacitem as economias dos Estados-Membros, tornando-as mais resilientes e mais bem preparadas para o futuro. O Plano de Recuperação e Resiliência nacional (PRR) orienta-se pelas estratégias e políticas nacionais, inserindo-se no quadro de resposta europeia e alinhando-se com a prioridade europeia conferida às transições climática e digital

Portugal está confrontado com a necessidade de responder a um conjunto de novos desafios e tendências de transformação das economias e sociedades, nomeadamente o desafio demográfico, das desigualdades, da digitalização e das alterações climáticas. Para além destes novos objetivos, importa manter os esforços para continuar a combater problemas estruturais antigos e ainda não resolvidos, como são os casos da qualificação dos portugueses, das múltiplas desigualdades e do desenvolvimento equilibrado do território. Por outro lado, a recente pandemia teve um impacto fortíssimo e veio igualmente revelar ou acentuar um conjunto de fragilidades e de desafios, à escala nacional e global, a que urge dar resposta. Neste processo de fazer face aos bloqueios estruturais e aos novos desafios, importa reforçar a resiliência da economia e sociedade portuguesas a choques como o provocado pelo COVID-19, evitando, desde logo, que algumas consequências imediatas enfraqueçam os pilares fundamentais dos nossos sistemas sociais, económicos e políticos.

As políticas estruturais têm de ter assim uma ambição renovada, que promova a dupla transição – climática e digital – e, ao mesmo tempo, reforce a resiliência, a coesão e a competitividade da nossa economia, sociedade e território, e responda ao desafio demográfico, visando garantir a transformação estrutural necessária e a convergência dos níveis de vida dos cidadãos portugueses com os níveis médios verificados na União Europeia.

⁶⁰ Cf.: Comissão Europeia – CE (s/data), Plano de recuperação para a Europa. *On line* em: https://ec.europa.eu/info/strategy/recovery-plan-europe_pt#nextgenerationeu

Os resultados consolidados do exercício estratégico foram avaliados e incorporados na Estratégia nacional, enriquecendo-a nas suas várias vertentes, que se encontram agora estruturadas no PRR em três dimensões: a resiliência, a transição climática e a transição digital.⁶¹

Estas 3 dimensões do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, a resiliência, a transição climática e a transição digital, são desenvolvidas em 9 roteiros para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo, sistematizados na figura abaixo.



Figura 10: As 3 dimensões do PRR concretizadas em 9 roteiros para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo

Fonte: República Portuguesa, PRR Plano de Recuperação e Resiliência – Plano Preliminar, outubro de 2020, pp.15

É de referir que oportunamente a CIM Região de Coimbra apresentou os seus contributos⁶² para a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, onde contam os pressupostos estratégicos fundamentais para a Região de Coimbra para o período 2020-2030 e uma apresentação dos investimentos/ações considerados estruturantes para a Região de Coimbra, para a Região Centro e para o País.

Tendo em conta a centralidade das opções do PRR em matéria de opções de políticas e acesso a financiamento, é nesta fase relevante evidenciar o alinhamento da EIDT da CIM Região de Coimbra com este plano. Para isso, segue-se uma tabela que sistematiza este alinhamento, considerando as áreas estruturantes e eixos de atuação da EIDT.

⁶¹ Cf.: República Portuguesa, PRR Plano de Recuperação e Resiliência – Plano Preliminar, outubro de 2020, pp. 7-9

⁶² Cf.: CIM Região de Coimbra – Conselho Intermunicipal (10 de agosto de 2020), Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 – Contributos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

Tabela 36: Alinhamento da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra como Plano de Recuperação e Resiliência

EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		PRR
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	ROTEIROS PARA A RETOMA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO
CIM Região de Coimbra mais inteligente	Inovação	Potencial Produtivo e Emprego
	Digitalização	
	Transformação económica e apoio às Micro e PMEs	Competitividade e Coesão Territorial
	Desenvolvimento dos territórios de baixa densidade	
	Desenvolvimento urbano	Empresas 4.0
	Agricultura	Descarbonização e Bioeconomia
	Turismo	
	Economia do mar	
	Infraestruturas para a competitividade	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		PRR
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	ROTEIROS PARA A RETOMA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO
CIM Região de Coimbra mais «verde» e hipocarbónica	Transição energética	Descarbonização e Bioeconomia
	Alterações climáticas e gestão de riscos	
	Recursos hídricos	Eficiência Energética e Renováveis
	Economia circular	
	Natureza e biodiversidade	Competitividade e Coesão Territorial
	Floresta	
	Infraestruturas/equipamentos e outros mecanismos para a eficiência e sustentabilidade	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		PRR
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	ROTEIROS PARA A RETOMA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO
CIM Região de Coimbra mais conectada	Serviço público de transportes de passageiros	Mobilidade Sustentável
	Mobilidade e transportes	
	Modernização de infraestruturas e equipamentos para uma mobilidade eficiente e sustentável	Descarbonização e Bioeconomia

EIDT da Região de Coimbra		PRR
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	ROTEIROS PARA A RETOMA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO
CIM Região De Coimbra Mais Social	Emprego	
	Igualdade entre mulheres e homens prevenção e combate à violência e à discriminação	
	Educação e formação	
	Saúde	
	Envelhecimento ativo e saudável	
	Inclusão e proteção social	
	Justiça e segurança	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		PRR
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	ROTEIROS PARA A RETOMA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO
CIM região de Coimbra mais próxima dos cidadãos	Cultura	
	Património	
	Terceiro setor/Associativismo	
	Governança	

Integração do Fundo para a Transição Justa na EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra

No contexto do MTJ - Mecanismo de Transição Justa anunciado pela Comissão Europeia⁶³ em janeiro de 2020 e considerando o FTJ - Fundo para a Transição Justa⁶⁴ como um dos seus 3 pilares, Portugal elaborou o seu PTTJ - Plano Territorial para uma Transição Justa⁶⁵, onde identifica, entre outros, os territórios elegíveis para financiamento, incluindo os processos de transição energética e climática previstos, designadamente nos setores da produção de energia e indústria e os seus impactos, em termos económicos e sociais. Procedeu-se à caracterização ambiental e socioeconómica das regiões NUTS III, identificando as regiões e os setores com maior intensidade de emissões de GEE - Gases com Efeitos de Estufa e elaborando um diagnóstico dos processos de transição climática coerentes com o estabelecido no Roteiro para

⁶³ Cf.: Comissão Europeia (s/data), Mecanismo para uma Transição Justa: garantir que ninguém fica para trás. *On line* em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/just-transition-mechanism_pt

⁶⁴ Cf.: Comissão Europeia (s/data), O Fundo para uma Transição Justa. *On line* em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/just-transition-mechanism/just-transition-funding-sources_pt

⁶⁵ Cf.: AD&C e APA, 2020 Plano Territorial para uma Transição Justa – Diagnóstico: Relatório técnico para uso dos membros do governo responsáveis pelo planeamento e pelo ambiente e ação climática, 10 de agosto de 2020, pp. 5-13

a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)⁶⁶ e com o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC)⁶⁷. Finalmente, identificou-se os territórios elegíveis para o Fundo de Transição Justa, em resultado da análise conjunta da informação relativa a emissões de GEE por sub-região, setores com potenciais processos de transição e impactos potenciais dessa transição em termos económicos e sociais. No contexto das emissões de GEE associadas a grandes sectores, a **Região de Coimbra** e a Área Metropolitana do Porto foram identificadas por concentrarem atividade industrial muito intensiva em carbono, num sector maioritário de atividade – o da produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; respetivamente representando 48% e 56% das respetivas atividades industriais. Na **Região de Coimbra** este setor é acompanhado de outros 2 setores também com expressão: a fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos (38%) e a indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão (14%).

Em complemento ao peso dos setores industriais, foram também considerados os impactos potenciais máximos em termos de população empregada e em termos de VAB - Valor Acrescentado Bruto nas 14 sub-regiões consideradas, bem como as oportunidades existentes para concretizar a transição energética e descarbonização nos setores aqui considerados para a análise, à luz do PNEC. Destaca-se o Alentejo Litoral (24% do VAB era gerado nos setores com maiores emissões de GEE – produção de energia e fabricação de produtos petrolíferos refinados) e as regiões de Aveiro e de **Coimbra** (em ambas, 10% do VAB é gerado pelos setores com maiores emissões de GEE da respetiva sub-região), como aquelas com maiores impactos potenciais no VAB. No caso do emprego, é de destacar a relevância das Regiões de Leiria (8%) e de Aveiro (7%), com um impacto potencial no emprego dos setores com maiores emissões de GEE que supera, em mais do dobro, o impacto nas restantes regiões.

Deste modo, e de acordo com uma abordagem sequencial, que se inicia com a ponderação do peso das diferentes sub-regiões nas emissões de GEE dos setores com maiores emissões de GEE e que é complementado com a relevância socioeconómica dos mesmos nesses territórios, foi proposto que sejam assumidas como potencialmente elegíveis ao FTJ e, conseqüentemente, abrangidas na elaboração do PTTJ, as seguintes sub-regiões:

- Alentejo Litoral;
- Médio Tejo;
- Área Metropolitana do Porto;
- Área Metropolitana de Lisboa;
- As regiões de Aveiro, **Coimbra** e Leiria.

Em termos de projetos a apoiar, as elegibilidades são as que decorrem do artigo 4º do Regulamento do FTJ⁶⁸, ou seja:

- Apoio ao investimento produtivo em PME, incluindo start-ups, para promover a diversificação e reconversão;
- Investimentos em novas empresas, incluindo incubadoras e consultoras;

⁶⁶ Cf.: Resolução do Conselho de Ministros, n.º 107/2019 de 1 de julho, Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. *On line* em: <https://dre.pt/home/-/dre/122777644/details/maximized>

⁶⁷ Cf.: Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, Aprova o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030). *On line* em: <https://dre.pt/home/-/dre/137618093/details/maximized>

⁶⁸ Cf.: COM(2020) 22 final, 2020/0006(COD), Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui o Fundo para uma Transição Justa, Bruxelas, 14 de janeiro de 2020. *On line* em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52020PC0022>

- Investimentos em investigação e inovação para promover a transferência de tecnologias avançadas sustentáveis;
- Investimento no desenvolvimento de tecnologias e infraestruturas para uma energia limpa e barata, com reduções de emissões GEE, eficiente e renovável;
- Investimentos em mobilidade local sustentável, incluindo a descarbonização do setor dos transportes locais;
- Investimentos na digitalização e na conectividade digital;
- Investimentos na regeneração e descontaminação de sítios, restauração de terrenos e projetos de diversificação;
- Investimentos na promoção da economia circular;
- Requalificar e aumentar as competências dos trabalhadores e dos que buscam emprego;
- Assistência na procura de emprego;
- Ações de inclusão ativa para quem procura emprego;
- Assistência técnica;
- Outras atividades nas áreas da educação e da inclusão social conforme indicadas no PTTJ, de acordo com o artigo 7º do Regulamento FTJ.

Considerando os projetos elegíveis para apoios acima elencados importa evidenciar o seu enquadramento na EIDT da Região de Coimbra, ao nível das suas áreas estruturantes e eixos de atuação.

Tabela 37: Enquadramento dos projetos elegíveis no FTJ na EIDT da Região de Coimbra

EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		REGULAMENTO DO FTJ
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	PROJETOS ELEGÍVEIS
CIM Região de Coimbra mais inteligente	Inovação	<i>Investimentos em novas empresas, incluindo incubadoras e consultoras</i>
		<i>Investimentos em investigação e inovação para promover a transferência de tecnologias avançadas sustentáveis</i>
	Digitalização	<i>Investimentos na digitalização e na conectividade digital</i>
	Transformação económica e apoio às Micro e PME's	<i>Apoio ao investimento produtivo em PME, incluindo start-ups, para promover a diversificação e reconversão</i>
	Desenvolvimento dos territórios de baixa densidade	
	Desenvolvimento urbano	
	Agricultura	
	Turismo	

	Economia do mar	
	Infraestruturas para a competitividade	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		REGULAMENTO DO FTJ
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	PROJETOS ELEGÍVEIS
CIM Região de Coimbra mais «verde» e hipocarbónica	Transição energética	<i>Investimento no desenvolvimento de tecnologias e infraestruturas para uma energia limpa e barata, com reduções de emissões GEE, eficiente e renovável</i>
	Alterações climáticas e gestão de riscos	
	Recursos hídricos	
	Economia circular	<i>Investimentos na promoção da economia circular</i>
	Natureza e biodiversidade	<i>Investimentos na regeneração e descontaminação de sítios, restauração de terrenos e projetos de diversificação</i>
	Floresta	
	Infraestruturas/equipamentos e outros mecanismos para a eficiência e sustentabilidade	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		REGULAMENTO DO FTJ
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	PROJETOS ELEGÍVEIS
CIM Região de Coimbra mais conectada	Serviço público de transportes de passageiros	
	Mobilidade e transportes	<i>Investimentos em mobilidade local sustentável, incluindo a descarbonização do setor dos transportes locais</i>
	Modernização de infraestruturas e equipamentos para uma mobilidade eficiente e sustentável	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		REGULAMENTO DO FTJ
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	PROJETOS ELEGÍVEIS
CIM Região De Coimbra Mais Social	Emprego	<i>Assistência na procura de emprego</i>
	Igualdade entre mulheres e homens prevenção e combate à violência e à discriminação	
	Educação e formação	<i>Requalificar e aumentar as competências dos trabalhadores e dos que buscam emprego</i> <i>Outras atividades na área da educação</i>
	Saúde	
	Envelhecimento ativo e saudável	

	Inclusão e proteção social	<i>Ações de inclusão ativa para quem procura emprego</i>
		<i>Outras atividades na área da inclusão social</i>
	Justiça e segurança	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		REGULAMENTO DO FTJ
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	PROJETOS ELEGÍVEIS
CIM região de Coimbra mais próxima dos cidadãos	Cultura	
	Património	
	Terceiro setor/Associativismo	
	Governação	<i>Assistência técnica</i>

Verifica-se que há um enquadramento do tipo de projetos elegíveis, conforme considerados no Fundo para uma Transição Justa, e a EIDT da Região Centro. Este enquadramento é relevante porquanto é necessário que exista coerência/consistência entre os PTTJ que integrarão o(s) Programa(s) Operacional(ais) e as respetivas estratégias regionais, as respetivas Estratégias Regionais de Especialização Inteligente, o Plano Nacional para a Energia e Clima (PNEC) e ainda com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Alinhamento da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra com a Estratégia Portugal2030

A Estratégia Portugal 2030 está estruturada em torno de 4 agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030:

- i) as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- ii) digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
- iii) transição climática e sustentabilidade dos recursos, e
- iv) um país competitivo externamente e coeso internamente.

A agenda das pessoas primeiro incorpora intervenções focadas em cinco domínios estratégicos:

- Sustentabilidade demográfica;
- Promoção da inclusão e luta contra a exclusão;
- Resiliência do sistema de saúde;
- Garantia de habitação condigna e acessível;
- Combate às desigualdades e à discriminação.

A agenda da digitalização, inovação e qualificações é estruturada em quatro domínios estratégicos fundamentais:

- Promoção da sociedade do conhecimento;
- Digitalização e inovação empresarial;
- Qualificação dos recursos humanos;

- Qualificação das instituições.

A agenda da transição energética é estruturada em cinco domínios estratégicos:

- Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética;
- Tornar a economia circular;
- Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais;
- Agricultura e florestas sustentáveis;
- Economia do mar sustentável.

A agenda competitividade e coesão é estruturada em quatro domínios fundamentais:

- Competitividade das redes urbanas;
- Competitividade e coesão na baixa densidade;
- Projeção da faixa atlântica;
- Inserção territorial no mercado ibérico.⁶⁹

Esta Estratégia, densificada em domínios e eixos estratégicos de intervenção, consubstancia a visão da próxima década de recuperação e convergência de Portugal com a Europa, entretanto interrompida com a pandemia da doença COVID -19, assegurando, simultaneamente, a coesão e a resiliência social e territorial interna. A Estratégia tem em conta os desafios estruturais que a recente pandemia revelou e acentuou, desde a necessidade de aumentar a resiliência da economia, das sociedades e dos territórios, até certas disrupções socioeconómicas com impacte nas formas de organização da economia e da sociedade. Assume -se, igualmente, como referencial estratégico para as políticas públicas em Portugal e para a mobilização das respetivas fontes de financiamento nacionais e comunitárias, incluindo o Plano de Recuperação e Resiliência.⁷⁰

Sendo considerada como referencial estratégico para as políticas públicas em Portugal e fontes de financiamento nacionais e comunitárias é determinante garantir que a EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra está alinhada com este referencial.

É de referir que quando a EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra começou a ser revisitada, este a Estratégia Portugal2030 ainda não estava aprovada. Neste contexto, foi opção alinhar as áreas estruturantes da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra com os objetivos da Política de Coesão da EU. Não obstante, verifica-se que esta opção continua a garantir o alinhamento da EIDT 2021-2027 da Região de Coimbra com as agendas temáticas do PT2030 e os seus respetivos domínios estratégicos fundamentais. A tabela seguinte permite a visualização deste alinhamento, bem como confirmar o referido alinhamento entre a estratégia nacional e sub-regional.

⁶⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro de 2020, *Aprova a Estratégia Portugal 2030*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/148444002/details/maximized>

⁷⁰ Cf.: Idem.

Tabela 38: Alinhamento das áreas estruturantes e eixos de atuação da EIDT 2021-2027 da CIM Região e Coimbra com as Agendas Temáticas e Domínios Estratégicos da Estratégia Portugal 2030

EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		ESTRATÉGIA PT2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	AGENDAS TEMÁTICAS E DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS
CIM Região de Coimbra mais inteligente	Digitalização	<u>Digitalização, inovação e qualificações:</u>
	Transformação económica e apoio às Micro e PMEs	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da sociedade do conhecimento
	Desenvolvimento dos territórios de baixa densidade	<ul style="list-style-type: none"> Digitalização e inovação empresarial
	Desenvolvimento urbano	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação dos recursos humanos
	Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação das instituições
	Turismo	<u>Competitividade e coesão:</u>
	Economia do mar	<ul style="list-style-type: none"> Competitividade das redes urbanas Competitividade e coesão na baixa densidade Projeção da faixa atlântica
	Infraestruturas para a competitividade	<u>Transição energética:</u> <ul style="list-style-type: none"> Economia do mar sustentável Agricultura [e florestas] sustentável
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		ESTRATÉGIA PT2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	AGENDAS TEMÁTICAS E DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS
CIM Região de Coimbra mais «verde» e hipocarbónica	Transição energética	<u>Transição energética:</u> <ul style="list-style-type: none"> Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética Tornar a economia circular Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais [Agricultura e] florestas sustentáveis
	Alterações climáticas e gestão de riscos	
	Recursos hídricos	
	Economia circular	
	Natureza e biodiversidade	
	Floresta	
	Infraestruturas/equipamentos e outros mecanismos para a eficiência e sustentabilidade	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		ESTRATÉGIA PT2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	AGENDAS TEMÁTICAS E DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS
CIM Região de Coimbra mais conectada	Serviço público de transportes de passageiros	<u>Competitividade e coesão:</u> <ul style="list-style-type: none"> Competitividade das redes urbanas
	Mobilidade e transportes	

	Modernização de infraestruturas e equipamentos para uma mobilidade eficiente e sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Inserção territorial no mercado ibérico</i> <p><u>Transição energética:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética</i> <p><u>Transição energética:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética</i>
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		ESTRATÉGIA PT2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	AGENDAS TEMÁTICAS E DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS
CIM Região De Coimbra Mais Social	Emprego	<p><u>Digitalização, inovação e qualificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Promoção da sociedade do conhecimento</i> • <i>Qualificação dos recursos humanos</i> • <i>Qualificação das instituições</i> <p><u>Pessoas primeiro:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Sustentabilidade demográfica</i> • <i>Promoção da inclusão e luta contra a exclusão</i> • <i>Resiliência do sistema de saúde</i> • <i>Garantia de habitação condigna e acessível</i> • <i>Combate às desigualdades e à discriminação</i>
	Igualdade entre mulheres e homens prevenção e combate à violência e à discriminação	
	Educação e formação	
	Saúde	
	Envelhecimento ativo e saudável	
	Inclusão e proteção social	
	Justiça e segurança	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		ESTRATÉGIA PT2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	AGENDAS TEMÁTICAS E DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS
CIM região de Coimbra mais próxima dos cidadãos	Cultura	<p><u>Digitalização, inovação e qualificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Promoção da sociedade do conhecimento</i> • <i>Qualificação dos recursos humanos</i> • <i>Qualificação das instituições</i> <p><u>Competitividade e coesão:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Competitividade e coesão na baixa densidade</i>
	Património	
	Terceiro setor/Associativismo	
	Governança	

Alinhamento da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra com a Visão Estratégica para a Região Centro 2030

Se importa que a EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra esteja alinhada com a Estratégia Portugal2020, sendo esta um referencial para as políticas públicas e mecanismos de financiamento, importa de igual modo assegurar o alinhamento com a política regional, nomeadamente, com a Visão Estratégica para a Região Centro 2030. Importa novamente ressaltar que, aquando do início e desenvolvimento do processo de revisitação da EIDT 2021-2027 da Região de Coimbra em setembro de 2019, a Visão Estratégica para a Região Centro 2030 ainda não tinha começado a ser discutida (começou em janeiro de 2020) e a sua aprovação veio a ocorrer em novembro de 2020⁷¹. Neste contexto, foi opção o alinhamento com os objetivos da Política de Coesão. Não obstante, continua garantido o alinhamento com as 8 Prioridades de Intervenção Centro 2030 contantes da Visão Estratégica para a Região Centro 2030, a saber:

1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação;
2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral;
3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional;
4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região;
5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização;
6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais;
7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral;
8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional.⁷²

Apresentação de seguida uma tabela que confirma esse alinhamento, articulando as áreas estruturantes e eixos de atuação da EIDT 2021-2027 da Região de Coimbra com as Prioridades de Intervenção Centro 2030.

⁷¹ Cf.: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro-CCDRC (13 de novembro de 2020), Notícias: CCDRC aprova estratégia para a região Centro 2030. *On line* em: http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3409:ccdrc-aprova-estrategia-para-a-regiao-centro-2030&catid=1573:destaques&Itemid=756

⁷² Cf.: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro-CCDRC (outubro de 2020), *Visão Estratégica para a Região Centro 2030*. *On line* em: http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4883-regiao-centro-2021-2027-ccdrc&category_slug=2020&Itemid=739

Tabela 39: Alinhamento das áreas estruturantes e eixos de atuação da EIDT 2021-2027 da Região de Coimbra com as Prioridades de Intervenção Centro 2030

EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		CENTRO 2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO
CIM Região de Coimbra mais inteligente	Digitalização	<i>Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação</i>
	Transformação económica e apoio às Micro e PMEs	
	Desenvolvimento dos territórios de baixa densidade	<i>Valorizar e densificar o sistema urbano regional</i>
	Desenvolvimento urbano	
	Agricultura	<i>Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região</i>
	Turismo	
	Economia do mar	
	Infraestruturas para a competitividade	<i>Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral</i>
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		CENTRO 2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO
CIM Região de Coimbra mais «verde» e hipocarbónica	Transição energética	<i>Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização</i>
	Alterações climáticas e gestão de riscos	
	Recursos hídricos	
	Economia circular	
	Natureza e biodiversidade	<i>Valorizar e densificar o sistema urbano regional</i>
	Floresta	
	Infraestruturas/equipamentos e outros mecanismos para a eficiência e sustentabilidade	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		CENTRO 2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO
CIM Região de Coimbra mais conectada	Serviço público de transportes de passageiros	<i>Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral</i>
	Mobilidade e transportes	
	Modernização de infraestruturas e equipamentos para uma mobilidade eficiente e sustentável	<i>Valorizar e densificar o sistema urbano regional</i>
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		CENTRO 2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO
	Emprego	

CIM Região De Coimbra Mais Social	Igualdade entre mulheres e homens prevenção e combate à violência e à discriminação	<i>Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região</i>
	Educação e formação	
	Saúde	<i>Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais</i>
	Envelhecimento ativo e saudável	
	Inclusão e proteção social	
Justiça e segurança	<i>Valorizar e densificar o sistema urbano regional</i>	
		<i>Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral</i>
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		CENTRO 2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO
CIM região de Coimbra mais próxima dos cidadãos	Cultura	<i>Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região</i>
	Património	
	Terceiro setor/Associativismo	
	Governança	<i>Valorizar e densificar o sistema urbano regional</i>

É ainda de referir que a Visão Estratégica para a Região Centro 2030 integra um capítulo dedicado à territorialização da estratégia regional, que é projetada no território de cada NUTS III da Região Centro e, ao mesmo tempo, percebe como pode ser enriquecida pela visão construída a partir desses territórios.

Este capítulo integra ainda para cada CIM elementos de projetos estruturantes identificados, seja a partir do documento tornado público do Programa Nacional de Investimentos 2030, seja com base nos documentos estratégicos elaborados pelas CIM, seja ainda de alguns contributos setoriais no âmbito do processo participativo de elaboração da presente estratégia regional. É fundamental sublinhar que as referências aos projetos estruturantes não equivalem a um capítulo de programação vinculativa, mas antes de natureza indicativa e ilustrativa do potencial de concretização da estratégia regional em projetos estruturantes. A classificação utilizada foi a do PNI 2030.⁷³

Contributos da EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra para os ODS

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da ONU - Organização das Nações Unidas intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”⁷⁴, constituída por 17 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, desdobrados em 169

⁷³ Cf.: Idem, pp. 83

⁷⁴ Cf.: United Nations - General Assembly (2015), *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, A/RES/70/1. On line em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E

metas, que foi aprovada pelos líderes mundiais, a 25 de setembro de 2015, numa cimeira na sede da ONU, em Nova Iorque.

Os 17 ODS, aprovados por unanimidade por 193 Estados-membros da ONU, visam resolver as necessidades das pessoas, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás.



Figura 11: Os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Comissão Nacional da Unesco – Ministério dos Negócios Estrangeiros (s/data), Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. On line em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>

Trata-se de uma agenda ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes.⁷⁵ Em 2016, a União Europeia mostrou o seu empenho na adoção da Agenda2030:

O desenvolvimento sustentável está desde há muito no cerne do projeto europeu. Os Tratados da UE reconhecem as dimensões económica, social e ambiental que devem ser abordadas em conjunto. A UE está empenhada num desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Uma vida digna para todos, dentro dos limites do planeta, que concilie prosperidade económica e eficiência, sociedades pacíficas, inclusão social e responsabilidade ambiental, é a essência do desenvolvimento sustentável.

(...)

*A UE teve um papel decisivo na definição da agenda mundial para 2030, que é plenamente coerente com a visão da Europa e é agora o plano pormenorizado para o desenvolvimento sustentável a nível global.*⁷⁶

Este compromisso foi reiterado pela nova presidente da Comissão Europeia para o período 2019-2024, evidenciando a vontade de alinhar as políticas da União Europeia com os diferentes

⁷⁵ Cf.: Comissão Nacional da Unesco – Ministério dos Negócios Estrangeiros (s/data), Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. On line em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>

⁷⁶ COM(2016) 739 final, COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Próximas etapas para um futuro europeu sustentável - Ação europeia para a sustentabilidade, Estrasburgo 22 de novembro de 2016. Pp. 2-3. On line em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52016DC0739&from=EN>

objetivos de sustentabilidade e transição justa⁷⁷. Este alinhamento será feito através da integração dos ODS nas políticas da União Europeia, nomeadamente a na Política de Coesão através dos Fundos Estruturais Europeus. A Política de Coesão foi implementada através de políticas de inovação para o desenvolvimento regional, especificamente através das Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) regionais. Assim, é preciso compreender como as RIS3 se alinham com os desafios regionais de desenvolvimento sustentável, e de que forma podem ser espaços de criação de soluções inovadoras para uma nova trajetória de desenvolvimento, assumindo a Agenda 2030 como um quadro de referência para a mudança necessária⁷⁸.

O alinhamento da EREI Centro neste novo período de programação com os ODS já foi evidenciado no ponto 3.2.1 deste documento. Importa agora mostrar ao nível sub-regional da CIM Região de Coimbra e mais precisamente na sua EITD também o período de 2021-2027, como as suas áreas estruturantes e eixos de atuação se associam aos para os ODS, contribuindo para o atingimento das suas metas. A tabela seguinte evidencia precisamente este contributo, identificando quais os ODS relacionados com as áreas estruturantes e eixos de atuação da EITD da CIM Região de Coimbra.

⁷⁷ Cf.: von der Leyen, U. A (2019), A Union that strives for more: My agenda for Europe - Political Guidelines for the next European Commission 2019-2024. *On line* em: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/political-guidelines-next-commission_en.pdf

⁷⁸ Cf.: Universidade de Aveiro, Incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Estratégia de Especialização Inteligente da Região Centro, Policy Paper do Programa CeNTER: Redes e Comunidades para a Inovação Territorial, n.º 1, fevereiro 2020

Tabela 40: EIDT 2021-2027 da Região de Coimbra e sua relação com os ODS, no contexto da Agenda 2030

EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		AGENDA 2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	RELAÇÃO COM OS ODS
CIM Região de Coimbra mais inteligente	Inovação	      
	Digitalização	
	Transformação económica e apoio às Micro e PMEs	
	Desenvolvimento dos territórios de baixa densidade	
	Desenvolvimento urbano	
	Agricultura	
	Turismo	
	Economia do mar	
Infraestruturas para a competitividade		
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		AGENDA 2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	RELAÇÃO COM OS ODS
CIM Região de Coimbra mais «verde» e hipocarbónica	Transição energética	    
	Alterações climáticas e gestão de riscos	
	Recursos hídricos	
	Economia circular	
	Natureza e biodiversidade	
	Floresta	
	Infraestruturas/equipamentos e outros mecanismos para a eficiência e sustentabilidade	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		AGENDA 2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	RELAÇÃO COM OS ODS
CIM Região de Coimbra mais conectada	Serviço público de transportes de passageiros	  
	Mobilidade e transportes	
	Modernização de infraestruturas e equipamentos para uma mobilidade eficiente e sustentável	

EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		AGENDA 2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	RELAÇÃO COM OS ODS
CIM Região De Coimbra Mais Social	Emprego	
	Igualdade entre mulheres e homens prevenção e combate à violência e à discriminação	
	Educação e formação	
	Saúde	
	Envelhecimento ativo e saudável	
	Inclusão e proteção social	
	Justiça e segurança	
EIDT DA REGIÃO DE COIMBRA		AGENDA 2030
ÁREAS ESTRUTURANTES	EIXOS DE ATUAÇÃO	RELAÇÃO COM OS ODS
CIM região de Coimbra mais próxima dos cidadãos	Cultura	
	Património	
	Terceiro setor/Associativismo	
	Governança	

Verifica-se que a EIDT 2021-2027 se relaciona com todos os ODS, naturalmente de forma diferenciada e consoante as suas 5 áreas estruturantes e respetivos eixo de atuação, sendo assim um fator que contribui para atingir as metas da Agenda 2030 e estando também em alinhamento com a EREI Centro.

5. Plano de ação

5.1. Estrutura do plano de ação

O plano de ação deriva da visão definida, das áreas de intervenção prioritárias e domínios de especialização considerados, em conjunto com o alinhamento, quer com os objetivos da Política de Coesão, quer com as prioridades definidas para o Portugal2030 e demais instrumentos de política regional e sectorial. Integra também as conclusões do diagnóstico da situação atual e elementos de caracterização institucional e do território, bem como as reflexões e orientações dos agentes e *stakeholders* intervenientes e com responsabilidade na definição e implementação na EIDT 2021-2027 da CIM Região de Coimbra. Assim, foram considerados: 5 áreas estruturantes, com os respetivos eixos de ação e respetivos objetivos. Seguidamente, para cada eixo de eixo ação é proposto um conjunto de ações estratégicas. Estas ações poderão ser revistas em função da monitorização da implementação da estratégia.

Será com base no enquadramento dado por este plano de ação que, futuramente, serão definidos os avisos de abertura de concursos a financiamentos para apresentação de candidaturas e, posteriormente, concretizados os projetos que operacionalizarão este instrumento estratégico.

5.2 Áreas estruturantes, eixos de atuação e objetivos

Tabela 41: Áreas estruturantes, eixos de atuação e objetivos da EITD da CIM Região de Coimbra, 2021-2027

1. CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS INTELIGENTE	
Transformação empresarial inovadora e inteligente	
INOVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar as capacidades de investigação & desenvolvimento e inovação Facilitar a adoção de tecnologias avançadas pelo tecido empresarial em alinhamento com a estratégia de especialização inteligente (RIS3)
DIGITALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Tirar proveito das vantagens da digitalização em benefício dos cidadãos, das empresas e dos organismos estatais Promover a inclusão digital
TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA E APOIO ÀS MICRO E PMEs	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar o crescimento e a competitividade das micro, pequenas e médias empresas Desenvolver competências nos domínios da especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo
DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade

	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica
DESENVOLVIMENTO URBANO	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar o ambiente urbano e o espaço público Promover uma política de habitação integrada Promover a digitalização, a interoperabilidade e a acessibilidade aos serviços públicos e de interesse geral Dinamizar e revitalizar o comércio e os serviços Fomentar a cooperação intraurbana para uma cidade sustentável e inteligente Dinamizar articulações interurbanas e subsistemas territoriais
AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Promover um sector agrícola inteligente, resiliente e diversificado de modo a garantir a segurança alimentar Apoiar a proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas e contributo para a consecução dos objetivos relacionados com o ambiente e o clima Reforçar o tecido sócio económico das zonas rurais
TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> Afirmar os ativos turísticos do território estruturando-os, capacitando agentes, qualificando e diversificando os seus produtos
ECONOMIA DO MAR	<ul style="list-style-type: none"> Concretizar o potencial da economia do mar, promovendo as fileiras da pesca, aquicultura e indústria do pescado; dos transportes marítimos, portos e logística; da construção, manutenção e reparação naval e da fileira do turismo e lazer ligado ao mar
INFRAESTRUTURAS PARA A COMPETITIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Definir de uma rede rodoviária e ferroviária eficaz Requalificar e construir infraestruturas para a competitividade
2. CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS «VERDE» E HIPOCARBÓNICA	
Transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos	
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	<ul style="list-style-type: none"> Promover medidas de eficiência energética, do aproveitamento das fontes de energias renováveis disponíveis na região e de um possível aumento da capacidade de armazenamento de energia

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E GESTÃO DE RISCOS	<ul style="list-style-type: none"> Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a capacidade de resistência e de resposta às catástrofes
RECURSOS HÍDRICOS	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão sustentável dos recursos hídricos
ECONOMIA CIRCULAR	<ul style="list-style-type: none"> Promover a transição para a economia circular
NATUREZA E BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o estado da conservação da natureza e fomentar a apropriação progressiva do desígnio da biodiversidade pela sociedade
FLORESTA	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar riscos de incêndio e de agentes bióticos nocivos Especializar o território Melhorar a gestão florestal e da produtividade dos povoamentos Internacionalizar e aumentar o valor dos seus produtos Melhorar em geral a eficiência e competitividade do setor
INFRAESTRUTURAS/EQUIPAMENTOS E OUTROS MECANISMOS PARA A EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Construir e requalificar infraestruturas, adquirir equipamentos e outros mecanismos orientados para a eficiência, sustentabilidade e coesão territorial
3. CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS CONECTADA Sustentabilidade e eficiência da conectividade regional em matéria de mobilidade, transportes, serviços, infraestruturas e equipamentos associados	
SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS	<ul style="list-style-type: none"> Consolidar competências e atribuições da CIM Região de Coimbra enquanto Autoridade de Transporte Adotar sistemas de informação ao público abrangentes (integrando os diferentes modos e sobre vários suportes) Melhorar a oferta e fiabilidade do transporte público
MOBILIDADE E TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none"> Incrementar dos modos suaves, particularmente em contextos urbanos Reforçar a intermodalidade Promover a segurança rodoviária e acalmia de tráfego Adotar medidas de gestão de tráfego e estacionamento Adotar soluções de transporte específico para territórios de baixa densidade

	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir a mobilidade • Adotar sistemas de transporte inteligente • Implementação de sistemas de mobilidade como serviço – <i>MaaS Mobility as a Service</i>
MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA UMA MOBILIDADE EFICIENTE E SUSTENTÁVEL	<ul style="list-style-type: none"> • Construir e requalificar infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e outras para melhorar a mobilidade urbana
4. CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS SOCIAL	
Implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais	
EMPREGO	<ul style="list-style-type: none"> • Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área do Emprego
IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS, PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA E À DISCRIMINAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a IMH - Igualdade entre Mulheres e Homens • Prevenir e combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica • Combater a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais nas áreas da Educação e Formação • Melhorar os sistemas de educação e formação, promover a igualdade de acesso a esses sistemas, a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos • Promover a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmar a especialização da Região de Coimbra como Região da Saúde • Promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração • Desenvolver políticas saudáveis, melhorando as condições ambientais, socioeconómicas e culturais, que favoreçam uma melhor saúde individual, familiar e coletiva • Modernizar e (re)qualificar infraestruturas e equipamentos em saúde
ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL	<ul style="list-style-type: none"> • Promover iniciativas e práticas na área da saúde que visem reduzir a prevalência, aparecimento,

	<p>agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a educação e formação ao longo do ciclo de vida • Promover iniciativas para minorar o aparecimento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas • Apoiar iniciativas e práticas que visem minimizar riscos e promover o bem-estar e a segurança das pessoas idosas • Promover a investigação científica na área do envelhecimento ativo e saudável • Valorizar o papel da pessoa idosa na sociedade e a aplicação de boas práticas em prol do seu bem-estar geral e de um envelhecimento ativo e saudável • Dinamizar a <i>Silver Economy</i>
INCLUSÃO E PROTEÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área da Inclusão e Proteção Social • Promover a inclusão ativa e combater a privação material • Reforçar o acesso equitativo e atempado a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis • Modernizar os sistemas de proteção social
JUSTIÇA E SEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o acesso à justiça e à proximidade aos respetivos serviços • Requalificar/modernizar equipamentos e infraestruturas de justiça, segurança e defesa • Garantir as condições de segurança, os direitos dos cidadãos e a legalidade democrática
5. CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS	
Promoção da cultura, do património, das iniciativas associativas e da existência de um modelo de governação eficaz	
CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a produção e difusão cultural das artes do espetáculo (teatro, dança, música, artes performativas e multimédia), artes plásticas, design, fotografia, cinema e audiovisual, bem como outras áreas artísticas de cruzamento disciplinar
PATRIMÓNIO	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar os ativos territoriais patrimoniais

<p>TERCEIRO SETOR - ASSOCIATIVISMO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os agentes de intervenção • Qualificar a intervenção • Promover a sustentabilidade do setor
<p>GOVERNAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a comunicação, implementação, monitorização e avaliação da EIDT, envolvendo os agentes regionais, <i>stakeholders</i> e comunidade, numa perspetiva de participação, inovação e também de territorialização das intervenções • Promover a modernização e eficiência administrativa

4.3 Ações estratégicas

Tabela 42: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS INTELIGENTE – Eixos de atuação e ações estratégicas

Área Estruturante: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS INTELIGENTE
Eixo de Atuação: INOVAÇÃO⁷⁹
<p>Ações Estratégicas: Melhoria das capacidades de investigação & desenvolvimento e inovação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estratégia e capacitação para a dinamização e consolidação das infraestruturas I&D e de inovação (*) • Territorialização da inovação, através de processos de <i>brokerage</i> / transferência de tecnologia e de capacitação de agentes de inovação territorial e com o envolvimento dos <i>stakeholders</i> locais (*) • Programas de Ciência e Tecnologia de interesse estratégico, incluindo projetos de I&D alinhados com os domínios e prioridades da especialização inteligente (*) • Participação em projetos nacionais e europeus, bem como em redes/<i>clusters</i> de base territorial ou sectorial que promovam a criação, partilha e valorização de conhecimento e tecnologia aplicada (*) • Aumento do investimento em I&D contribuindo para o investimento privado em I&D, reforçando o emprego qualificado no setor privado (!) • Reforço dos Centros Interface e de Laboratórios Colaborativos, garantindo a sua estabilidade, mobilização e maior colaboração a nível nacional e internacionalização (!) • Promoção e valorização da inovação, a nível da divulgação de resultados científicos, de exemplos demonstradores, de casos de sucesso de criação, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias e que revelem a capacidade dos agentes de inovação do território (!) • Especialização e afirmação dos clusters da Saúde e da Biotecnologia na Região de Coimbra, tirando partido do efeito âncora e os polos dinamizadores dos ecossistemas de Saúde e Biotecnologia existentes (Universidade de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, Centros de Investigação, Hospitais, Biocant Park, Instituto Pedro Nunes) na captação de investimentos em empresas baseadas em conhecimento e tecnologia
<p>Ações Estratégicas: Adoção de tecnologias avançadas pelo tecido empresarial com o enquadramento da estratégia de especialização inteligente (RIS3)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio a projetos de I&D por parte de empresas, com envolvimento de outras entidades do sistema nacional de I&D (*) • Valorização económica dos resultados da investigação – empreendedorismo de base tecnológica e transferência de tecnologia (*) • Desenvolvimento da capacidade de empresas na adoção de novas tecnologias (!) • Apoio à coordenação e gestão de parcerias em estratégias de eficiência coletiva (*)
<p>Ações Estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio às entidades/infraestruturas de investigação desenvolvimento e inovação e das empresas para a resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

⁷⁹ No que respeita ao eixo da Inovação mantiveram-se as ações estratégicas já contempladas na EIDT 2014-2020 (assinaladas com um asterisco (*)) e adicionaram-se algumas ações em alinhamento com as linhas orientadoras para uma estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030, aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2018, de 08/03/2018, assinaladas com um ponto de exclamação (!).

Eixo de Atuação:

DIGITALIZAÇÃO⁸⁰

Ações Estratégicas: Tirar proveito das vantagens da digitalização em benefício dos cidadãos, das empresas e dos organismos estatais

- Estímulo à massificação da partilha de conhecimento, experiências e benefícios da Indústria 4.0 entre empresas, fornecedores tecnológicos e instituições
- Promoção, facilitação e financiamento do acesso das empresas à experimentação de métodos e tecnologias digitais por via do acesso às competências técnicas e ao financiamento necessário à sua implementação
- Assegurar a cobertura da região com Rede 5G e criar as condições para o seu desenvolvimento futuro

Ações Estratégicas: Promoção da inclusão digital

- Adequação dos conhecimentos das pessoas de modo a permitir às empresas a transição para a indústria 4.0 e assegurando que a mesma se faz de modo inclusivo e baseado em emprego qualificado

Ações Estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Promoção da digitalização das empresas, das entidades (públicas e privadas) e da inclusão digital dos cidadãos no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de Atuação:

TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA E APOIO ÀS MICRO EMPRESAS E PME⁸¹

Ações Estratégicas: Reforço do crescimento, da competitividade e da internacionalização das micro, pequenas e médias empresas

- Fomento do empreendedorismo para estimular a criação e o crescimento de novas empresas de forte potencial de inovação e maior valor acrescentado, designadamente, com grande potencial de criação de emprego qualificado (!)
- Internacionalização das empresas, facilitando o seu acesso a mercados internacionais emergentes, atraindo investimento direto estrangeiro para atividades de forte potencial de inovação e maior valor acrescentado (em estreita colaboração com a AICEP Portugal Global, E. P. E. e outras entidades relevantes) e participando em parcerias internacionais em ciência e tecnologia e em instituições internacionais (!)
- Promoção da interlocução com entidade de representação do associativismo empresarial
- Reforço da parceria com as associações comerciais, empresariais e industriais da Região de Coimbra e entre estas e outros atores chave públicos e privados, nacionais e internacionais
- Programa de apoio às empresas para o investimento produtivo material e imaterial, para o crescimento, competitividade e internacionalização
- Programa de apoio às empresas e a outros agentes dinamizadores para a formação de trabalhadores, integração de mão-de-obra qualificada e capacitação de empresários/as e chefias

Ações Estratégicas: Desenvolvimento de competências nos domínios da especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo

- Incentivo a projetos de investimento produtivo de natureza inovadora e nos domínios da especialização inteligente, de qualificação das estratégias e de reforço das capacidades de gestão das PME (+)

⁸⁰ As ações estratégicas previstas para o eixo estratégico da Digitalização estão alinhadas com as linhas orientadoras definidas no Programa Indústria 4.0 – Fase II, que visa “(...) estimular o crescimento económico e social através da transformação digital massificada.” Cf.: KPMG Portugal (abril de 2019), Indústria 4.0 – Fase II, pp. 46

⁸¹ No que respeita ao eixo da Transformação Económica e Apoio às PME mantiveram-se as ações estratégicas já contempladas na EIDT 2014-2020 (assinaladas com um asterisco (*)) e adicionaram-se algumas ações em alinhamento as linhas orientadoras definidas no Programa Indústria 4.0 – Fase II, que visa “(...) estimular o crescimento económico e social através da transformação digital massificada.” Cf.: KPMG Portugal (abril de 2019), Indústria 4.0 – Fase II, pp. 46, assinaladas com um ponto de exclamação (!).

- Apoio à capacitação e consolidação das infraestruturas de incubação e acolhimento empresarial (*)
- Apoio a projetos de empreendedorismo qualificado e criativo (*)

Ações Estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Apoio às PME's no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de Atuação:

DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE⁸²

Ações Estratégicas: Dinamização de políticas ativas para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade

- Promoção do desenvolvimento sócio económico e sustentável dos territórios de baixa densidade, em articulação com as Estratégias de Desenvolvimento Local
- Melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais e promoção da segurança
- Valorização do mundo rural com base no conceito *smart rural*, pela adoção de soluções tecnológicas no planeamento, gestão e monitorização dos territórios de baixa densidade, tornando-os mais inteligentes
- Criação de novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais
- Promoção da fixação de jovens agricultores e jovens empresários rurais
- Promoção da modernização da base económica agrícola e rural (promoção de processos de inovação agrícola e rural)
- Promoção de estratégias de desenvolvimento local
- Promoção dos circuitos curtos e, mercados locais e sistemas alimentares locais, adaptando, quando adequado, os instrumentos de mercado e de concorrência
- Valorização dos produtos locais tradicionais, a paisagem e a cultura dos territórios rurais, nomeadamente a dieta mediterrânica
- Dinamização de redes colaborativas de inovação rural, nomeadamente os Centros de Competências
- Fomento de parcerias e contratos de fornecimento dos serviços dos ecossistemas agrícolas e florestais
- Dinamização de atividades económicas (produtoras de bens e serviços transacionáveis) inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, tendencialmente inimitáveis do território, como sejam recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais ou outros, designadamente através dos PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

Ações Estratégicas: Abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica

- Programação intermunicipal da provisão de serviços sociais de interesse geral (educação, saúde e serviços de apoio social), em articulação com o planeamento dos sistemas de mobilidade sub-regional, assegurando a compatibilização entre o acesso a serviços de qualidade e a obtenção de um quadro racional e eficiente de investimentos
- Especialização dos serviços e melhoria de acesso a serviços fundamentais de forma a aumentar a qualidade de vida, promovendo formas de funcionamento em rede entre equipamentos sociais e culturais, reforçando as complementaridades interfuncionais (recursos e programação conjunta), nomeadamente o desenvolvimento de centros multigeracionais (centros para pessoas idosas e creches)
- Reforço da utilização das novas tecnologias e aumento do acesso aos serviços por conectividade digital
- Descentralização/desconcentração de funções e emprego público para territórios de baixa densidade
- Criação de incentivos para a instalação de jovens empresários ou novos residentes e flexibilização das medidas de apoio à criação do próprio emprego

⁸² As ações estratégicas para a Territórios de Baixa Densidade estão alinhadas com o previsto no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Agenda para o Território (20 julho 2018), pp. 42-43 e pp. 69

- Medidas de apoio à instalação de novas atividades económicas por forma a atrair e apoiar a instalação de novos residentes e incentivos à realização de estágios profissionais para jovens em empresas instaladas ou que se venham a instalar
- Desenvolvimento de estratégias que potenciem a utilização de recursos das áreas rurais e a economia “verde”, numa diversificação inteligente
- Promover as relações de proximidade entre as comunidades locais, valorizando o seu envolvimento na conservação do património natural e sociocultural das Áreas Protegidas, e as atividades e saberes tradicionais e autênticos do território
- Medidas fiscais mais favoráveis, para as empresas que se instalem em territórios de baixa densidade e criação de apoios específicos e simplificação da carga administrativa para a “agricultura familiar”
- Criação de benefícios para as famílias jovens (redução do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS; reforço do abono de família; majoração do salário para algumas profissões, entre outros)
- Aumento das sinergias e da capacidade de cooperação entre municípios, tendo em vista o desenvolvimento de estratégias de atração de novos residentes, sustentadas em parcerias entre atores privados e públicos, com o objetivo de aumentar a atratividade de residentes a tempo parcial ou novos residentes
- Apoio à recuperação/reutilização de edifícios patrimoniais ou com valor histórico para a instalação de empresas, nomeadamente na área da cultura, artes e turismo
- Apoio à integração de imigrantes, tanto em contextos urbanos como rurais, nomeadamente em áreas com escassez de recursos humanos disponíveis
- Desenvolvimento de uma estratégia para reforço da atratividade residencial, através nomeadamente de uma política de habitação que crie de bolsas de habitação para arrendamento para jovens, garantindo habitação a baixo custo a partir da valorização de habitações devolutas e da reabilitação de património degradado ou abandonado, envolvendo municípios e proprietários

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Apoio aos territórios de baixa densidade no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de Atuação:

DESENVOLVIMENTO URBANO⁸³

Ações estratégicas: Qualificação do ambiente urbano e do espaço público

- Aumento da oferta de espaços públicos acessíveis e confortáveis para todos
- Promover a segurança nos espaços públicos
- Melhoria do conforto bioclimático dos espaços urbanos
- Melhoria da eficiência e fiabilidade energética e hídrica dos sistemas urbanos
- Contenção da artificialização do solo rústico e melhoria dos serviços de ecossistemas dos espaços urbanos
- Melhoria da acessibilidade e do reconhecimento dos serviços de interesse geral
- Conservação e integridade do património arquitetónico e urbanístico
- Reforço da inclusão de pessoas com mobilidade reduzida ou outras incapacidades no espaço urbano
- Incentivo à integração da componente cultural, estética e identitária na conceção e animação do espaço público
- Aumento da participação cívica no planeamento urbano
- Desenvolvimento de novas abordagens aos espaços verdes nas cidades, com o aumento do número de jardins verticais em fachadas, varandas e terraços de edifícios públicos e privados e, ainda, o aumento do número de coberturas verdes

⁸³ As ações estratégicas previstas para o Desenvolvimento Urbano estão alinhadas com o previsto no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Agenda para o Território (20 julho 2018)

Ações estratégicas: Promoção de uma política de habitação integrada

- Resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional
- Garantia do acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado
- Aumento da reabilitação do edificado e promoção da qualidade urbana
- Promoção da inclusão social e territorial e das oportunidades de escolha habitacional
- Privilégio do mercado de arrendamento em relação à aquisição de habitação.
- Aumento da eficiência hídrica e energética dos alojamentos e das condições de habitabilidade.
- Adaptação dos alojamentos a uma população com mobilidade reduzida nomeadamente face a um cenário de envelhecimento
- Monitorização do mercado habitacional

Ações estratégicas: Promoção da digitalização, da interoperabilidade e da acessibilidade aos serviços públicos e de interesse geral

- Alargamento da rede e ampliação dos serviços públicos prestados por via digital, garantindo uma cobertura desejavelmente para todos
- Alargamento da rede de Lojas e Espaços do Cidadão e ampliação dos serviços públicos prestados
- Reforço da eficácia e da eficiência dos serviços públicos e de interesse geral por via da conectividade digital

Ações estratégicas: Dinamização e revitalização do comércio e dos serviços

- Promoção de oferta comercial e de serviços que satisfaça as necessidades das populações (residentes e visitantes), potenciando polarizações e contribuindo para estruturar e estimular, económica e urbanisticamente, as áreas urbanas onde se inserem
- Regeneração e aumento da atratividade dos espaços urbanos através do desenvolvimento comercial e empresarial, numa lógica de afirmação regional e/ou internacional
- Recuperação de áreas urbanas devolutas ou abandonadas, através de estratégias de articulação de pequenos empreendedores com abordagens inovadoras com o poder estruturante e/ou de grandes marcas internacionais
- Aumento da especialização e a diferenciação da oferta de bens e serviços associados às atividades de comércio e serviços culturais, turísticos e de lazer, concertando agendas integradas, como forma de alavancar o desenvolvimento urbano e territorial
- Desenvolvimento de “marcas territoriais”, assentes no comércio, nos produtos locais e nos valores culturais e patrimoniais, que promovam as especificidades urbanas/regionais e sejam fatores de diferenciação

Ações estratégicas: Fomento da cooperação intraurbana para uma cidade sustentável e inteligente

- Implementação de projetos colaborativos através do desenvolvimento de ações de base comunitária, assentes na cooperação e na cocriação intraurbana
- Adoção do conceito de *smart cities* pela integração de soluções tecnológicas no planeamento, gestão e monitorização das cidades, tornando-as mais inteligentes
- Desenvolvimento de ambientes urbanos mais sustentáveis e resilientes
- Promoção da inclusão social e o acesso à qualidade habitacional
- Promoção da descarbonização das cidades, nos transportes, nas residências, nas atividades económicas e nos edifícios e espaços públicos
- Dinamização da desmaterialização, reutilização, reciclagem e recuperação nos processos produtivos, distributivos e de consumo
- Aumento da eficiência energética e hídrica e dos serviços eco sistémicos
- Aumento da participação das instituições e dos cidadãos nos procedimentos de criação e de decisão
- Promoção da inovação, social, económica e ecológica

Ações estratégicas: Dinamização das articulações interurbanas e dos subsistemas territoriais

- Consolidação das competências das autoridades urbanas
- Identificação das principais temáticas capazes de incentivar a coesão territorial com base em regiões funcionais ou subsistemas territoriais, favorecendo novas geografias para a cooperação
- Encorajamento à integração entre políticas urbanas e políticas rurais aumentando a massa crítica de atuação
- Encorajamento à cooperação territorial em domínios estratégicos
- Abordagem dos desafios territoriais numa escala que tenha em conta as ligações funcionais entre as áreas urbanas e rurais, nomeadamente através da gestão coordenada de serviços (incluindo os serviços de interesse geral), da gestão dos sistemas de transporte, do reforço das articulações no âmbito do reforço da inovação, de uma economia mais circular, de uma maior eficiência energética, de uma mobilidade urbana mais suave, entre outras temáticas
- Estímulo ao desenvolvimento de agendas intermunicipais ou regionais, de geometrias espaciais multivariadas, construindo escalas mais apropriadas para a operacionalização dos objetivos desta medida

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Apoio aos territórios urbanos no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de Atuação:

AGRICULTURA⁸⁴

Ações estratégicas: Promoção de um sector agrícola inteligente, resiliente e diversificado de modo a garantir a segurança alimentar

- Apoio aos rendimentos e à resiliência das explorações agrícolas, reforçando a segurança alimentar
- Reforço da orientação para o mercado, aumento da competitividade com maior incidência na investigação, na tecnologia na digitalização
- Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor
- Apoio à elaboração do cadastro rústico
- Apoio à pequena e média agricultura, consoante a realidade de cada município no contexto do território da Região de Coimbra
- Apoio à certificação da qualidade de produtos agrícolas para pequenos agricultores e produção local
- Dinamização das cadeias curtas de comercialização de produtos agrícolas de explorações familiares e de base local
- Criação de entrepostos comerciais para facilitar a distribuição dos produtos da agricultura familiar e de base local

Ações estratégicas: Apoio à proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas e contributo para a consecução dos objetivos relacionados com o ambiente e o clima

- Contributo para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, como para a energia sustentável
- Promoção do desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais, como a água os solos e o ar
- Contributo para a proteção e promoção da agrobiodiversidade, melhorando os serviços ligados aos ecossistemas, preservando e valorizando os habitats e as paisagens

⁸⁴ As ações estratégicas consideradas para a Agricultura estão alinhadas com os objetivos da previstos para a Política Agrícola Comum (PAC) pós 2020, salvaguardando-se que o processo negocial desta importante política ainda está em curso. Cf.: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (21 de fevereiro de 2019), Comissão Consultiva PAC, acedido on line em 27 de fevereiro de 2020, em: https://www.gpp.pt/images/Programas_e_Apoios/PAC/PACpos2020/20190221_Comissao_Consultiva_PAC_apresentacao_GPP.pdf

- Conclusão da obra hidrográfica do Vale do Mondego e Vale do Arunca
- Expansão da obra de fomento hidroagrícola do Baixo Mondego, realização dos investimentos previstos: regadio e emparcelamento do Vale do Pranto, Vale do Anços e Vale do Ega, como veículo do aumento e autossuficiência da produção agrícola nacional

Ações estratégicas: Reforço do tecido sócio económico das zonas rurais

- Reforço do apoio à agricultura familiar e de base local
- Atração de jovens agricultores/as e facilitação do desenvolvimento das empresas nas zonas rurais
- Promoção do emprego, do crescimento, da inclusão social e do desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bio economia e a silvicultura sustentável
- Melhoria da resposta dada pela agricultura às exigências da sociedade no domínio alimentar e da saúde, nomeadamente no que respeita à oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Apoio à agricultura no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de Atuação:

TURISMO⁸⁵

Ações estratégicas: Afirmação dos ativos turísticos do território

- Planeamento estratégico do turismo sustentável e da sustentabilidade do turismo (!)
- Ações para a sustentabilidade do turismo da região, nomeadamente pela proteção, valorização e qualificação dos elementos distintivos do património histórico-cultural, bem como pela valorização e preservação da autenticidade do território e da vivência das suas comunidades
- Monitorização e avaliação do turismo na CIM-RC de um modo estratégico e sustentável (!)
- Comunicação e divulgação do desempenho das componentes do sistema turístico na CIM-RC (!)
- Desenvolvimento da mobilidade turística sustentável (!)
- Promoção do conforto térmico: turismo, urbanismo e espaço público (!)
- Estímulo à economia circular no turismo (!!)
- Investimento em imagem e *branding* do destino turístico (!)
- Dinamização, promoção e desenvolvimento dos ativos patrimoniais da Região de Coimbra, através da valorização dos fatores específicos e distintivos (*)
- Reforço da notoriedade da Região de Coimbra, nacional e internacionalmente, pela promoção do destino e dos seus produtos turísticos, assentes nos recursos endógenos de caráter único e distintivo do território, em estreita ligação com a Entidade Regional do Turismo do Centro de Portugal e a Agência para a Promoção do Turismo do Centro de Portugal (*)
- Estruturação de produtos turísticos integrados com caráter diferenciador e que sinalizem positivamente o uso eficiente dos recursos e criação de produtos turísticos integrados intermunicipais, suportados nos produtos âncora enunciados na Estratégia Turismo Centro 2020 (*)

⁸⁵ Estas ações espelham as medidas e ações definidas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM-RC 2017 – assinaladas com um ponto de exclamação (!), combinadas os objetivos do projeto “Região de Coimbra Turismo 2020 – Promoção Integrada dos Produtos Turísticos da Região de Coimbra” – assinalados com um asterisco (*), cf. CIM Região de Coimbra (2017) acedido *on line* em 24 de fevereiro de 2020, em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/projeto-regiao-de-coimbra-turismo-2020-promocao-integrada-dos-produtos-turisticos-da-regiao-de-coimbra/>; incorporando também alguns dos drivers / linhas estratégicas de ação do Plano Regional de Desenvolvimento Turístico do Centro – assinaladas com um sinal de adição (+) – Cf. Turismo do Centro de Portugal (3 de dezembro de 2019), Plano Regional de Desenvolvimento Turístico; e em alinhamento com algumas das linhas de atuação previstas na Estratégia Turismo 2027, promovida pelo Turismo de Portugal I.P. em 2017 – assinaladas com (!!)

- Concretização da estratégia concertada para promover os produtos turísticos estruturados e os recursos numa perspetiva integrada e abrangente a todo o território da região
 - Criação de produtos turísticos integrados intermunicipais suportados nos produtos âncora enunciados na Estratégia Turismo Centro 2020, baseado em recursos naturais, patrimoniais e históricos com elevado valor distintivo e de atração, contribuindo, desta forma, para o aumento do número de turistas e visitantes e afirmando a Região como destino turístico de excelência (*)
- Capacitação, qualificação e valorização de todos os intervenientes na cadeia de valor do setor do Turismo (+)
- Potenciação da captação de investimento turístico na Região Centro e incentivar a inovação e o empreendedorismo (+)
- Promoção de experiências turísticas integradas através da oferta combinada e complementar entre recursos e produtos turísticos da Região Centro, que fomente o *cross-selling* e a articulação entre submarcas (+)
- Afirmação do turismo na economia do mar (!!)
- Estruturação e promoção de ofertas que respondem à procura do território, em itinerários roteiros/temáticos (tais como: *Portuguese Trails* (projeto de *cycling* e de *walking*), Caminhos de Fátima, Caminhos de Santiago, Rede de Turismo Militar) e de ofertas ajustadas a segmentos específicos (famílias, séniores, jovens/*surf*, entre outras) (!!)
- Articulação entre as ações nos eixos da cultura, património e turismo

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Apoio turismo no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de atuação:

ECONOMIA DO MAR⁸⁶

Ações estratégicas: Concretização do potencial da economia do mar

- Preservação do mar e dos ecossistemas associados
- Renovação dos modelos de negócio empresariais, especial ao nível das atividades económicas consolidadas, como a pesca e o turismo costeiro
- Incentivos à transferência e valorização de conhecimento em áreas de elevado valor acrescentado ligadas ao mar (ex. produção de eólicas *offshore*, biotecnologia azul, algas, ...)
- Investimento em infraestruturas que potenciem as atividades consolidadas e fomentem as atividades emergentes ligadas a esta economia
- Aposta em modelos de negócio assentes na lógica da economia circular, com base em modelos de análise de ciclo de vida de produtos (desde a extração do mar da matéria prima, até à sua transformação, passando pela redução do consumo, reutilização e reciclagem do produto final)
- Criação de incentivos diretos ao empreendedorismo de base tecnológica, através do incremento de startups e projetos inovadores na economia azul circular

Ações estratégicas: Fileira da pesca, aquicultura e indústria do pescado

- Valorização, capacitação e modernização da frota pesqueira
- Investimento na criação de novas e mais modernas unidades produtivas de aquicultura e processamento industrial de pescado
- Promoção dos circuitos curtos de comercialização de pescado, de proximidade, privilegiando o acesso direto do consumidor
- Aposta no reforço e capacitação para a utilização de artes de pesca seletivas e biodegradáveis

⁸⁶ Nas ações estratégicas para o desenvolvimento costeiro, na ausência de um plano estratégico nacional ou regional para a economia do mar atualizado, seguiu-se o recente estudo sobre a “Economia do Mar em Portugal”, da autoria de EY-AM&A, de Abril de 2019, respondendo essas ações aos desafios e perspetivas de futuro nas várias fileiras e no próprio setor, considerando o território da CIM Região de Coimbra e os seus concelhos costeiros.

- Incentivo à valorização de produtos e coprodutos resultantes da pesca e da aquicultura, promovendo a circularidade, a eficiência e valorização dos subprodutos, bem como a certificação da sua sustentabilidade

Ações estratégicas: Fileira dos transportes marítimos, portos e logística

- Modernização e especialização do porto de mar, de acordo com o seu *hinterland*
- Posicionamento do porto de mar como plataforma de aceleração tecnológica para as novas indústrias do mar (energias renováveis oceânicas, plataformas oceânicas multiuso, navios especializados, aquicultura *offshore*, *startups* do mar)
- Promoção do *know-how* necessário ao desenvolvimento das atividades marítimo-portuárias – ensino e formação profissional especializado e certificado

Ações estratégicas: Fileira da construção, manutenção e reparação naval

- Condições para a modernização, reconversão e criação de estaleiros para novas atividades como serviços de manutenção de embarcações de recreio
- Espacialização e integração em rede de estaleiros nacionais para maior aproveitamento da capacidade instalada, apoio à especialização setorial e repartição de encomendas
- Apoio às empresas para investimento em I&I (Investigação & Inovação) e para a qualificação da mão-de-obra, no contexto dos novos desafios da indústria naval europeia (digitalização do transporte marítimo, automação, novos materiais, maiores requisitos regulamentares e necessidades de aumento da eficiência operacional, devido a fatores de âmbito ambiental energético, entre outros)

Ações estratégicas: Fileira do turismo e lazer ligado ao mar

- Qualificação e inovação da oferta, capacitação dos agentes turísticos e capitalização sustentável dos ativos naturais, culturais e patrimoniais das zonas costeiras, criando sinergias com o restante território e promovendo a circularidade das atividades
- Diversificação dos produtos turísticos e desenvolvimento de mercados de nicho, tais como a dinamização de rotas e de experiências em torno do mar e das atividades náuticas
- Dinamização de infraestruturas e serviços de apoio, em especial para potenciar o turismo náutico (náutica de recreio, surf e outros desportos e atividades de mar/praias), bem como a melhoria dos mecanismos de suporte a esse tipo de turismo nas praias da Figueira da Foz, de Mira e da Tocha (Cantanhede), por exemplo, ampliando os objetivos do projeto “*Surf no Crowd*”

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Apoio à economia do mar no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de atuação:

INFRAESTRUTURAS PARA A COMPETITIVIDADE

Ações estratégicas: Rede rodoviária e ferroviária

- Realização de troços de ligação e de estradas variantes entre zonas industriais e plataformas logísticas e rodoferroviárias e os eixos estruturantes de escoamento, entre outras:
 - Ligação das Zonas Industriais Soure 1 e Soure 2 ao nó da A1 e ao IC2
 - Ligação da A14 à A17
 - Estrada variante às EENN 341 e 347 entre Alfarelos e Taveiro, ligando Alfarelos e Taveiro e atravessando os concelhos de Soure, Montemor-o-Velho, Condeixa-a-Nova e Coimbra
 - Ligação entre IP3-Vila Nova de Poiares (incluindo a Zona Industrial) – Góis
 - Ligação da plataforma rodoferroviária de Alfarelos/Granja do Ulmeiro ao Nó de Coimbra Sul
 - Ligação da EN109 à Zona Industrial da Tocha e à Praia da Tocha
 - Ligação do Parque Industrial de Mortágua ao IP3
- Plataformas logísticas e rodoferroviária (tais como: Souselas-Pampilhosa para aproveitar o investimento na Linha da Beira Alta)

<p>Ações estratégicas: Rodovia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia de ligações às principais áreas industriais do território • Fecho da malha da rede rodoviária, no que toca em especial em ligações do tipo “estradas de acesso local” conhecidas como <i>last-mile</i> e <i>missing links</i>
<p>Ações estratégicas: Ferrovia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de zonas de carga pesadas, com acessibilidade ferroviária
<p>Ações estratégicas: Logística</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação/ampliação do Porto Comercial da Figueira da Foz, para melhorar o sistema portuário, o transporte marítimo e a segurança da barra através de: <ul style="list-style-type: none"> ○ Ampliação das áreas portuárias, incluindo a frente cais dos terminais comerciais e expansão dos terraplenos adjacentes a nascente da ponte Edgar Cardoso ○ Aprofundamento do canal de navegação ○ Alargamento da bacia de manobras do porto ○ Implementação simultânea de um sistema transposição de sedimentos para a otimização do equilíbrio hidrodinâmico na barra da Figueira da Foz para mitigar os impactos da erosão costeira e de sucessivo assoreamento da barra ○ Implementação de <i>roadmap</i> e respetivas ações para a transição energética e digital do ecossistema portuário do Porto da Figueira da Foz • Investimento em plataformas logísticas, tais como: Plataforma Logística de Coimbra (Coimbra/Mealhada), Plataforma rodoferroviária de Alfarelos/Granja do Ulmeiro • Construção/ampliação/infraestruturação de áreas de localização industrial
<p>Ações estratégicas: Ciclovias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção e promoção de vias cicláveis/ciclovias de elevado valor estruturante, tais como: Ciclovias do Mondego, entre Coimbra e Figueira da Foz; Percurso Ciclável ao longo do rio Ceira; Percurso Ciclável no Vale do Alva; Ecopista no Ramal Ferroviário de Figueira da Foz/Pampilhosa; Eurovelo 1 – Rota da Costa Atlântica ao longo de toda a costa litoral continental, entre outras que visem a criação de uma rede estruturante de vias cicláveis da Região de Coimbra e que permitam a ligação ciclável e por modos suaves entre os municípios da Região
<p>Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção, requalificação, aquisição de infraestruturas e equipamentos orientados para a competitividade e que contribuam para a resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Tabela 43: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS «VERDE» E HIPOCARBÓNICA – Eixos de atuação e ações estratégicas

<p>Área Estruturante:</p> <p>CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS «VERDE» E HIPOCARBÓNICA</p>
<p>Eixo de Atuação:</p> <p>TRANSIÇÃO ENERGÉTICA⁸⁷</p>
<p>Ações estratégicas: Medidas de adaptação para a área de Infraestruturas e Energia - Promoção de medidas de eficiência energética, do aproveitamento das fontes de energias renováveis disponíveis na região e de um possível aumento da capacidade de armazenamento de energia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apostar fortemente nas Energias Renováveis • Estimular o aumento da eficiência energética dos edifícios e da iluminação pública

⁸⁷ Estas ações espelham as medidas e ações definidas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM-RC (2017)

<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade e quantidade de informações relativas às emissões atmosféricas e qualidade do ar ambiente Promover a gestão sustentável da mobilidade urbana
<p>Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19</p> <ul style="list-style-type: none"> Medidas no contexto da transição energética que que contribuam para a resposta ao impacto da pandemia por COVID-19
<p>Eixo estruturante:</p> <p>ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS⁸⁸</p>
<p>Ações estratégicas: Medidas de adaptação para a área da Agricultura - Atuação ao nível da gestão dos recursos hídricos e a capacitação da população para a procura de soluções que promovam a multifuncionalidade dos territórios rurais, reduzindo a sua vulnerabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> Promoção do uso sustentável da água Reforço da resiliência socioeconómica para o setor agrícola
<p>Ações estratégicas: Medidas de adaptação transversais às áreas da Agricultura e Florestas - Criação do cadastro predial rural em toda a Região de Coimbra, dinamização da bolsa de terras disponíveis na região de Coimbra</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhoria da gestão do uso do solo, efetivando a criação de cadastro predial rural Reforço da resiliência socioeconómica do setor agroflorestal
<p>Ações estratégicas: Medidas de adaptação na área da Fitossanidade - Reforço do controlo de pragas e doenças no setor agroflorestal</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementação e reforço de ações de prevenção da introdução, prospeção, monitorização e mitigação de pragas e doenças associadas às principais fileiras de produção Desenvolvimento de ações de capacitação, sensibilização e divulgação sobre pragas e doenças que afetam os sistemas agrícolas e florestais da Região de Coimbra Desenvolvimento de programas que contribuam para a resiliência das principais culturas agrícolas e povoamentos florestais face às pragas e doenças
<p>Ações estratégicas: Medidas de adaptação na área do Planeamento Alimentar - Adaptação planeada, que decorre de intervenção deliberada na área do planeamento alimentar e adaptação de tipo pró-ativo, que se foca na construção de estratégias que visam a resiliência, considerando em simultâneo as exigências de mitigação e adaptação</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projetos alimentares territoriais Encorajamento à a produção alimentar urbana e periurbana Melhoria o conhecimento e o apoio aos grupos sociais mais vulneráveis Promoção de sessões de formação/sensibilização (no âmbito de opções/soluções de adaptação para as alterações climáticas e consequentes riscos) junto dos atores do setor alimentar
<p>Ações estratégicas: Medidas de adaptação para área das Florestas - Atuação ao nível do reforço da resiliência do setor florestal com uma simultânea aposta na multifuncionalidade da floresta, aumentando, assim, a sua capacidade de resposta às mudanças climáticas</p> <ul style="list-style-type: none"> Reforço da resiliência do setor florestal Reforço do controlo de pragas e doenças no setor agroflorestal Promoção da multifuncionalidade da floresta Melhoria da gestão do uso do solo, efetivando a criação de cadastro predial rural

⁸⁸ Estas ações espelham as medidas e ações definidas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM-RC – Vol. II (2017)

Ações estratégicas: Medidas de adaptação para a área das Áreas Naturais e Biodiversidade - Aumento da resiliência urbana em futuros cenários climáticos, ajudando a melhorar a saúde humana, os meios de subsistência, o bem-estar social e económico, bem como a qualidade ambiental

- Proteção e valorização da biodiversidade e serviços dos ecossistemas
- Aumento da resiliência urbana às alterações climáticas
- Educação para a biodiversidade

Ações estratégicas: Medidas de adaptação para a área dos Estuários e Zonas costeiras

- Criar medidas de monitorização, proteção e conservação da zona costeira
- Definir estratégias de controlo e erradicação de espécies invasoras
- Promover a adaptação das infraestruturas
- Promover sessões de formação/sensibilização (no âmbito de opções/soluções de adaptação para as alterações climáticas e consequentes riscos) junto dos atores - Estuários e Zonas Costeiras

Ações estratégicas: Medidas de adaptação para a área da Saúde Humana – Maximização dos ganhos em saúde da população e diminuição do número de mortes evitáveis através do alinhamento e integração de esforços sustentados de todos os sectores da sociedade, com foco no acesso, qualidade, políticas saudáveis e cidadania

- Criação e melhoria dos sistemas de vigilância, alerta e gestão de eventos extremos (e.g., ondas de calor, vagas de frio) e vetores
- Melhoria da qualidade e quantidade de informações relativas às emissões atmosféricas e qualidade do ar ambiente
- Melhoria do conhecimento e do apoio aos grupos sociais mais vulneráveis
- Promoção de sessões de formação/sensibilização (no âmbito de opções/soluções de adaptação para as alterações climáticas e consequentes riscos/benefícios para a saúde) junto dos diversos atores chave e populações

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Medidas no contexto das alterações climáticas que contribuam para a resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo estruturante:

GESTÃO DE RISCOS

Ações estratégicas: Reforço da preparação e capacitação para a Gestão de Riscos

- Análise, monitorização e desenvolvimento sobre riscos específicos
- Desenvolvimento e implementação de uma base de apoio logístico intermunicipal
- Criação e melhoria das estruturas municipais de apoio em situações de acidentes grave ou catástrofe
- Melhoria dos meios e equipamentos de resposta a situações de acidente grave ou catástrofe no território
- Reforço da capacidade dos agentes da proteção civil e fortalecimento da sua interação, no contexto da comunicação com as comunidades
- Desenvolvimento de meios tecnológicos de apoio às ações de proteção civil
- Definição de meios de apoio à minimização dos efeitos dos riscos, nomeadamente, através de seguros/fundos de reserva
- Promoção de ações de informação, sensibilização e formação junto de públicos específicos

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- **Gestão de riscos associados ao impacto da pandemia por COVID-19**

Eixo estruturante:

RECURSOS HÍDRICOS⁸⁹

Ações estratégicas: Medidas de adaptação e valorização para a área dos Recursos Hídricos - redução de pressões de índole não-climática (e.g., contaminação da água, procura elevada), juntamente com uma melhor gestão do abastecimento de água e saneamento adequado

- Promover o uso sustentável da água
- Melhoria da gestão integrada e eficiente das bacias hidrográficas e recursos hídricos da Região, incluindo a sua reabilitação, valorização e promoção
- Melhorar a monitorização e acompanhamento da disponibilidade e qualidade de água
- Investimento na melhoria de cobertura e na qualidade das infraestruturas e equipamentos do ciclo urbano da água
- Mobilização eficaz dos recursos hídricos, nomeadamente através de soluções de armazenamento, de transvaze e de capacidade de retenção
- Promover sessões de formação/sensibilização (no âmbito de opções/soluções de adaptação para as alterações climáticas e consequentes riscos) junto dos atores

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Medidas no contexto dos recursos hídricos que contribuam para a resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo estruturante:

ECONOMIA CIRCULAR⁹⁰

Ações estratégicas: Contributo para convergência em matéria de aceleração para a economia circular, nas 4 áreas âncora definidas pelo Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal

- Identificação de redes de simbiose industrial
- Estabelecimento de redes de soluções, práticas e conhecimento de economia circular em contexto urbano
- Apoio para identificação de oportunidades em economia circular em empresas e rede de boas práticas

Ações estratégicas: Articulação com Agenda Regional de Transição para a Economia Circular, nas áreas já definidas

- Investigação científica de suporte
- Compras inovadoras e circulares
- Educação, sensibilização e capacitação
- Estratégias empresariais e simbioses industriais
- Economia circular ao serviço da inovação e coesão territorial

Ações estratégicas: Transição para a economia circular

- Desenvolvimento de um Plano Intermunicipal para a Economia Circular, tendo em conta Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal e a Agenda Regional de Transição para a Economia Circular, tendente à estruturação e dinamização da Rede para a Economia Circular da CIM Região de Coimbra

⁸⁹ Estas ações espelham as medidas e ações definidas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM-RC (2017)

⁹⁰ As ações estratégicas previstas para a economia circular estão de acordo com as Ações Micro previstas no Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 2017-12-11 e com as áreas de atuação identificadas na Agenda Regional para a Economia Circular do Centro, que está em desenvolvimento pela CCDRC – Cf: Fundo Ambiental – Ministério do Ambiente e Transição Energética (2018), Ano I – Agendas. Acedido *on line* a 21 de fevereiro de 2020, em: <https://eco.nomia.pt/contents/documentacao/agendas-regionais-ano-i-norte-e-centro.pdf>

Ações estratégicas: Organização do território para a economia circular⁹¹

- Conhecimento da natureza, quantidade e localização de acumulações de subprodutos passíveis de integrar processos de economia circular
- Identificação das prioridades de intervenção nas situações que constituem passivos ambientais
- Identificação dos fluxos atuais da geração e destino de subprodutos, com vista à sua organização adequada presente e futura tendo em consideração os consumos de energia e as emissões nos vários cenários alternativos de utilização de subprodutos e matérias-primas
- Fomento da alteração de comportamentos individuais e das empresas (consumo e produção)
- Criação de novos empregos associados ao eco design, servitização, reparação, reutilização, remanufatura, acondicionamento.
- Integração de Rede de Cidades Circulares a ser criada
- Fomento da adoção dos princípios da economia circular nos Instrumentos de Gestão do Território
- Desenvolvimento de projetos de I&D que promovam a circularidade da economia.
- Melhoria da coesão/coordenação entre as entidades que têm impacto direto sobre o território

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Apoio à economia circular no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

NATUREZA E BIODIVERSIDADE⁹²

Ações estratégicas: Melhoria do estado da conservação da natureza e da apropriação progressiva do desígnio da biodiversidade pela sociedade

- Melhoria do estado de conservação do património natural, para diminuir a perda de biodiversidade e preservar a riqueza existente, através de ações de conservação e gestão ativa das espécies e dos habitats e de proteção do património geológico
- Promoção do reconhecimento do valor do património natural, tendo em vista a valorização transversal dos múltiplos serviços prestados por este património, tornando tangível a conservação da natureza e o valor da biodiversidade nos ciclos económicos

Ações estratégicas: Fomento da apropriação dos valores naturais e da biodiversidade, pelo aprofundando da sua integração da e da proteção do património geológico em sectores produtivos e económicos fundamentais

- Requalificação e valorização de matas nacionais e paisagens protegidas da Região de Coimbra
- Implementação de centro de competências para a floresta (na Lousã) e de centros de competências com base nos recursos endógenos (por exemplo, do medronho, da caprinicultura ou do desporto na natureza)
- Alargamento de corredores verdes ou áreas protegidas, ligando corredores já existentes

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Medidas no contexto da natureza e biodiversidade que contribuam para a resposta e minimização do impacto da pandemia por COVID-19

⁹¹ As ações previstas para a organização do território no contexto da Economia circular estão alinhadas com o previsto no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Agenda para o Território (20 julho 2018), pp. 87

⁹² Considerando a riqueza natural do território da CIM Região de Coimbra, incluem-se como estratégicas ações de acordo com os três vértices estratégicos da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030), cf.: Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio de 2018

FLORESTAS⁹³

Ações estratégicas: Minimização de riscos de incêndio e de agentes bióticos nocivos

- Aumento da resiliência da floresta aos incêndios florestais
- Redução da incidência dos incêndios
- Garantia do cumprimento do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)
- Aumento do conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos
- Redução dos danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas
- Redução o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos
- Aumento do conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos
- Diminuição dos riscos de ocorrência, de desenvolvimento e de dispersão de espécies invasoras lenhosas
- Recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afetados

Ações estratégicas: Especialização do território

- Planeamento da abordagem regional
- Conservação do solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação
- Garantia da proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade
- Promoção da proteção das áreas costeiras
- Conservação do regime hídrico
- Adequação das espécies às características da estação
- Aumento do contributo das florestas para a mitigação das Alterações Climáticas
- Apoio a investimentos que promovam a resiliência dos povoamentos florestais
- Desenvolvimento da importância da floresta enquanto componentes da Infraestrutura Verde
- Requalificação e revitalização das matas nacionais e paisagens protegidas (ex: Mata Nacional do Choupal, Mata Nacional de Vale de Canas, Mata Nacional do Bussaco, etc)
- Implementação do centro de competências para a floresta na Lousã

Ações estratégicas: Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos

- Melhoria da produção económica dos povoamentos
- Diversificação das atividades e dos produtos nas explorações florestais e agroflorestais
- Promoção da gestão florestal ativa e profissional

Ações estratégicas: Internacionalização e aumento do valor dos produtos

- Resposta às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados
- Reforço da orientação para o mercado
- Reforço da integração horizontal e vertical das fileiras
- Modernização e capacitar das empresas florestais
- Desenvolvimento e promoção de novos produtos e mercados

Ações estratégicas: Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor

⁹³ As ações estratégicas consideradas para a Floresta estão alinhadas com os objetivos estratégico e específicos da Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro e atualizada em 2015 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro, enquanto elementos de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do setor florestal.

- Recolha e processamento de informação do setor florestal, de forma sistemática
- Promoção do cadastro predial da propriedade florestal
- Aumento da representatividade e sustentabilidade das organizações do setor
- Dinamização de novas formas de organização e gestão dos espaços florestais
- Desenvolvimento da inovação e da investigação florestal
- Qualificação dos agentes do setor
- Fomento da cooperação internacional

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Medidas no contexto da floresta que contribuam para a resposta e minimização do impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de atuação:

INFRAESTRUTURAS/EQUIPAMENTOS E OUTROS MECANISMOS PARA A EFICIÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E COESÃO TERRITORIAL

Ações estratégicas: Construção, requalificação, aquisição de infraestruturas, equipamentos e outros mecanismos orientados para a eficiência, sustentabilidade e coesão territorial

- Realização de intervenções em áreas de estrangulamento/insegurança rodoviária/vias degradadas/acessos a centros urbanos, nomeadamente: Variante de Murte, ligação à sede de concelho de Condeixa-a-Nova a partir da EN1/IC2, requalificação da N342, ligação do centro urbano da via de Tábua até à estrada N337
- Requalificação de estradas florestais e agrícolas
 - Requalificação das acessibilidades dentro dos perímetros florestais identificados nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios
 - Recuperação dos caminhos vicinais
- Relocalização de infraestruturas e transformação de instalações com elevado interesse patrimonial e arquitetónico em equipamentos de interesse cultural, social e ambiental, tal como o Estabelecimento Prisional de Coimbra
- Investimento em infraestruturas básicas e na reabilitação dos ativos existentes (tais como redes de água e abastecimento e outros), melhorando as suas condições funcionais, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados
- Avaliação do potencial económico e turístico e requalificação urbano-ambiental das margens ribeirinhas em zonas urbanas/urbanizáveis
- Criação de mecanismos de recuperação ambiental e de valorização paisagística e turística dos cursos de água
- Implementação de mecanismo perequativo baseado nos serviços ambientais territoriais
- Promoção da recolha seletiva e valorização de resíduos urbanos
- Fomento à implementação de sistemas de recolha de resíduos PAYT (do Inglês Pay – As - You – Throw)
- Construção/ampliação de centrais de biomassa para a produção de energia

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Construção, requalificação, aquisição de infraestruturas, equipamentos e outros mecanismos orientados para a eficiência, sustentabilidade e coesão territorial e que contribuam para a resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Tabela 44: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS CONECTADA – Eixos de atuação e ações estratégicas

Área Estruturante: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS CONECTADA
Eixo de Atuação: SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS⁹⁴
<p>Ações estratégicas: Consolidação de competências e atribuições da CIM Região de Coimbra enquanto Autoridade de Transporte</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração organizacional da gestão do transporte público: planeamento, organização e articulação do serviço público de transportes de passageiros, a nível municipal, intermunicipal e inter-regional • Investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicadas ao serviço público de transporte de passageiros • Definição do sistema tarifário e integração de formas de pagamento eletrónicas • Realização de inquéritos à mobilidade • Adoção e promoção de instrumentos de planeamento e gestão de transportes, reforçando o papel de ferramentas e sistemas inteligentes, interoperáveis, sustentáveis e intermodais, que fomentem a conectividade entre diferentes autoridades de transporte e atendam às novas soluções de mobilidade
<p>Ações estratégicas: Adoção de sistemas de informação ao público abrangentes (integrando os diferentes modos e sobre vários suportes)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração da informação e disponibilização de dados em formato <i>standard</i> de todos os tipos de transporte de passageiros, independentemente do setor, do modo e do meio de transporte • Disponibilização e integração da oferta de serviço público de transporte de passageiros, sua promoção e integração com outros serviços (incluindo os sociais) • Promoção do serviço público de transporte de passageiros
<p>Ações estratégicas: Melhoria da oferta e fiabilidade do transporte público</p> <ul style="list-style-type: none"> • Restruturação da oferta de transporte público, incluindo a criação de uma verdadeira rede de urbanos da CP da Região de Coimbra • Eliminação da disparidade existente de fundos públicos de investimento aplicados nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto face à Região de Coimbra, nomeadamente na promoção do uso de transporte público (reduções tarifárias), investimento e sustentabilidade operacional • Implementação de sistema de transporte flexível • Compatibilização das redes urbanas e suburbanas • Melhoria do serviço ferroviário (ligações e estações) • Estruturação de corredores urbanos • Reorganização dos serviços do tipo "expresso" • Melhoria das condições operacionais do transporte público • Apoio à aquisição de veículos elétricos para os serviços municipais • Criação de um serviço para transporte público fluvial, incluindo a aquisição de embarcações elétricas, a implementar nomeadamente na Figueira da Foz

⁹⁴ As ações estratégicas previstas na área da mobilidade espelham os objetivos operacionais e as ações definidas no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável na Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra I Atualização, 2018, bem como resultam da auscultação dos vários *stakeholders* envolvidos no processo de revisitação da EIDT 2021-2027

<p>Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao serviço público de transporte de passageiros no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19
<p>Eixo estruturante:</p> <p>MOBILIDADE E TRANSPORTES⁹⁵</p>
<p>Ações estratégicas: Incremento dos modos suaves, particularmente em contextos urbanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estruturação de uma rede ciclável urbana dotada de parques de estacionamento para bicicletas • Qualificação e expansão de uma rede pedonal estruturante e acessível nos principais centros urbanos • Introdução de sistemas de bicicletas partilhadas • Introdução de eixos de modos suaves de ligação às principais centralidades envolventes • Promoção dos modos suaves para as ligações casa - escola
<p>Ações estratégicas: Reforço da intermodalidade (interfaces e integração bilhética)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração tarifária/bilhética • Hierarquização e consolidação da rede de interfaces • Melhoria do rebatimento dos modos suaves nas interfaces
<p>Ações estratégicas: Promoção da segurança rodoviária e acalmia de tráfego</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hierarquização viária • Medidas de acalmia de tráfego • Preparação de planos municipais de segurança rodoviária • Reforço da sinalização
<p>Ações estratégicas: Adoção de medidas de gestão de tráfego e estacionamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo e definição de uma política de gestão do estacionamento (tarifa e modelo de gestão) • Planos especiais de estacionamento para picos sazonais ou eventos • Introdução de bolsas de estacionamento periféricas • Revisão dos parâmetros do estacionamento público e privado obrigatório (Plano Diretor Municipal - PDM)
<p>Ações estratégicas: Adoção de soluções de transporte específico para territórios de baixa densidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução do transporte flexível • Expansão da rede de carregamento de veículos elétricos, que inclua os territórios de baixa densidade
<p>Ações estratégicas: Gestão da mobilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição de Planos de Ação Local • Programas de consciencialização e sensibilização • Desenvolvimento de Planos de Mobilidade de Empresas ou polos industriais/empresariais • Desenvolvimento de Planos de Mobilidade Sustentável para Escolas • Criação de um Observatório de Mobilidade
<p>Ações estratégicas: Adoção de sistemas de transporte inteligente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adoção de sistemas de transporte inteligente para monitorização e controlo de tráfego, semáforos ou acesso a zonas de tráfego limitado, bem como para gestão do estacionamento, entre outros

⁹⁵ As ações estratégicas previstas na área da mobilidade espelham os objetivos operacionais e as ações definidas no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável na Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra I Atualização, 2018

Ações estratégicas: Implementação de sistemas de mobilidade como serviço – MaaS - Mobility as a Service

- Introdução/consciencialização do conceito de mobilidade como serviço
- Promoção da multimodalidade sustentável
- Implementação da intermodalidade na Região de Coimbra e com as regiões adjacentes
- Articulação com os operadores de serviço público
- Articulação com os vários modos e meios de transporte
- Incentivo à partilha de informação e dados pelos operadores de serviço público
- Implementação de sistemas de transportes inteligentes
- Articulação com os agentes fornecedores de MaaS, de acordo com as melhores práticas nacionais e internacionais

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Medidas no contexto da mobilidade e transportes para minimizar o impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de atuação:

MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA UMA MOBILIDADE EFICIENTE E SUSTENTÁVEL⁹⁶

Ações estratégicas: Rodovia

- Requalificação do IP3 (troço Coimbra – Viseu) em perfil autoestrada
- Construção de ligação da A13 (nó de Ceira) ao IP3 através de um traçado mais a sul relativamente ao existente que permita, entre outras, a potenciação do uso da A13, a conexão com o IC6 e a criação de uma alternativa à EN17
- Conclusão do IC6 na ligação de Tábua a Oliveira do Hospital e do IC7
- Requalificação do IC2 (atravessamento do IC2/EN1 em Condeixa-a-Nova e troços Condeixa – Cruz de Morouços e Coimbra Norte, incluindo nova ponta sobre o Rio Mondego
- Construção de ligação da EN111-1 (Porto de São Tiago) ao IC2 (Nó da Pedrulha)
- Conclusão do IC12, ligação Mangualde-Mira (já iniciado entre Santa Comba Dão e Carregal do Sal)
- Intervenções em vias com estrangulamentos, insegurança rodoviária, vias degradadas (nacionais e municipais) e acessos a centro urbanos (ex: variante de ligação da A14 à A17 (ligação da EN335 e a ER.335-1: via regional Cantanhede-IC1/Tocha); variante às EN341 e EN347 Alfarelos / Taveiro; requalificação da N342, requalificação da EN344; variante IC2/A1/Alfarelos; melhoria e requalificação da acessibilidade à Pampilhosa da Serra, etc)

Ações estratégicas: Ferrovia

- Modernização das ligações ferroviárias da região, tais como: ramal da Figueira da Foz – Coimbra e na linha do Oeste, ramal das Caldas da Rainha – Alfarelos, tendo em atenção o transporte de mercadorias para o Porto da Figueira da Foz e para os grandes polos industriais
- Modernização/requalificação de estações ferroviárias, nomeadamente da estação de Coimbra B e da Estação da Pampilhosa
- Requalificação da Linha da Beira Alta como infraestrutura estruturante para a ligação rápida às linhas ferroviárias transeuropeias, quer de passageiros quer de mercadorias
- Duplicação do ramal de Alfarelos, permitindo o cruzamento de comboios até 750 m de comprimento

Ações estratégicas: Aeroportos

⁹⁶ As ações contempladas estão de acordo com os investimentos/ações considerados relevantes pela CIM Região de Coimbra para integrar o Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030), conforme documento submetido ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas no âmbito do processo de auscultação pública (14/09/2018)

<ul style="list-style-type: none"> • Concretização do Aeroporto na Região Centro/Região de Coimbra
<p>Ações estratégicas: Mobilidade urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação do Sistema de Mobilidade do Mondego (Metro Bus), incluindo a sua ampliação aos concelhos adjacentes • Construção de Gare Intermodal para os transportes públicos de Coimbra e (inerente) realocação das instalações dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) • Construção do eixo rodoviário de ligação da Circular Externa ao IC2 (Nó da Pedrulha) • Investimento em sistemas de transportes públicos rodoviários e ferroviários da região, adequando-os às reais necessidades dos cidadãos e dos turistas, reduzindo também a sua pegada ecológica, apostando nos veículos elétricos e melhorando substancialmente a sua articulação e intermodalidade • Restruturação da oferta de transporte público incluindo a criação de uma verdadeira rede de comboios urbanos da CP da Região de Coimbra • Construção de redes cicláveis municipais e intermunicipais tendo em vista a promoção da mobilidade suave e a redução de CO2 • Eliminação da disparidade existente de fundos públicos de investimento aplicados nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto face à Região de Coimbra, nomeadamente na promoção do uso de transporte público (reduções tarifárias), investimento e sustentabilidade operacional • Reforço dos mecanismos de financiamento à implementação de sistema de transporte flexível
<p>Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19</p> <ul style="list-style-type: none"> • Medidas no contexto da modernização de infraestruturas e equipamentos para uma mobilidade eficiente e sustentável que contribuam para minimizar o impacto da pandemia por COVID-19

Tabela 45: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS SOCIAL – Eixos de atuação e ações estratégicas

<p>Área Estruturante:</p> <p>CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS SOCIAL</p>
<p>Eixo de Atuação:</p> <p>EMPREGO⁹⁷</p>
<p>Ações estratégicas: Concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área do Emprego</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ativo ao emprego: apoio em tempo e adequado, para a procura de emprego, a formação e a requalificação e, em especial, para grupos que enfrentam mais obstáculos, como as pessoas desempregadas de longa duração e jovens que não estudam, bem trabalham ou NEETs (do inglês <i>Not in Education, Employment, or Training</i>) (!) • Aumento do diálogo social e do envolvimento de trabalhadores/as (!) • Promoção da igualdade de género e de oportunidades⁹⁸ (!)

⁹⁷ Para a área do emprego, as ações estratégicas definidas vão ao encontro dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais – ações assinaladas com ponto de exclamação (!): Cf.: *European Parliament, Council and Commission (17/11/2017), European Pillar Of Social Rights – Chapter I - Equal opportunities and access to the labour market and Chapter II – Fair working conditions*. Integram também os objetivos operacionais definido pelo para o Desenvolvimento Urbano estão alinhadas com o previsto no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Agenda para o Território (20 julho 2018), pp. 78 – ações assinaladas com um sinal de adição (+)

⁹⁸ Detalhado no objetivo estratégico “Igualdade entre mulheres e homens, prevenção e combate à violência e discriminação”

- Promoção do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal⁹⁹ (!)
- Ambientes de trabalho mais saudáveis, seguros, adaptados e com respeito pela privacidade (!)
- Contribuir para a melhoria da produtividade e da competitividade das empresas, através da qualificação profissional dos trabalhadores, particularmente dos menos qualificados (+)
- Melhorar a adequação das competências dos recursos humanos às necessidades do mercado de trabalho (+)
- Reforçar as atividades de aprendizagem ao longo da vida, inseridas no contexto empresarial (+)
- Potenciar a empregabilidade dos mais jovens, bem como a possibilidade de progresso profissional e pessoal através de cursos de aprendizagem (+)
- Combater as injustiças espaciais, no que se refere à integração no mercado de trabalho e à qualidade do emprego (+)
- Reforçar os apoios ao empreendedorismo e à criação de autoemprego por jovens e pessoas desempregadas (+)
- Combater o desemprego de longa duração, a informalidade económica e a precariedade laboral e social (+)
- Reforçar o estabelecimento de redes de parcerias para a formação/qualificação profissional e a inserção dos jovens no mercado de trabalho (+)

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Medidas de apoio ao emprego no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de Atuação:

IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS, PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO¹⁰⁰

Ações estratégicas: Promoção da Igualdade entre mulheres e homens

- Integração do combate à discriminação em razão do sexo e a promoção da IMH nas políticas e nas ações, dos vários níveis da Administração Pública
- Melhoria das condições para uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e na atividade profissional
- Promoção de condições para uma educação e uma formação livres de estereótipos de género
- Promoção da IMH no ensino superior e no desenvolvimento científico e tecnológico
- Promover a IMH na área da saúde ao longo dos ciclos de vida de homens e de mulheres
- Promover uma cultura e comunicação social livres de estereótipos sexistas e promotoras da IMH
- Integrar a promoção da IMH no combate à pobreza e exclusão social

Ações estratégicas: Prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica

- Erradicação da tolerância social às várias manifestações da violência, conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação
- Ampliação e consolidação da intervenção de apoio e proteção de vítimas de violência, incluindo
- Intervenção junto das pessoas agressoras, promovendo uma cultura de responsabilização

⁹⁹ Detalhado no objetivo estratégico “Igualdade entre mulheres e homens, prevenção e combate à violência e discriminação”

¹⁰⁰ As ações estratégicas definidas estão de acordo com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal + Igual, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018 de 21 de maio de 2018, nomeadamente com os objetivos estratégicos do Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH), do Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD) e do Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais (PAOIEC).

- Prevenção e combate às práticas tradicionais nefastas, nomeadamente a mutilação genital feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados
- Qualificação de profissionais e serviços para a intervenção
- Investigação, monitorização e avaliação das políticas públicas

Ações estratégicas: Combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais

- Promoção do conhecimento sobre a situação real das necessidades das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexo (LGBTI) e da discriminação em razão da identidade e expressão de género, e características sexuais
- Promoção da transversalização das questões da identidade e expressão de género e características sexuais
- Combate à discriminação em razão da identidade e expressão de género, e características sexuais e prevenção e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBTI na vida pública e privada
- Qualificação de profissionais e serviços para a intervenção

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Medidas de promoção da igualdade entre mulheres e homens, prevenção e combate à violência e discriminação no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de atuação:

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO¹⁰¹

Ações estratégicas: Concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área da Educação, Formação e Emprego¹⁰²

- Fortalecimento dos sistemas de educação, formação e emprego
 - Ajustamento dos sistemas de decisão às necessidades locais, com ênfase na maior coordenação vertical
 - Capacitação e estabelecimento de parcerias para políticas de educação, formação e emprego baseadas em evidências, a partir da monitorização da implementação e avaliação de resultados e impactos

Ações estratégicas: Concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área da Educação¹⁰³

- Elaboração de carta setorial intermunicipal da educação
- Investimento nas infraestruturas escolares – Plano de requalificação dos equipamentos escolares
- Modernização do acolhimento de crianças e da educação pré-escolar - Universalização da participação das crianças em creche e estabelecimentos de ensino pré-escolar
- Promoção do sucesso escolar, diminuição do abandono e melhoria da satisfação dos/as estudantes com o ensino e com o seu desempenho escolar e aumento dos estudantes que concluem o ensino secundário
- Desenvolvimento e valorização profissional dos/as professores/as

¹⁰¹ As ações estratégicas respondem às necessidades de melhoria identificadas pela Comissão Europeia relativamente ao sistema de ensino em Portugal – cf: *European Commission (September 2019), Education and Training Monitor 2019 – Country analysis* – em combinação com os resultados do diagnóstico também realizado pela Comissão Europeia: cf. *European Commission (September 2019), Education and Training Monitor 2019*

¹⁰² Para as ações estratégicas conjuntas na área da educação e formação, seguiu-se a orientação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para o fortalecimento do sistema de competências: cf.: OCDE (2015), *SKILLS STRATEGY DIAGNOSTIC REPORT PORTUGAL - Strengthening Portugal's skills system*

¹⁰³ Para a área da formação, as ações estratégicas definidas vão ao encontro dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais: Cf.: *European Parliament, Council and Commission (17/11/2017), European Pillar Of Social Rights – Chapter I - Equal opportunities and access to the labour market* e também incorporam os pilares e desafios definidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE): cf.: OCDE (2015), *SKILLS STRATEGY DIAGNOSTIC REPORT PORTUGAL*.

- Aumento do número de graduados do ensino superior, incluindo o aumento da oferta deste tipo de ensino, em especial em territórios de menor densidade
- Aumento da participação em cursos STEM (do inglês “*Science, Technology, Engineering and Mathematics*”), em especial das raparigas
- Desenvolvimento de competências para a vida futura e para o emprego:
 - Educação para as novas tecnologias e mundo digital: integração progressiva e uso efetivo das tecnologias digitais com recursos pedagógicos adequados, envolvendo uma mudança tecnológica e organizacional das escolas e desenvolvimento de competências dos/as professores, em todos os níveis de ensino desde o pré-escolar
 - Educação para o empreendedorismo: definição de estratégia para a integração efetiva desta dimensão nos vários níveis de ensino (adequação curricular), capacitação de professores/as e promoção da colaboração/parcerias nas comunidades
 - Educação de línguas estrangeiras: aumento dos níveis de certificação e de proficiência no domínio de uma ou mais línguas estrangeiras
- Cooperação entre o ensino, as empresas e outras instituições – Mobilidade de estudantes, investigação conjunta, desenvolvimento de currículos e inovação em educação, desde o nível das comunidades até ao nível europeu
- Territorialização e inovação nas respostas em função das características/especificidades, necessidades e oportunidades das crianças, jovens e das próprias comunidades
- Promoção do acesso a oportunidades de mobilidade em contexto europeu para estudantes, professores/as, formadores/as e pessoal não docente
- Apoio ao sistema de educação no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Ações estratégicas: Concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área da Formação¹⁰⁴

- Elaboração de carta setorial intermunicipal da formação
- Desenvolvimento de competências relevantes
 - Melhoria da equidade e da qualidade da educação
 - Reforço da capacidade de resposta da formação à procura do mercado de trabalho
- Orientação da educação de adultos e a aprendizagem ao longo da vida para as pessoas menos qualificadas
- Ativação da oferta de competências, nomeadamente através de programas de formação à medida das necessidades dos grupos com maior dificuldade no mercado de trabalho
 - Redução do desemprego jovem e de jovens que não trabalham, nem estudam - NEETs
 - Aumento da reentrada no mercado de trabalho de pessoas desempregadas de longa duração
- Utilização efetiva das competências
 - Promoção do empreendedorismo
 - Estímulo à inovação e à criação de emprego qualificado
 - Incentivo para, em especial, as PME participarem no desenvolvimento de competências dos/as trabalhadores/as
- Valorização e reforço do apoio ao ensino profissional/escolas profissionais
 - Adequação da oferta formativa (cursos profissionais/profissionalizantes) às áreas com défice de mão-de-obra

¹⁰⁴ Para a área da formação, as ações estratégicas definidas vão ao encontro dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais: Cf.: *European Parliament, Council and Commission (17/11/2017), European Pillar Of Social Rights – Chapter I - Equal opportunities and access to the labour market* e também incorporam os pilares e desafios definidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE): cf.: OCDE (2015), *SKILLS STRATEGY DIAGNOSTIC REPORT PORTUGAL*.

- Instalação num único local de um centro de formação profissional supramunicipal do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), complementar ao de Coimbra e um Pólo do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) dedicados a formar profissionais para a indústria, construção e atividades primárias
- Apoio ao sistema de formação no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de atuação:

SAÚDE¹⁰⁵

Ações estratégicas: Especialização da Região de Coimbra como Região da Saúde

- Afirmção da Região da Coimbra como Região da Saúde em todo o seu espectro, do ensino à investigação, da inovação ao mercado, na excelência das instituições e da prestação de cuidados, até às práticas mais criativas e inovadoras a nível nacional e internacional, concretizando o potencial do existente ecossistema
- Criação na Região de Coimbra de um cluster de saúde em termos de produção de medicamentos inovadores e dispositivos médicos, em articulação com os centros de investigação científica da Universidade de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, Instituto Pedro Nunes, BIOCANT, entre outros

Ações estratégicas: Cidadania em saúde – Centralidade do cidadão no sistema de Saúde, enquanto agente de participação e de mudança:

- Informação e capacitação para influenciar as decisões em política de saúde que afetam coletivamente a população, no desempenho dos seus diferentes papéis: doentes, com necessidades específicas; consumidores, com expectativas e direito a cuidados seguros e de qualidade e contribuintes do Serviço Nacional de Saúde

Ações estratégicas: Equidade e acesso adequado aos cuidados de saúde – Equilíbrio entre o Sistema de Saúde e outros setores com impacto na saúde, a nível da proximidade de serviços e a gestão racional de recursos limitados, a redundância e complementaridade de serviços oferecidos pelo setor público, privado e social e entre uma resposta compreensiva e uma resposta especializada às necessidades de saúde da população:

- Disponibilização de cuidados de qualidade, seguros, necessários e oportunos, no local tecnicamente apropriado e no momento adequado
- Redução da desigualdade através da intervenção em determinantes de saúde e, em particular, nos determinantes sociais da saúde

Ações estratégicas: Melhoria da qualidade no Sistema de Saúde - Qualidade e segurança em saúde com a adoção de medidas sustentáveis a longo prazo:

- Melhoria da equidade e do acesso aos cuidados de saúde em tempo útil, segurança e adequação, bem como da efetividade e da eficiência da sua prestação

Ações estratégicas: Desenvolvimento de políticas saudáveis - Melhoria das condições ambientais, socioeconómicas e culturais, que favoreçam uma melhor saúde individual, familiar e coletiva:

- Intervenção precoce nos fatores de risco (por exemplo, tabagismo, obesidade, ausência de atividade física, álcool) essencial para a prevenção da doença crónica e das complicações, pelo rastreio, diagnóstico precoce e promoção do acesso aos medicamentos e da adesão terapêutica, bem como pela reabilitação e/ou integração da pessoa com limitações funcionais
- Identificação de intervenções adequadas para cada *setting* em cada etapa do ciclo de vida, incluindo a família, a escola, a universidade, o local de trabalho, os locais de lazer, os lares de pessoas idosas e as unidades de prestação de cuidados de saúde

Ações estratégicas: Modernização e (re)qualificação de infraestruturas e equipamentos em saúde:

- Qualificação e consolidação da rede infraestruturas e equipamentos em saúde
 - Construção da nova Maternidade de Coimbra

¹⁰⁵ As ações estratégicas definidas estão alinhadas com os eixos estratégicos do Plano Nacional de Saúde – Revisão e Extensão a 2020, Cf. Direção Geral de Saúde (2019), *Plano Nacional de Saúde – Revisão e Extensão a 2020*

- Reclassificação do Hospital dos Covões e da respetiva urgência hospitalar, dado que a Região de Coimbra precisa de dois hospitais centrais, como já teve no passado (a pandemia de COVID-19 veio evidenciar ainda mais esta necessidade)
- Requalificação e modernização do IPO de Coimbra
- Requalificação do CHUC
- Requalificação do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais
- Reforço da rede de cuidados de saúde primários, da rede de cuidados continuados e de proximidade:
 - construção/requalificação de centros de saúde/extensão de saúde e unidades móveis de saúde
 - construção/requalificação de unidades de cuidados continuados e para doenças metais (ex.: Hospital da Misericórdia da Mealhada)
- Reforço das camas de cuidados intensivos nos vários equipamentos hospitalares públicos
- Criação de mecanismo de apoio aos hospitais de base municipal pertencentes a misericórdias, como forma de aliviar a excessiva procura pelos hospitais centrais

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Apoio ao sistema de saúde no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19
- Preparação das unidades de saúde para situações de emergência/urgência e novos contágios em contextos epidémicos/pandémicos

Eixo de atuação:

ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL¹⁰⁶

Ações estratégicas: Promoção de iniciativas e práticas na área da saúde que visem reduzir a prevalência, adiar o aparecimento e controlar o agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas e potenciar a sua autonomia, nomeadamente pela:

- Criação de uma estrutura na CIM Região de Coimbra dedicada ao envelhecimento ativo e saudável
- Promoção de estilos de vida saudável e vigilância da saúde (!)
- Gestão dos processos de comorbilidade (!)
- Programa de apoio ao envelhecimento ativo e saudável constituindo-se a Região de Coimbra como laboratório vivo para aplicação do projeto/metodologia

Ações estratégicas: Promoção da educação e formação ao longo do ciclo de vida, incluindo:

- Estratégias de promoção da literacia em saúde(!) e da literacia digital
- Incentivo à criação de ambientes físicos e sociais protetores e potenciadores da integração e da participação das pessoas idosas na sociedade e nos processos de decisão que afetam a sua vida (!)

Ações estratégicas: Apoio a iniciativas e práticas que visem minimizar riscos e promover o bem-estar e a segurança das pessoas idosas, pela:

- Criação de ambientes físicos que garantam a segurança (!)
- Identificação, sinalização e suporte em situação de vulnerabilidade (!)
- Promoção da atividade física sénior, com a criação de condições e equipamentos adequados para a sua realização autónoma ou com supervisão e com a articulação em rede de municípios, respostas sociais, saúde e universidade

¹⁰⁶ As ações estratégicas contempladas estão em consonância os eixos estratégicos previstos na ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL 2017-2025, Cf. Direção-Geral da Saúde (10 de julho de 2017) e estão assinaladas com um ponto de exclamação (!). Incluem-se ainda um conjunto de ações alinhadas com os objetivos do consórcio Ageing@Coimbra (referenciado e descrito na nota 49) – assinaladas com um sinal de adição (+).

Ações estratégicas: Promoção da investigação científica na área do envelhecimento ativo e saudável, potenciando:

- Levantamento de necessidades (!)
- Desenvolvimento, monitorização e avaliação de intervenções (!)
- Disseminação de boas práticas e da inovação (!)

Ações estratégicas: Valorização do papel da pessoa idosa na sociedade e a aplicação de boas práticas em prol do seu bem-estar geral e de um envelhecimento ativo e saudável, no contexto do Ageing@Coimbra¹⁰⁷, através da:

- Identificação de projetos de boas práticas em curso ou a desenvolver na Região Centro (+)
- Identificação de parceiros que contribuam para o crescimento do consórcio (+)
- Criação de parcerias na rede europeia de saúde e envelhecimento (+)

Ações estratégicas: Dinamização da *Silver Economy*¹⁰⁸:

- Respostas adequadas em matérias de saúde e de manutenção da independência das pessoas seniores, em especial nas seguintes áreas: saúde e serviços médico-sociais, autonomia pessoal e cuidados ao domicílio, habitat e urbanismo, transporte e mobilidade, prevenção dos efeitos do envelhecimento: alimentação, desporto e bem-estar, bem envelhecer, turismo de saúde
- Acesso das empresas às oportunidades de mercado da *Silver Economy*
- Qualificação do território como região com potencial de acolhimento de pessoas seniores

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Medidas no contexto do envelhecimento ativo e saudável que contribuam para minimizar o impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de atuação:

INCLUSÃO E PROTEÇÃO SOCIAL¹⁰⁹

Ações estratégicas: Concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais na área da Inclusão e Proteção Social, nas seguintes dimensões:

- Acolhimento e apoio a crianças
- Proteção social adequada às alterações demográficas
- Proteção no desemprego
- Rendimento e pensões das pessoas idosas
- Inclusão de pessoas com incapacidade

¹⁰⁷ O Ageing@Coimbra é consórcio de parceiros públicos e privados, membro da Parceria Europeia de Inovação para o Envelhecimento Ativo e Saudável (EIP AHA) e da Comunidade de Inovação e Conhecimento (*KIC, EIT Health*) que obteve o reconhecimento máximo para a Região Centro como uma das 77 Regiões Europeias de Referência em Envelhecimento Ativo e Saudável. A concentração de recursos que alimenta o triângulo do conhecimento Ensino/Inovação/Investigação provém de ativos muito valiosos no setor da saúde e do envelhecimento, da Região Centro e designadamente do território da CIM RC, tais como a Universidade de Coimbra, diversas instituições de saúde da Região (entre as quais o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra) e entidades de transferência de tecnologia e incubação de empresas (como o Instituto Pedro Nunes e o Biocant). Cf. Ageing@Coimbra (2019), *Quem somos?*, acessado *on line* a 24 de fevereiro de 2020, em <https://ageingcoimbra.pt/#/sobre>; cf.: Ageing@Coimbra (s/data), *Sobre o Ageing@Coimbra*

¹⁰⁸ Cf.: ICT4SILVER (2018), *O que é a Silver Economy?*, acessado *on line* a 27 de fevereiro de 2020, em <https://www.ict4silver.eu/silver-economy/?lang=pt-pt>

¹⁰⁹ Para a área da Inclusão e Proteção Social, as ações estratégicas definidas vão ao encontro dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais: Cf.: *European Parliament, Council and Commission (17/11/2017), European Pillar Of Social Rights – Chapter*

- Acolhimento e inclusão de pessoas migrantes e refugiados
- Cuidados continuados e paliativos
- Habitação
 - Programa de construção e reabilitação de habitações sociais municipais e sua envolvente
 - Programa de alojamento em habitação a preços acessíveis/custos controlados
 - Programa de habitação com capacidade temporária para situações de alojamento de emergência
- Assistência pessoas sem abrigo
- Intervenção comunitária
- Acesso a serviços essenciais de interesse geral

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Medidas de apoio à inclusão e proteção social no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de atuação:

JUSTIÇA¹¹⁰ E SEGURANÇA

Ações estratégicas: Reforço do acesso à justiça e à proximidade aos respetivos serviços

- Aproximação da justiça aos cidadãos, assegurando a distribuição territorial equitativa dos tribunais e serviços associados
- Promoção da linha de justiça em localidades de maior vulnerabilidade territorial
- Requalificação/modernização de equipamentos e infraestruturas de justiça, segurança e defesa
- Garantir as condições de segurança, os direitos dos cidadãos e a legalidade democrática

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Medidas no contexto da justiça e segurança que contribuam para minimizar o impacto da pandemia por COVID-19

¹¹⁰ Esta ação está de acordo com o previsto no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Agenda para o Território (20 julho 2018), pp. 52

Tabela 46: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS – Eixos de atuação e ações estratégicas

Área Estruturante:
CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS
Eixo de Atuação:
CULTURA¹¹¹
<p>Ações estratégicas: Incentivo à produção e difusão cultural das artes do espetáculo (teatro, dança, música, artes performativas e multimédia), artes plásticas, design, fotografia, cinema e audiovisual, bem como outras áreas artísticas de cruzamento disciplinar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção da criação artística e cultural que assegure a diversificação, descentralização, difusão e o alcance, desenvolvimento e adesão de diferentes públicos • Desenvolvimento de mecanismos de diagnóstico e avaliação das iniciativas culturais e artísticas regionais operando um mapeamento eficaz e atualizado de recursos culturais, artísticos e criativos, capaz de reequacionar modalidades de coprodução, de cofinanciamento, de cocriação e de co comunicação • Apoio à criação e consolidação de ciclos, mostras e festivais das áreas acima referidas • Apoio à valorização de conteúdos e coleções e à modernização dos museus da CIM Região de Coimbra • Fomento de projetos culturais e pedagógicos que promovam e divulguem manifestações culturais tradicionais da CIM Região de Coimbra (por exemplo: a Arte Xávega) • Estabelecimento de parcerias com outras entidades e instituições do sector público e privado com vista à valorização e dinamização dos bens e dinâmicas culturais da CIM Região de Coimbra • Reconversão de estruturas locais para fins culturais conexas com tradições ou personalidades de mérito reconhecido pela sociedade • Estímulo ao diálogo interdisciplinar nas artes e a sua participação em políticas intersectoriais articulando, nomeadamente, com a ação social, a educação, a ciência, a economia e o desenvolvimento • Promoção do empreendedorismo cultural e criativo e da instalação de indústrias culturais e criativas relacionadas com as dinâmicas do território • Articulação entre as ações nos eixos da cultura, património e turismo • Coimbra Capital Europeia da Cultura 2027 – Apoio à promoção e ao desenvolvimento das atividades inerentes à mesma
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao setor da cultura no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

¹¹¹ As ações no eixo da Cultura conjugam e adaptam os seguintes programas e plano: *Plano de Atividades 2019 da Direção Regional de Cultura do Centro*, acedido *on line* em 11 de março de 2020, em: <https://www.culturacentro.gov.pt/media/8919/drcc-plano-de-atividades-2019.pdf>; *Programa de Apoio à Ação Cultural na Região Centro – Normas 2020*, acedido *on line* em 11 de março de 2020 em https://www.culturacentro.gov.pt/media/9738/normas_paac_2020.pdf; *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Agenda para o Território* (20 julho 2018); o *Programa do XXII Governo Constitucional*, acedido *on line* em 11 de março de 2020, em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=programa-do-xxii-governo-constitucional>. Integra também investimentos/ações considerados relevantes pela CIM Região de Coimbra para integrar o Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030), conforme documento submetido ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas no âmbito do processo de auscultação pública (14/09/2018)

Eixo de atuação:

PATRIMÓNIO¹¹²

Ações estratégicas: Valorizar os ativos territoriais patrimoniais

- Promoção da preservação e valorização do património edificado, segundo as normas técnicas e as regras da arte
- Promoção de uma melhor gestão do património cultural e natural
- Condições para a resiliência do património cultural em perigo
- Reforço do valor económico e social do património cultural e natural, assegurando o acesso e a sua exploração de forma sustentável
- Requalificação/reutilização de equipamentos culturais da Região de Coimbra, tais como o Mosteiro de Lorvão, Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) de Figueira de Lorvão
- Valorização do património natural e cultural, sua reabilitação física e requalificação, por exemplo do Eixo da Romanização, tendo em vista a classificação de Conímbriga como Património Mundial da UNESCO
- Apoio à candidatura da Mata Nacional do Bussaco a Património Mundial da UNESCO, através da requalificação/renovação do Palácio do Bussaco
- Incremento do conhecimento, fruição e responsabilização dos cidadãos na governança do património cultural e natural
- Fomento de redes de parceria e de desenvolvimento em torno do património cultural e natural
- Articulação entre as ações nos eixos do património, cultura e turismo

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Medidas no contexto do património que contribuam para minimizar o impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de atuação:

TERCEIRO SETOR - ASSOCIATIVISMO de base local, social, cultural, recreativo, desportivo e de defesa de causas

Ações estratégicas: Capacitação de agentes de intervenção

- Desenvolvimento das competências de dirigentes associativos, chefias, colaboradores e voluntários
- Promoção do voluntariado

Ações estratégicas: Qualificação da intervenção

- Promoção da melhoria do desempenho organizacional, em termos de eficiência/eficácia da gestão e qualidade dos serviços/atividades/iniciativas
- Certificação das respostas sociais
- Apoio à construção, modernização, reabilitação e alargamento de infraestruturas e equipamentos de reconhecido mérito e/ou necessidade para o associativismo de base local, social, cultural, recreativa, desportiva e de defesa de causas
- Programa de investimento na criação e requalificação dos equipamentos sociais apoiado pelo Estado, abrangendo equipamentos destinados à infância, às incapacidades, à proteção social e à terceira idade, entre outras respostas sociais a considerar, que integre a participação ativa dos Municípios e disponibilização dos serviços a preços acessíveis

Ações estratégicas: Sustentabilidade do sector

¹¹² Esta ação na área do Património está globalmente de acordo como no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Agenda para o Território (20 julho 2018), pp. 71 e integra também investimentos/ações considerados relevantes pela CIM Região de Coimbra para integrar o Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030), conforme documento submetido ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas no âmbito do processo de auscultação pública (14/09/2018)

- Elaboração de carta setorial intermunicipal do terceiro setor - associativismo de base local, social, cultural, recreativo, desportivo e de defesa de causas
- Promoção da inovação e do empreendedorismo social
- Mecanismos de financiamento adequados
- Programa de apoios ao associativismo e instituições de solidariedade social
- Criação de redes, promoção do trabalho em parceria e adoção de instrumentos de comunicação e coordenação
- Estudo estratégico para a evolução e sustentabilidade do terceiro setor - associativismo, tendo em conta a evolução demográfica, cultural, tecnológica e climática, risco pandémico entre outros

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Apoio ao terceiro setor/associativismo no contexto da resposta ao impacto da pandemia por COVID-19

Eixo de atuação:

GOVERNAÇÃO

Ações estratégicas: Comunicação, implementação, monitorização e avaliação da EIDT, envolvendo os agentes regionais, stakeholders e comunidade, numa perspetiva de participação, inovação, desenvolvimento e também de territorialização das intervenções

- Comunicação da estratégia no território, junto de agentes, *stakeholders* e comunidade
- Capacitação dos agentes regionais para a implementação da estratégia
- Adoção de perspetiva territorial da implementação da estratégia, respeitando especificidades e promovendo a coesão
- Promoção da abertura ao exterior e a aprendizagem contínua, tendo em vista a qualidade e a inovação territorial, nomeadamente através do trabalho em rede, em parceria, da cocriação e de processos participativos
- Valorização do papel da Sociedade Civil e das Empresas, através das suas estruturas representativas e de proximidade, nomeadamente, através de mecanismos de participação na definição estratégica, implementação de ações, acompanhamento e avaliação
- Adoção de critérios que valorizem ações que contribuem e incorporam dimensões críticas para o desenvolvimento, tais como: alterações climáticas, economia circular, demografia, digitalização, inovação,
- emprego, igualdade, entre outras
- Adoção de mecanismos para aumentar a participação pública nas estratégias locais e na EIDT
- Monitorização e avaliação periódica do processo e dos resultados da implementação da EIDT

Ações estratégicas: Modernização e eficiência administrativa¹¹³

- Melhoria da eficiência interna e capacidade institucional da administração pública (*)
- Desenvolvimento de competências para agentes da administração pública (!)
- Capacitação institucional de parcerias institucionais para o desenvolvimento (*)
- Promoção da inovação, de uma administração e serviços públicos em rede e da sua transformação digital (*!)

Ações estratégicas: Impacto da pandemia por COVID-19

- Adequação da estratégia e do seu modelo de governação para responder e minimizar o impacto da pandemia por COVID-19

¹¹³ No que respeita às ações de promoção da Modernização e eficiência administrativa mantiveram-se as ações estratégicas já contempladas na EIDT 2014-2020 - assinaladas com um asterisco (*) e incluíram-se/atualizaram-se outras decorrentes do processo de auscultação dos atores chave – assinaladas com um ponto de exclamação (!).

6. Governação

6.1 O modelo de governação em vigor

A CIM Região de Coimbra é uma comunidade intermunicipal que integra os municípios de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua, Vila Nova de Poiares, constituída ao abrigo da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

São órgãos da CIM-RC¹¹⁴ a assembleia intermunicipal, o conselho intermunicipal, o secretariado executivo intermunicipal e o conselho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal.

A **Assembleia Intermunicipal** é constituída por membros das assembleias municipais, eleitos de forma proporcional, nos seguintes termos:

- a) Dois nos municípios até 10.000 eleitores;
- b) Quatro nos municípios entre 10.001 e 50.000 eleitores;
- c) Seis nos municípios entre 50.001 e 100.000 eleitores;
- d) Oito nos municípios com mais de 100.000 eleitores.

São competências da Assembleia Intermunicipal:

- a) Eleger a mesa da assembleia intermunicipal;
- b) Aprovar, sob proposta do conselho intermunicipal, as opções do plano e a proposta de orçamento e as suas revisões;
- c) Aprovar, sob proposta do conselho intermunicipal, o mapa de pessoal;
- d) Apreçar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- e) Eleger, sob proposta do conselho Intermunicipal, o secretariado executivo intermunicipal;
- f) Aprovar o seu regimento e os regulamentos, designadamente de organização e funcionamento;
- g) Aprovar moções de censura ao secretariado executivo intermunicipal;
- h) Aprovar e alterar os estatutos, sob proposta do conselho intermunicipal.
- i) Autorizar, sob proposta do Conselho Intermunicipal, a contratação de empréstimos, nos termos da lei;
- j) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, pelos estatutos ou pelo regimento.

O **Conselho Intermunicipal** é constituído pelos presidentes das câmaras municipais dos municípios que integram a CIM Região de Coimbra. Compete ao Conselho Intermunicipal:

- a) Eleger o seu presidente e vice-presidentes, na sua primeira reunião;
- b) Definir e aprovar as opções políticas e estratégicas da CIM Região de Coimbra;

¹¹⁴ Cf.: Estatutos CIM-Região de Coimbra, aprovados na reunião de 14 de janeiro de 2014 da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 2º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, CIM Região de Coimbra (2017), *Quem somos*. On line em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/quem-somos/>

- c) Submeter à Assembleia Intermunicipal a proposta do plano de ação da comunidade intermunicipal e o orçamento e as suas revisões;
- d) Aprovar as alterações orçamentais, sob proposta do secretariado executivo intermunicipal;
- e) Aprovar os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal, cujos regimes jurídicos são definidos em diploma próprio, incluindo:
 - i) Plano intermunicipal de ordenamento do território;
 - ii) Plano intermunicipal de mobilidade e logística;
 - iii) Plano intermunicipal de proteção civil;
 - iv) Plano intermunicipal de gestão ambiental;
 - v) Plano intermunicipal de gestão de redes de equipamentos de saúde, educação, cultura e desporto;
- f) Propor ao Governo os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal;
- g) Pronunciar -se sobre os planos e programas da administração central com interesse intermunicipal;
- h) Acompanhar e fiscalizar a atividade do secretariado executivo intermunicipal, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local;
- i) Apreciar, com base na informação disponibilizada pelo secretariado executivo intermunicipal, os resultados da participação da CIM Região de Coimbra nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
- j) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços da CIM Região de Coimbra;
- k) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para a CIM Região de Coimbra;
- l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as câmaras municipais contratos de delegação de competências, nos termos previstos na lei;
- m) Aprovar a celebração de contratos de delegação de competências com o Estado e com os municípios, bem como a respetiva resolução e revogação;
- n) Autorizar a CIM Região de Coimbra a associar -se com outras entidades públicas, privadas ou do setor social e cooperativo, a criar ou participar noutras pessoas coletivas e a constituir empresas locais;
- o) Propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;
- p) Deliberar sobre a existência e o número de secretários intermunicipais, no limite máximo de dois, e se os mesmos são remunerados, nos termos da presente lei;
- q) Aprovar o seu regimento;
- r) Aprovar, sob proposta do Secretariado Executivo Intermunicipal, os regulamentos com eficácia externa;
- s) Aprovar as taxas da CIM Região de Coimbra e fixar o respetivo valor;
- t) Deliberar sobre a forma de imputação material aos municípios integrantes da CIM Região de Coimbra das despesas não cobertas por receitas próprias;
- u) Aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da CIM Região de Coimbra e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas;
- v) Aprovar a constituição da entidade gestora da requalificação nas autarquias, bem como o regulamento específico;
- w) Definir os preços relativos a serviços prestados e bens fornecidos;
- x) Apresentar à Assembleia Intermunicipal, para apreciação e votação, os documentos de prestações de contas da CIM Região de Coimbra;
- y) Fixar o limite de autorização de despesas para efeitos de contratualização de empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços por parte do secretariado executivo intermunicipal;

- z) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa se encontre acima do limite fixado na alínea anterior;
- za) Autorizar a alienação de bens imóveis cujo valor se encontre acima do limite fixado na alínea seguinte;
- zb) Fixar o valor a partir do qual a alienação de bens imóveis pelo secretariado executivo.

O **Secretariado Executivo Intermunicipal** é constituído por um primeiro-secretário e, mediante deliberação unânime do conselho intermunicipal, até dois secretários intermunicipais. Compete ao secretariado executivo intermunicipal:

- a) Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Intermunicipal os planos necessários à realização das atribuições intermunicipais;
- b) Participar, com outras entidades, no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições da CIM Região de Coimbra, emitindo parecer a submeter a apreciação e deliberação do conselho intermunicipal;
- c) Assegurar a articulação entre os municípios e os serviços da administração central;
- d) Colaborar com os serviços da administração central com competência no domínio da proteção civil e com os serviços municipais de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos, bem como nas operações de proteção, socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe;
- e) Participar na gestão de programas de desenvolvimento regional e apresentar candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas;
- f) Preparar para o conselho Intermunicipal a proposta do plano de ação e a proposta do orçamento, assim como as respetivas propostas de alteração e revisão;
- g) Executar as opções do plano e o orçamento;
- h) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa se encontre abaixo do limite definido pelo conselho intermunicipal;
- i) Autorizar o pagamento de despesas até ao valor fixado na alínea anterior;
- j) Alienar bens imóveis em hasta pública, por autorização do Conselho Intermunicipal;
- k) Preparar para o conselho intermunicipal a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da CIM Região de Coimbra e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas;
- l) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse intermunicipal, em parceria com entidades da administração central;
- m) Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Intermunicipal, projetos de regulamentos com eficácia externa da CIM Região de Coimbra;
- n) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, cuja autorização de despesa se encontre abaixo do limite definido pelo conselho intermunicipal.
- o) Dirigir os serviços intermunicipais;
- p) Alienar bens móveis, dependente de autorização quando o valor se encontre acima do limite definido pelo conselho intermunicipal;
- q) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- r) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
- s) Enviar ao Tribunal de Contas as contas da CIM Região de Coimbra;
- t) Executar projetos de formação dos recursos humanos dos municípios;
- u) Executar projetos de apoio à gestão municipal;
- v) Exercer as competências delegadas nos termos dos contratos inter administrativos;

- w) Assegurar o cumprimento das deliberações do Conselho Intermunicipal;
- x) Apresentar propostas ao Conselho Intermunicipal sobre matérias da competência deste;
- y) Exercer as demais competências legais.

O **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI)** é um órgão de natureza consultiva destinado ao apoio no processo de decisão dos restantes órgãos da CIM Região de Coimbra. É constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais. Compete ao conselho intermunicipal deliberar sobre a composição em concreto do conselho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal. Os atuais membros do CEDI são os seguintes:

- *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*
- *Universidade de Coimbra*
- *Instituto Politécnico de Coimbra*
- *Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra*
- *Instituto Pedro Nunes*
- *Centro Distrital do Instituto de Segurança Social*
- *Direção Regional de Agricultura e Pescas*
- *Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*
- *Administração Regional de Saúde do Centro*
- *Direção Regional de Cultura do Centro*
- *Serviços do Centro da Direção Geral de Estabelecimentos Educativos*
- *Turismo Centro de Portugal*
- *Delegação Regional do Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional*
- *Direção Regional da Administração da Região Hidrográfica do Centro*
- *Conselho Empresarial do Centro*
- *Direção Regional IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação*
- *Direção Regional do Instituto Português do Desporto e da Juventude*
- *Administração do Porto da Figueira da Foz*
- *União das Misericórdias Portuguesas*
- *União para as Instituições Particulares de Solidariedade Social*
- *Cáritas Diocesana de Coimbra*
- *Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Coimbra*
- *Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana*
- *Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra*
- *Associação Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego*
- *Associação Nacional de Escolas Profissionais*
- *ADICES - Associação de Desenvolvimento Local*
- *Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra*
- *Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego*
- *Associação Terras de Sico - Associação de Desenvolvimento*
- *Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça*

6.2 As recomendações do PNPOT

O PNPOT recomenda três objetivos essenciais para promover uma governança territorial mais eficaz, eficiente, transparente e responsável:

Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível

Passa pelo reforço da coordenação entre os vários níveis de governação territorial: nacional, regional, metropolitano e intermunicipal e municipal, bem como promover a desburocratização, uma melhor fiscalização *ex post* e mais e melhor divulgação das atuações públicas e dos resultados que vão sendo alcançados, através de:

- Uma nova cultura nos serviços da administração pública, mais pró-ativa e focada na obtenção de resultados e na resolução de problemas;
- Processos de governança ascendentes (*bottom-up*), que partam da identificação das necessidades locais e regionais e do papel que os diversos atores devem desempenhar, tendo em vista aprofundar ou complementar as políticas nacionais ou europeias;
- A diversidade de soluções, em função dos problemas a abordar, das características dos *stakeholders* e dos contextos de desenvolvimento;
- O empoderamento de um maior número de indivíduos ou de recursos humanos institucionais capazes de dinamizar e liderar processos de governança territorial, de tomar iniciativas e desencadear processos inovadores, rentabilizando as respetivas redes de contatos e os conhecimentos e competências adquiridas;
- A capacidade administrativa, técnica e financeira para gerir os processos de tomada de decisão.
- A criação de estratégias territoriais partilhadas, processos de governança colaborativa, comunicação orientada para o envolvimento de diferentes públicos,
- A adoção de processos de aprendizagem institucional contínua, maiores níveis de responsabilização institucional (*accountability*) e modelos de oferta de serviços alternativos (multifunções e público-privados, entre outros).
- O fomento de modelos de governação mais transparentes e eficientes (*smart government*) através da redução da burocracia e da criação de novas oportunidades de auscultação e de colaboração entre agentes de diferentes esferas (por exemplo, a utilização de tecnologias digitais facilitadoras de participação e colaboração à distância).

Promover redes colaborativas de base territorial

Este objetivo assenta numa maior descentralização das decisões públicas e novos modelos de governação regional e sub-regional que agregar atores, formais e informais, dos setores público e privado para a prossecução das suas estratégias. Em concreto, aponta-se para:

- O Reforço e valorização do papel dos Grupos de Ação Local (GAL) enquanto agentes de mudança dinamizadores de desenvolvimento dos territórios nas suas múltiplas configurações e naturezas (rural, costeiro e urbano). Tendo de se assegurar em simultâneo um modelo de governação dos instrumentos de política financiadores adequado à prossecução dos objetivos e metas a atingir, definidos pelas comunidades locais nas suas Estratégias de Desenvolvimento Local.

- A afirmação das Comunidades Intermunicipais (CIM), correspondentes a NUTS III, enquanto espaços de racionalidade estratégica, de cooperação e de intervenção intermunicipal, com escala adequada para uma vasta gama de áreas de atuação das políticas públicas.
- A adoção de medidas específicas de política destinadas a capacitar e a mobilizar o tecido institucional, tendo em vista a qualificação da sua atuação no apoio ao ordenamento do território, traduzidas na afetação de recursos e de competências, na disponibilização de plataformas de cooperação e na legitimação da interlocução com os diferentes níveis de governo e com a administração.
- A consolidação de parcerias, redes e alianças regionais e sub-regionais, ao nível institucional, comunitário e empresarial, de forma a apoiar a construção, consensualização e apropriação de estratégias e a sua implementação, bem como a monitorização e avaliação dos resultados.
- A incorporação de objetivos ambientais, sociais e culturais nos objetivos económicos torna-se uma parte indispensável do modelo de desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Uma abordagem de base territorial constitui um forte incentivo à criação de sinergias, traduzidas em ganhos de sustentabilidade.
- A busca sistemática de soluções inovadoras para problemas, obstáculos e constrangimentos sentidos nos vários territórios com base quer em processos de “aprender fazendo”, quer em ferramentas e metodologias novas (*design thinking*, prototipagem, cenarização, *service design*, entre outras).

Aumentar a Cultura Territorial

O reforço da cultura territorial implica intervenções a vários níveis, tais como:

- Nova cultura de território, centra-se no papel da educação (informação, conhecimento, valores, comportamentos) na importância das campanhas de sensibilização e consciencialização e no papel da comunicação social;
- Nova cultura de ordenamento do território, passa por um reforço das competências técnicas e relacionais, uma maior capacitação institucional, numa maior aposta na governação colaborativa e na governança territorial e nas próprias práticas de planeamento e de monitorização e avaliação.

6.3 Outros princípios para a governação

Do resultado da auscultação dos vários atores nesta revisitação da estratégia, resultaram os seguintes princípios como aqueles mais importantes para o exercício de governação na execução da estratégia.

- SIMPLIFICAÇÃO – processos burocráticos simplificados
- DIGITALIZAÇÃO – desmaterialização
- INOVAÇÃO – indicadores complementares aos oficiais, recolhidos de outras fontes que permitam ação mais imediata face ao desenvolvimento da atualidade
- COMUNICAÇÃO – promover a disseminação de informação

- CAPACITAÇÃO – ações que permitam a apropriação da estratégia e facilitem a sua execução
- TERRITORIALIZAÇÃO – adequação da estratégia às especificidades intra território
- COERÊNCIA – coordenação/concertação/articulação entre os vários níveis de estratégia territorial (nomeadamente entre os GAL e a CIM)
- ACOMPANHAMENTO – monitorização dos processos e da execução, introdução de medidas corretivas
- AVALIAÇÃO – aferição de resultados
- ADEQUAÇÃO – ajustar/corrigir o plano de ação em função da dinâmica e evolução do contexto e da situação social e económica

6.4 Resumo das recomendações e princípios orientadores para a implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2021-2027

- Coordenação:

Enfoque na articulação entre os vários níveis de governação territorial: nacional, regional, metropolitano e intermunicipal e municipal. A governação deverá privilegiar uma abordagem NUT III sempre que a mesma se materializar em ganhos de eficiência e de escala respeitando esta, sempre, a autonomia do poder local. De igual forma deverão as diferentes abordagens territoriais alinhar e convergir para a estratégia da NUT III sendo esta a escala preferencial para a discussão entre os diversos atores territoriais.

- Cultura Territorial:

O modelo de dispersão territorial na maior CIM de Portugal obriga a olhar para as sedes de concelho de todos os municípios da CIM RC como verdadeiros “centros urbanos regionais”, a par da importância de outros núcleos que pelo seu efeito polarizador incorporam a função de outros centros urbanos. Ressalta assim a necessidade de um quadro de atuação multifacetado que permita intervenções estruturantes do aglomerado mais rural ao centro urbano mais densificado. O modelo territorial deverá ainda ter em atenção as competências próprias e o processo de descentralização de competências, e desejavelmente limitar as suas abordagens à escala municipal e/ou CIM. Este novo modelo territorial deverá atender à realidade espelhada no PNPT atendendo ao atual quadro de mudanças sociodemográficas e também ao contexto das alterações climáticas.

- Capacitação:

Reforço da capacidade administrativa, técnica e financeira para gerir os processos de tomada de decisão, mas também do empoderamento de um maior número de indivíduos ou de recursos humanos institucionais capazes de dinamizar e liderar processos de governança territorial, de tomar iniciativas e desencadear processos inovadores, rentabilizando as respetivas redes de contatos e os conhecimentos e competências adquiridas.

- Inovação:

A busca sistemática de soluções inovadoras para problemas, obstáculos e constrangimentos sentidos nos vários territórios com base quer em processos de “aprender fazendo”, quer em ferramentas e metodologias novas (*design thinking*, prototipagem, cenarização, *service design*, entre outras).

- Participação:

Processos de governança ascendentes (*bottom-up*), que partam da identificação das necessidades locais e regionais e do papel que os diversos atores devem desempenhar, tendo em vista aprofundar ou complementar a implementação desta estratégia.

- Simplificação:

O fomento de modelos de governação mais transparentes e eficientes (*smart government*) através da redução da burocracia e da criação de novas oportunidades de colaboração entre agentes de diferentes esferas (por exemplo, pela utilização de tecnologias digitais facilitadoras de participação e colaboração à distância).

- Avaliação:

Reforço dos mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação já previstos na “Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2014 2020”.

- Adequação:

Em contextos de incerteza e/ou de alteração significativa da situação de partida, adequar a estratégia (re)definindo objetivos e ajustando/corrigindo o plano de ação em função da dinâmica, evolução e impactos na situação social e económica.

- Divulgação:

Promover mais e melhor divulgação das atuações públicas e dos resultados que vão sendo alcançados, com uma comunicação orientada para o envolvimento de diferentes públicos.

6.5 Fontes de Financiamento

A implementação d EIDT 2021-27 da CIM Região de Coimbra tem de ser acompanhada pela mobilização de fontes de financiamento suficientes e adequadas, entre as quais se adiantam as seguintes:

- i) Fundos europeus:
 - a. Os fundos europeus do novo Acordo de Parceria (Fundos da Política de Coesão) e do PEPAC (Fundos da Política Agrícola Comum e do Desenvolvimento Rural);
 - b. Os fundos adicionais do pacote do *Next Generation EU*, principalmente do Instrumento Recuperação e Resiliência (que financiará o PRR), do *REACT* -

Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe e do Fundo de Transição Justa;

- c. Os fundos europeus de gestão centralizada, principalmente do Horizonte Europa e do CEF - *Connecting European Facility*.
- ii) Outros fundos nacionais:
 - a. Orçamento do Estado e
 - b. fundos específicos, nomeadamente o Fundo Ambiental.
- iii) Empréstimos de instituições financeiras nacionais ou internacionais, como, por exemplo, o Banco Europeu de Investimento.
- iv) Fontes de financiamento do setor privado.

7. Bibliografia

- Ageing@Coimbra (2019), *Quem somos*. On line em <https://ageingcoimbra.pt/#/sobre>
- Agência Nacional de Inovação-ANI (2018), *Mapeamento das Infraestruturas Tecnológicas Portuguesas 2016*. On line em: https://www.ani.pt/media/4382/caracteriza%C3%A7%C3%A3o-infraestruturas-tecnol%C3%B3gicas_v4_2018.pdf
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (novembro de 2019), *Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020, no Contexto da Convergência e Coesão Territorial – Relatório Final*. On line em: https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/avaliacao/relatorio_final_22nov2019.pdf
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (s/data), *Serviços Sociais de Interesse Geral e Coesão Territorial*. On line em: https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/relatorio_desenvolvimento_coesao_adc_capitulo_2.pdf
- ANI-Agência Nacional de Inovação (2017), *Monitorização e avaliação da estratégia nacional para uma especialização*. On line em: <https://www.ani.pt/Content/documents/Relatorio-monitoriza%C3%A7%C3%A3o-ENEI.pdf>
- Anúncio n.º 49/2014, de 19 de fevereiro, *Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/3471657/details/maximized>
- Associação dos Portos de Portugal-APP (s/data), *Porto da Figueira da Foz*. On line em: <http://www.portosdeportugal.pt/app/portos/figueira-da-foz.php>
- CIM Região de Coimbra (s/data), Notícias, Região de Coimbra aprova Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2021-2027 e inicia auscultação pública para recolha de contributos. On line em: https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/regiao-de-coimbra-aprova-estrategia-integrada-de-desenvolvimento-territorial-2021-2027-e-inicia-auscultacao-publica-para-recolha-de-contributos/?fbclid=IwAR1QCV8bIOWrFkLsBZti_gdLT_LWBsSjCzH5xBYNdn4LI-k7O5z9Vj7QeI0
- CIM Região de Coimbra – Conselho Intermunicipal (10/08/2020), *Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 – Contributos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra*
- CIM Região de Coimbra (20/07/2018), *Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável na Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra - Atualização (2018)*. On line em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/o-que-fazemos/estudos-e-planeamento/pamus-plano-de-acao-de-mobilidade-urbana-sustentavel/>
- CIM Região de Coimbra (2017), *Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM Região de Coimbra*. On line em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/wp-content/uploads/2018/10/PIAAC-CIM-RC-vers%C3%A3o-web.pdf>
- CIM Região de Coimbra (2017), *Região de Coimbra Turismo 2020 – Promoção Integrada dos Produtos Turísticos da Região de Coimbra*. On line em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/projeto-regiao-de-coimbra-turismo-2020-promocao-integrada-dos-produtos-turisticos-da-regiao-de-coimbra/>;
- CIM Região de Coimbra (2017), *Viver-Educação*. On line em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/viver/educacao/>

CIM Região de Coimbra (2017). *Quem somos*. On line em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/quem-somos/#>

CIM Região de Coimbra (2017). *Viver-População*. On line em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/viver/populacao/>

CIM Região de Coimbra (dezembro 2014), *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2014-2020*. On line em: https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/wp-content/uploads/2018/06/RCoimbra_EIDT_v2.pdf

CITIUS, Ministério da Justiça (2019), *Contactos dos Tribunais*. On line em: <https://www.citius.mj.pt/portal/contactostribunais.aspx>;

Coimbra2030 (s/data), *Sobre*. On line em: <http://coimbra2030.pt/>

Coimbra2030 (1-5 junho 2020), *Economia pós-pandemia. Que futuro?* On line em: https://www.uc.pt/feuc/coimbra2030/repositorio_imagens/operacao/economia_pos_pandemia_que_futuro

Coimbra2030 (s/data), *Indicadores*. On line em: <https://linktr.ee/coimbra2030>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro-CCDRC (janeiro de 2021), *Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro, Revisão para o período 2021-2027*, Documento de trabalho

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro-CCDRC (13 de novembro de 2020), *Notícias: CCDRC aprova estratégia para a região Centro 2030*. On line em: http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3409:ccdrc-aprova-estrategia-para-a-regiao-centro-2030&catid=1573:destaques&Itemid=756

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro-CCDRC (outubro de 2020), *Visão Estratégica para a Região Centro 2030*. On line em: http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4883-regiao-centro-2021-2027-ccdrc&category_slug=2020&Itemid=739

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro-CCDRC (janeiro de 2020), *Região Centro 2021-2027 - Elementos para uma Revisão Participada da Estratégia Regional*. On line em: http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4883-regiao-centro-2021-2027-ccdrc&category_slug=2020&Itemid=739

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro-CCDRC (maio de 2017), *A RIS3 do Centro: plataformas de inovação e linhas de ação*, Caderno A - v2. On line em: <http://ris3.ccdrc.pt/index.php/ris3-documentacao/regional>

Comissão Europeia-CE (Estrasburgo, 22/11/2016), COM(2016) 739 final, *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Próximas etapas para um futuro europeu sustentável - Ação europeia para a sustentabilidade*. On line em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52016DC0739&from=EN>

Comissão Europeia-CE (27/02/2019), COM (2019) 150 final, *Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão Relatório relativo a Portugal de 2019, Semestre Europeu de 2019*. On line em: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/file_import/2019-european-semester-country-report-portugal_pt.pdf

Comissão Europeia-CE, COM(2020) 22 final, 2020/0006(COD), *Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Fundo para uma Transição Justa*, Bruxelas, 14 de janeiro de 2020. On line em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52020PC0022>

Comissão Europeia-CE (s/data), *Mecanismo para uma Transição Justa: garantir que ninguém fica para trás*. On line em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/just-transition-mechanism_pt

Comissão Europeia-CE (s/data), *Plano de recuperação para a Europa*. Acessível on line em: https://ec.europa.eu/info/strategy/recovery-plan-europe_pt#nextgenerationeu

Comissão Europeia-CE (s/data), *O Fundo para uma Transição Justa*. On line em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/just-transition-mechanism/just-transition-funding-sources_pt

Conselho dos Julgados de Paz (2019), *Contactos*. On line em: http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/contatos_VNP.asp

Conselho dos Julgados de Paz (2019), *Informação ao Cidadão*. On line em: <http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/informacao.asp>

Comissão Nacional da Unesco – Ministério dos Negócios Estrangeiros (s/data), *Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*. On line em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>

Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de julho (Alterado por: Lei nº 98/99 de 26 de julho; Declaração de retificação nº 19-D/98; Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto), *Aprova o Plano Rodoviário Nacional*. On line em: http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/InfraestruturasRodoviaras/RedeRodoviaria/Documents/Plano_Rodoviario_Nacional.pdf

Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, *Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública*. On line em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/130399862/details/maximized>

Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril, *Renova a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/131068115/details/maximized>

Deloitte (3 de dezembro de 2019), *Turismo do Centro de Portugal - Plano Regional de Desenvolvimento Turístico do Centro*. On line em: <https://cister.fm/cister/wp-content/uploads/2019/12/Turismo-Centro-de-Portugal-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Plano-2020-2030.pdf>

Direção Geral de Ensino Superior (s/data), *Ensino Superior Privado Universitário*. On line em: <https://www.dges.gov.pt/guias/indest.asp?reg=21>

Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (s/data), *Recenseamento Escolar*. On line em: <https://www.pordata.pt/>

Direção Geral de Política do Mar (janeiro 2015), *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 - Anexo B: O Plano Mar-Portugal, Atualização janeiro 2015*. On line em: https://96594c97-1436-40ba-b257-d6d0d780b25f.filesusr.com/ugd/eb00d2_7c89d6cb1c534720873df9c2cfa8d14d.pdf

Direção-Geral da Saúde (10 de julho de 2017), *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 - Proposta do Grupo de Trabalho Interministerial (Despacho n.º 12427/2016)*. On line em: <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf>

Direção Geral de Saúde (2019), *Plano Nacional de Saúde – Revisão e Extensão a 2020*. On line em: <https://www.dgs.pt/em-destaque/plano-nacional-de-saude-revisao-e-extensao-a-2020-aprovada-pdf.aspx>

Direção Geral de Saúde (14 de janeiro de 2020), *Comunicado, Número: C160_01_v2, Data: 14/01/2020, Assunto: Surto de doença respiratória na Cidade de Wuhan – China*. On line em: https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/03/Comunicado-de-14_01_2020.pdf

Direção Geral de Saúde (3 de março de 2020), *SARS-CoV-COVID-19 - Relatório de Situação 1*. On line em: <https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/03/Relato%CC%81rio-de-Situac%CC%A7a%CC%83o-1.pdf>

Direção Geral de Saúde (17 de abril de 2020), *Novo COVID-19 – Relatório de Situação 046*. On line em: https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/04/46_DGS_boletim_20200417.pdf

Direção Regional de Cultura do Centro (10 de fevereiro de 2019), *Direção Regional de Cultura do Centro - Plano de Atividades 2019*. On line em: <https://www.culturacentro.gov.pt/media/8919/drcc-plano-de-atividades-2019.pdf>

Direção Regional de Cultura do Centro (s/data), *Programa de Apoio à Ação Cultural na Região Centro – Normas 2020*. On line em: https://www.culturacentro.gov.pt/media/9738/normas_paac_2020.pdf

ERSAR (2017), *Relatório de Monitorização do PENSAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Sector de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais*. On line em: http://www.ersar.pt/pt/site-comunicacao/site-noticias/documents/monitoriza%C3%A7%C3%A3odo%20pensar2020_ersar.pdf

European Commission-EC, Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture (September 2019), *Education and Training Monitor 2019 – Country analysis*. On line em: <https://ec.europa.eu/education/sites/education/files/document-library-docs/volume-2-2019-education-and-training-monitor-country-analysis.pdf>

European Parliament, European Council and European Commission (17/11/2017), *European Pillar Of Social Rights*. On line em: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/social-summit-european-pillar-social-rights-booklet_en.pdf

EY-AM&A (abril de 2019), *Economia do Mar em Portugal*. On line em: [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-economia-do-mar-em-portugal/\\$FILE/ey-economia-do-mar-em-portugal.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-economia-do-mar-em-portugal/$FILE/ey-economia-do-mar-em-portugal.pdf)

Ferreira, Mafalda *et al.* (dezembro 2018), *Relatório do Desenvolvimento & Coesão, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.* On line em: https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/relatorio_desenvolvimento_coesao_adc_2018.pdf

Fundação para a Ciência e Tecnologia (2019), *Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação*. On line em: <https://www.fct.pt/apoios/equipamento/roteiro/index.phtml.pt>

Fundo Ambiental – Ministério do Ambiente e Transição Energética (2018), *Ano I – Agendas*. On line em: <https://eco.nomia.pt/contents/documentacao/agendas-regionais-ano-i-norte-e-centro.pdf>

Gabinete da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional (27/07/2019), *Planeamento sub-regional – CIM/AM*

Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2017), *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos*. On line em: <http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2017.pdf>

Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2018), *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos - Pesquisa*. On line em: <http://www.cartasocial.pt/index2.php>

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (21 de fevereiro de 2019), *Comissão Consultiva PAC*. On line em: https://www.gpp.pt/images/Programas_e_Apoios/PAC/PACpos2020/20190221_Comissao_Consultiva_PAC_apresentacao_GPP.pdf

Governo de Portugal (26/10/2019), *Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023*. On line em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=programa-do-xxii-governo-constitucional>

ICT4SILVER (2018), O que é a *Silver Economy*. On line em: <https://www.ict4silver.eu/silver-economy/?lang=pt-pt>

Infraestruturas de Portugal - Direção de Planeamento (2018), *Mapa da Rede Rodoviária*. On line em: http://www.infraestruturasdeportugal.pt/sites/default/files/files/files/prn_rodoviario_fina_l.pdf

Infraestruturas de Portugal (2018), *Diretório da Rede 2020: Anexo 3.3.1.3 - Linhas de Circulação e Plataformas de Embarque - Versão Portal IP; PRJ 1ADDR2020; PRJ DR2021*. On line em: https://www.infraestruturasdeportugal.pt/sites/default/files/files/files/diretorio_2020_e_2021_anexo_3.3.1.3_linhas_e_plataformas_de_embarque.pdf

Infraestruturas de Portugal (2019), *Sistema de Mobilidade do Mondego*. On line em: <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/centro-de-imprensa/sistema-de-mobilidade-do-mondego>

Infraestruturas de Portugal (s/data). *Rede - Rodoviária – Mapa da Rede*. On line em: <http://www.infraestruturasdeportugal.pt/rede/rodoviaria/mapa-da-rede>

Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (s/data), *Universidades e Institutos Politécnicos*. On line em: http://www.igefe.mec.pt/conteudo.aspx?ID_Pagina=22

Instituto Nacional de Estatística-INE (13 de dezembro 2018), *Paridades Poder de Compra (PPC) – 2017 in Destaque – Informação à Comunicação Social*

Instituto Nacional de Estatística-INE, *Estatísticas do Turismo 2018*, Lisboa, Edição 2019. On line em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629548&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab0

Instituto Nacional de Estatística-INE, *X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População*. On line em: <https://www.pordata.pt/>

KPMG Portugal (abril de 2019), *Indústria 4.0 – Fase II*. On line em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=178423e7-fe69-4183-8b19-cddd612de42>

Laranjo, António, Infraestruturas de Portugal (2019), *Apresentação do Sistema de Mobilidade do Mondego - Lançamento do Concurso para a Empreitada MetroBus - Alto de São João/Serpins*. On line em: https://www.infraestruturasdeportugal.pt/sites/default/files/files/files/20190204_apresentacao_smm_0.pdf

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, *Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais*. On line em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/116068877/details/maximized>

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, *Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico*. On line em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/500023/details/maximized>

Metro Mondego (s/data), *Apresentação*. On line em: <https://www.metromondego.pt/Projecto/OSMM/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/tabid/170/Default.aspx>

Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (21 fevereiro 2019), *Comissão Consultiva PAC*. On line em: http://www.gpp.pt/images/Programas_e_Apoios/PAC/PACpos2020/20190221_Comissao_Consultiva_PAC_apresentacao_GPP.pdf

Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (s/data), *Uma Política Agrícola Comum modernizada para responder aos desafios da sociedade europeia para o período após 2020*. On line em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=7026ddd2-e68b-4d61-966e-8e34f332b94f>

Ministério da Justiça (2018), *Organização do Sistema Judiciário*. On line em: <https://tribunais.org.pt/Os-Tribunais/Judicial#Tribunaisjudiciaisdesegundainstancia>

Ministério do Planeamento e Infraestruturas (s/data), *Portugal2030: Futuro da Política de Coesão – Elementos para reflexão*. On line em: http://www.portugal2030.pt/wp-content/uploads/2017/10/FUTURO_PC_Portugal2030_rev20180115vf.pdf

OCDE (2015), *Skills Strategy Diagnostic Report Portugal - Strengthening Portugal's skills system*. On line em: <http://www.oecd.org/skills/nationalskillsstrategies/Diagnostic-report-Portugal.pdf>

Portugal 2030 (2017), *Diagnóstico da Situação Portuguesa - Processo de Convergência de Portugal*. On line em: <https://www.portugal2030.pt/diagnostico-da-situacao-portuguesa/>

República Portuguesa (10 de janeiro de 2019), *Programa Nacional de Investimentos – Relatório*. On line em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=6a7f9f8a-f2f4-4c3b-8d65-e10bb0906474>

República Portuguesa (Outubro de 2020), *PRR Plano de Recuperação e Resiliência – Plano Preliminar*. On line em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDAzNgMAAfd%2FsQUAAAA%3D>

Resolução da Assembleia da República n.º 154/2019, de 23 de agosto de 2019, *Programa Nacional de Investimentos 2030*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/124171092/details/maximized>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro de 2015, *Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas, que constitui a primeira atualização da Estratégia aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro*. On line em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/66432466/details/maximized>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2017, de 17 de julho de 2017, *Aprova a Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/107693728/details/maximized>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro de 2017, *Aprova o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/114337039/details/maximized>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2018, de 8 de março de 2018, *Aprova as linhas orientadoras para uma estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/114832287/details/maximized>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio de 2018, *Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/115226936/details/maximized>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio de 2018, *Aprova a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/115360036/details/maximized>

Resolução do Conselho de Ministros, n.º 107/2019 de 1 de julho de 2019, *Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/122777644/details/maximized>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho de 2019, *Aprova o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/137618093/details/maximized>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro de 2020, *Aprova a Estratégia Portugal 2030*. On line em: <https://dre.pt/home/-/dre/148444002/details/maximized>

Segurança Social (2012), *Instituto da Segurança Social, I.P. – Serviços*. On line em: <http://www.seg-social.pt/servicos>

Segurança Social (2015), *Instituto da Segurança Social, I.P. – Quem somos*. On line: <http://www.seg-social.pt/quem-somos1>

Segurança Social (2015), *Instituto da Segurança Social, I.P. – Quem somos*. On line: <http://www.seg-social.pt/quem-somos3>

Segurança Social (s/d), *A Segurança Social – Serviços de Atendimento*. On line em: <http://www.seg-social.pt/servicos-de-atendimento>

Serviço Nacional de Saúde (2017), *Pesquisa – Prestadores*. On line em: <https://www.sns.gov.pt/sns/pesquisa-prestadores/>

Serviços de Informação Aeronáutica-AIS (novembro de 2017), *PORTUGAL, Manual VFR - COIMBRA LPCO 14 – 1*. On line em: <https://www.nav.pt/docs/AIS/vfr-manual-i---emendas/emenda-033-2017.pdf?sfvrsn=6>

Sistema de Segurança Interna – Gabinete do Secretário Geral (2018), *Relatório Anual de Segurança Interna 2018*. On line em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>

Turismo do Centro de Portugal (2019), *Plano Regional de Desenvolvimento Turístico do Centro 20-30*. On line em: https://turismodocentro.pt/wp-content/uploads/2020/02/TCP-Plano-Regional-Desenvolvimento-Tur%C3%ADstico_20-30.pdf

Turismo Centro de Portugal (2017), *Coimbra – Centro de Portugal, uma viagem emocional*. On line em: https://turismodocentro.pt/wp-content/uploads/2017/03/Coimbra_web.pdf

Turismo de Portugal I.P. (2016), *Estratégia Turismo 2027 – Laboratório Estratégico do Centro*. On line em: https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/LET_Centro_ET27.pdf

Turismo de Portugal I.P. (2017), *Estratégia Turismo 2027*. On line em: <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>

United Nations - General Assembly (2015), *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, A/RES/70/1. On line em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E

Universidade de Aveiro, *Incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Estratégia de Especialização Inteligente da Região Centro, Policy Paper do Programa CeNTER: Redes e Comunidades para a Inovação Territorial*, n.º 1, fevereiro 2020

World Bank (s/data), *The Worldwide Governance Indicators*. On line em: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/Home/Reports>

World Health Organization (11 de março de 2020), *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19*. On line em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>



Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra

2021-2027